



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO LOPES

**A “REQUALIFICAÇÃO” DO PATRIMÔNIO: INTERVENÇÕES,
ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PRAÇA DOS MÁRTIRES (PASSEIO PÚBLICO)
DE FORTALEZA**

**FORTALEZA
2013**

FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO LOPES

A “REQUALIFICAÇÃO” DO PATRIMÔNIO: INTERVENÇÕES,
ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PRAÇA DOS MÁRTIRES (PASSEIO PÚBLICO)
DE FORTALEZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira

FORTALEZA
2013

FRANCISCO WILLAMS RIBEIRO LOPES

A “REQUALIFICAÇÃO” DO PATRIMÔNIO: INTERVENÇÕES,
ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PRAÇA DOS MÁRTIRES (PASSEIO PÚBLICO)
DE FORTALEZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 28 de junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Irllys Alencar Firmo Barreira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Geísa Mattos de Araújo Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Berenice Abreu de Castro Neves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus

Aos meus pais, Mauro e Auxiliadora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por tê-lo como um pai e amigo fiel em todos os momentos da minha vida.

Aos meus amados pais, Mauro e Auxiliadora, que contribuíram com meu crescimento em todos os sentidos e me apoiaram durante esses anos.

Ao meu irmão Mauro Junior e minha cunhada Suzana, pelos conselhos, incentivo e encorajamento em várias escolhas e decisões.

À minha avó, Maria Ribeiro, pelo apoio e palavras de encorajamento.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de pesquisa.

À professora e orientadora Irllys Alencar Firmo Barreira, por ser uma ilustre mentora intelectual, referência de humildade, simplicidade e saber sociológico.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais da UFC, por terem contribuído na minha formação acadêmica, em especial, às professoras Geísa Mattos, Lea Rodrigues e Linda Gondim pelas críticas e sugestões durante o processo de pesquisa.

À professora Berenice Neves por aceitar o convite de participar da banca examinadora e contribuir com esta pesquisa.

Aos informantes, pela paciência com que me receberam, sem os quais a pesquisa não poderia ter sido realizada.

Aos meus amigos irmãos, Flávio Nunes, Albino Filho, Naftali Nascimento, Artur Bruno e Jéssica Diógenes; aos amigos do coração Raquel dos Anjos, Geníria Rios, João Miguel, Jamile Tajra e Rafaelle Leite; e aos companheiros de turma Larissa Jucá, Letícia Araújo, Vaneza Ferreira, Lara Silva, Kevan Brandão, Alisson Assunção e todos os outros. Amigos que assumiram importância na minha vida e me estimularam para que este trabalho se tornasse possível.

Enfim, a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram na constituição deste trabalho.

“Hoje ao passar pelos lados
Das brancas paredes, paredes do forte
Escuto ganidos, ganidos, ganidos, ganidos
Ganidos de morte
Vindos daquela janela
É Bárbara, tenho certeza
É Bárbara, sei que é ela
Que de dentro da fortaleza
Por seus filhos e irmãos
Joga gemidos, gemidos no ar
Que sonhos tão loucos, tão loucos, tão loucos
Tão loucos foi Bárbara sonhar
Se deixe ficar por instantes
Na sombra desse baobá
Que virão fantasmas errantes
De sonhos eternos falar
Amigo que desces a rua
Não te assustes, não passes distante
Procura entender, entender
Entender o segredo
Desse peito sangrante”.

Passeio Público
(Ednardo)

RESUMO

Esta pesquisa analisa as políticas de preservação ao patrimônio designadas como “requalificação” em Fortaleza, Ceará. Intervenções efetivadas, principalmente, em sítios históricos considerados “degradados” com o objetivo de transformá-los em áreas de entretenimento e lazer. Apresento as medidas estratégicas executadas, os atores e práticas sociais presentes em tais processos de mudança. Tendo por base as intervenções realizadas no Centro Histórico de Fortaleza, o *lócus* desta pesquisa é a Praça dos Mártires (Passeio Público). Trata-se de um equipamento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) que, no final do século XX, passou a ser considerado um equipamento “degradado” devido à deterioração de sua estrutura física e utilização do espaço, principalmente, por prostitutas para práticas de comércio sexual, encontros e sociabilidades. Entretanto, desde 2007, tornou-se alvo de projeto de “requalificação” executado por gestores da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) por meio da produção de eventos e atividades que visam substituir “antigos” por “novos” usuários. Assim, a partir da “observação etnográfica”, apresento o mapeamento dos usos do patrimônio no contexto de políticas de “requalificação” e verifico até que ponto as medidas estratégicas se aproximam das práticas dos múltiplos e heterogêneos usuários dessas áreas históricas. Desta forma, mostro que tais intervenções urbanas não contribuem para a constituição de um espaço público na cidade de Fortaleza.

Palavras-chave: Patrimônio. Requalificação urbana. Práticas. Passeio Público. Fortaleza.

ABSTRACT

This research analyzes the policies of heritage preservation specifically designated as “requalification” in Fortaleza, state of Ceará, Brazil. As a part of such policies, interventions are carried out especially in historic sites considered as “degraded” with the aim of transforming them in sites of entertainment and leisure. Based on the interventions implemented in the historic center of Fortaleza, this research takes to the spotlight the public square Praça dos Mártires, also known as Passeio Público. Registered as a heritage site by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN), at the end of the 20th century it rose to prominence as a “degraded” equipment due to its deteriorated infrastructure and to its use, as it was largely used by prostitutes for practices of sexual commerce, encounters and socialibilities. Beginning in 2007, the site became subject to a project of “requalification” carried out by authorities of the Fortaleza Secretariat of Culture (Secultfor) through the production of events and activities seeking to replace “old” with “new” users. The strategic measures implemented, actors and social practices featuring such processes of change are presented in this work. From the standpoint of an “ethnographic observation”, I present a mapping of uses of this heritage site in the context of “requalification” policies, aiming to verify to what extent such strategic measures approximate to the practices of the multiple and heterogeneous users of these historic sites. Thus, I point out that such urban interventions do not contribute for constituting a public space in the city of Fortaleza.

Keywords: Heritage. Urban requalification. Practices. Passeio Público. Fortaleza.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Quando meus trajetos convergem para o Centro	12
1.2	Procedimentos metodológicos	16
2	PRAÇA DOS MÁRTIRES: DE ESPAÇO PÚBLICO A PATRIMÔNIO	22
2.1	A construção do espaço público em Fortaleza	23
2.2	História da Praça dos Mártires (Passeio Público)	26
2.3	Tombar para preservar o patrimônio histórico	39
3	“REQUALIFICAÇÃO” DO PATRIMÔNIO E OUTROS RES: LÉXICOS URBANOS	47
3.1	Requalificação, Revitalização e outros Res	49
3.1.1	Requalificação	49
3.1.2	Revitalização	50
3.1.3	Gentrificação	50
3.1.4	Reabilitação	51
3.1.5	Renovação	52
3.1.6	Preservação	52
3.2	Contextualizando as intervenções urbanísticas	52
3.2.1	Renovação urbana (1950-1960)	54
3.2.2	Preservação urbana (1970-1980)	55
3.2.3	Reinvenção urbana (1990 até os dias atuais)	56
3.3	O Centro Histórico de Fortaleza em obras	57
3.4	Passeio Público “degradado” em obras	64
4	A “REQUALIFICAÇÃO” DO PASSEIO PÚBLICO: “EM NOME DO PATRIMÔNIO	75
4.1	As narrativas	79
4.2	Gestores do patrimônio	82
4.2.1	Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor)	82
4.2.2	Os permissionários	84
4.2.3	O administrador da praça	85
4.3	Encarregados da disciplina: os guardas municipais	86
4.4	Ícones do patrimônio	92
4.5	Rituais de patrimonialização	98

4.5.1	<i>A Feijoada no Passeio Público</i>	100
4.5.2	<i>Piquenique no Passeio</i>	103
4.5.3	<i>Atividades culturais</i>	106
4.5.4	<i>Eventos ou atividades particulares</i>	109
5	USOS DO PATRIMÔNIO “REQUALIFICADO”	112
5.1	Usos patrimoniais	116
5.2	Usos disciplinados	120
5.3	Usos estigmatizados ou transgressores	121
5.4	A construção socioespacial da diferença	126
5.5	O patrimônio para as classes médias?	134
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	BIBLIOGRAFIA	143

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa ora apresentada analisa as políticas de preservação ao patrimônio designadas como “requalificação”, com ênfase nas intervenções, estratégias e práticas sociais envolvidas em tais processos de mudança. A “requalificação” do patrimônio visa transformar áreas históricas consideradas “degradadas” em espaços de entretenimento e lazer, a partir da execução de medidas estratégicas que contribuam para uma mudança na configuração socioespacial e, assim, resulte num processo de substituição de usuários de espaços considerados patrimônio da cidade.

Tendo por base os projetos de “requalificação” para o Centro Histórico de Fortaleza, Ceará, o *locus* desta pesquisa é a Praça dos Mártires¹ (Passeio Público), uma das mais antigas da cidade, datada aproximadamente de 1850. Trata-se de um equipamento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) que, no final do século XX, passou a ser considerado um equipamento “degradado” devido à deterioração de sua estrutura física e utilização do espaço, principalmente, por prostitutas para práticas de comércio sexual, encontros e sociabilidades. Entretanto, desde 2007, tornou-se alvo de projeto de “requalificação” executado por gestores da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) e Coordenação do Patrimônio Histórico Cultural (CPHC) por meio da produção de eventos e atividades que visam substituir “antigos” (ou melhor, antigas) por “novos” usuários.

Este tipo de intervenção urbanística designada como “requalificação” é um fenômeno presente em grande parte das metrópoles mundiais, resultante da parceria entre o poder público e a iniciativa privada. As intervenções promovem reformas na estrutura física dos equipamentos públicos e medidas que incrementam o valor simbólico, a partir do planejamento de novos usos tais como os propiciados por meio de apresentações musicais e teatrais, atividades culturais, lançamentos de livros etc. Embora sejam realizadas também em frentes marítimas e fluviais, os principais alvos são as construções que constituem o patrimônio histórico como os

¹ A Praça dos Mártires está situada na Rua Dr. João Moreira, s/n, no bairro Centro, próxima ao Hospital Santa Casa de Misericórdia e ao antigo Forte Nossa Senhora da Assunção, atualmente, 10º Região Militar.

monumentos, prédios e praças considerados bens culturais, com isso os novos usos visam ressignificar antigos sentidos perdidos no tempo.

A “requalificação” do patrimônio possui um poder criativo capaz de (re)construir cenários de forte impacto visual e de definir novos usos para os equipamentos culturais. Nesta perspectiva, o patrimônio não pode deixar de ser considerado um espaço público e, portanto, um local de encontro dos diferentes (SENNETT, 1998): os indivíduos usufruem do patrimônio de forma múltipla (usos comerciais, culturais, de lazer e outros), estabelecem vínculos e os refazem constantemente.

O Passeio Público tanto como patrimônio quanto como espaço de encontro dos diferentes, é atualmente alvo de políticas de “requalificação”. E, nesse contexto, apresenta entre os múltiplos usuários práticas sociais que assumem uma dimensão de conflitualidade simbólica que se expressa também espacialmente. Quero afirmar que, paralelo ou mesmo em contradição, emergem usos que designo como “patrimoniais” (planejados e definidos pelos gestores do patrimônio), “disciplinados” (praticados pelos que obedecem aos códigos de conduta estabelecidos, mas não se apropriam das propostas da “requalificação”) e “estigmatizados” ou “transgressores” (práticas consideradas “indesejadas” para os gestores, por reforçarem a imagem anterior que estes pretendem desvincular da idéia de patrimônio).

Tais formas de usar, interagir e se sociabilizar em espaços considerados “requalificados” levam a uma construção socioespacial da diferença entre os usuários que se expressa na delimitação simbólica dos espaços que cada grupo usufrui. Desta forma, enquanto uma área da praça é utilizada por indivíduos considerados pelos gestores “ideais” para se “requalificar” o patrimônio, outras áreas dentro ou fora são apropriadas em resposta à segregação socioespacial gerada.

Esta pesquisa apresenta o mapeamento dos usos do patrimônio no contexto de políticas de “requalificação” em Fortaleza, e verifica até que ponto as medidas estratégicas efetivadas se aproximam das práticas dos múltiplos e heterogêneos usuários de áreas históricas. Como afirma a arquiteta e urbanista Scocuglia (2004, p.3) ao estudar este fenômeno no Centro Histórico de João

Pessoa, na Paraíba, surgem nesse contexto, “[...] novos usos e formas de apropriação do patrimônio e dos espaços públicos nas cidades, merecedores de reflexões quanto às possibilidades de estarem sendo gerados espaços participativos e de sociabilidades públicas”. Assim, reflito sobre as ações que combinam antigo e novo, passado e futuro, simbólico e econômico presentes na construção social das cidades atuais.

1.1 Quando meus trajetos convergem para o Centro

Meu interesse por esta temática surgiu na experiência como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) a partir de agosto de 2008, trabalhando em projetos de pesquisa relacionados à cidade, cultura e política, sob a orientação da professora Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira. A experiência com o objeto de estudo foi adquirida a partir da elaboração de uma monografia cujo objetivo era entender a perspectiva dos gestores de Fortaleza ao executar a política de “requalificação”, ou seja, os sentidos das intervenções realizadas, especificamente, no Passeio Público (LOPES, 2010). O Passeio Público foi escolhido como recorte empírico porque, dentre os projetos planejados para a “requalificação” do bairro Centro, a reforma da praça foi um dos primeiros a ser concluído, e seu processo de “requalificação” estava em curso.

Para mim, a praça se apresentava como um lugar hostil, desconhecido, mas ao mesmo tempo convidativo. Minha percepção sobre o Passeio Público foi constituída ainda na infância, quando ouvia uma conversa entre uns vizinhos e meu pai em 1998. Um dos vizinhos dizia que sua esposa tinha ido ao Hospital Santa Casa de Misericórdia, situado ao lado do Passeio Público, e enquanto não recebia o resultado de um exame médico, ela e seu filho foram passear na praça para brincar com uns gatinhos que estavam neste espaço. Após relatar este fato, ambos começaram a rir e ironizar o desconhecimento desta mulher, deixando a entender que a praça não era um local adequado para ela estar. Por este motivo, depois lhes perguntei por que não era adequado frequentar este espaço e eles relataram que se tratava de um lugar perigoso, frequentado por prostitutas e “mirins”². Este estereótipo passou a fazer parte do meu imaginário e era reforçado cada vez que

² Termo nativo para designar crianças que cometem pequenos furtos.

outras pessoas comentavam que o Passeio Público era um lugar, principalmente, de prostituição.

Quando ingressei na universidade em 2007, surgiu o interesse pela temática da cidade. Ao refletir sobre fatos presentes no cotidiano da urbe, me deparei com a notícia do projeto de “requalificação” do Passeio Público e as indagações de muitos amigos como: E as prostitutas, será que foram expulsas? Como deve estar o espaço? Houve conflito? Como será um espaço “requalificado”? Ao pesquisar informações na internet, encontrei notícias de jornais que relatavam a mudança ocorrida na praça tanto no plano urbanístico quanto nas práticas sociais por meio do processo de “requalificação” em outubro de 2007.

Quando decidi visitar o Passeio Público pela primeira vez em abril de 2008³ me sobreveio uma sensação de medo, de que à minha frente tinha o desconhecido. Apesar das notícias mostrarem as mudanças ocorridas, na minha mente apresentavam-se imagens construídas por comentários de alguns familiares, amigos, pessoas próximas e também representações midiáticas anteriores de um lugar perigoso, inabitável, escuro, com pessoas diferentes da minha realidade, consideradas hostis, sujas, mal vestidas. Quando visitei a praça tive uma impressão completamente diferente da imaginada anteriormente. Era um local tranquilo, com seguranças, poucos usuários, o entorno era muito movimentado, passavam vários ônibus etc.

As classificações de lugar perigoso e de prostituição entre familiares, amigos e colegas de turma retomavam a cada momento (antes ou durante a pesquisa), sempre quando comentava que faria pesquisa de campo no Passeio Público. Muitos conhecidos indagavam se eu realmente tinha coragem de entrar nesse espaço e/ou me lembravam de aspectos que reforçavam ainda mais esses estigmas. Logo após, tive a oportunidade de participar do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC), coordenado pela professora Dra. Irllys Barreira, no qual para ingressar era preciso apresentar uma proposta de pesquisa. Como esses fatos

³ Minha primeira visita ao Passeio Público foi realizada devido a um trabalho da disciplina do 3º semestre, Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, ministrada pela professora Dra. Linda Gondim, cujo objetivo era produzir em equipe um esboço de um projeto de pesquisa (com tema, pergunta de partida e definição do objeto) sobre qualquer temática.

rondavam minha mente, gerei um esboço daquilo que se constituiu na minha monografia (LOPES, 2010) e que ainda hoje reflete questões para uma dissertação de mestrado.

Na monografia, baseado no que fundamentava a política de “requalificação” em outros centros urbanos como Recife e Salvador, encontrei a orientação das seguintes noções nesse estudo de caso em Fortaleza: a (re)construção de uma memória, a remoção de um estigma e a disciplinarização do espaço. Como os projetos de recuperação pretendem immortalizar a importância simbólica de um espaço que pode “se perder” nas gerações futuras, gestores ligados à Secultfor planejaram um conjunto de medidas como eventos culturais, apresentações musicais e teatrais para atrair público para a praça. As atrações visavam assim (re)construir uma memória, a partir da possibilidade de experiências comuns entre pessoas e grupos em espaços sociais. Como a memória é um processo social, a operação mental do lembrar se torna mais fácil mediante o desenvolvimento de interações sociais. Segundo Halbwachs (1990), o espaço físico tem um papel importante na constituição de uma memória coletiva, pois nossas memórias estão localizadas no interior dos espaços sociais e lembranças pessoais. A dinamização do espaço produzida era contrária a uma situação anterior de ausência de experiências coletivas entre indivíduos e grupos no Passeio Público por causa de um “estigma” relacionado ao mesmo.

Ao estudar os processos de estigmatização, Goffman (1991) identifica que este termo era utilizado pelos gregos e se referia a sinais corporais que evidenciavam algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de um indivíduo. Atualmente, “estigma” é aplicado de uma forma semelhante conotando algo negativo e pode ser entendido como uma classificação atribuída a um lugar ou grupo. Essa classificação é consequência da própria capacidade dos indivíduos em categorizar as pessoas e os lugares, pois os homens estabelecem no seu imaginário os atributos considerados comuns a um determinado espaço social. Eles identificam também qual categoria de pessoas tem maior probabilidade de ser encontrada em ambientes sociais. Devido aos constantes assaltos e usos do espaço para práticas de prostituição, as pessoas que trabalham ou frequentam locais próximos à referida praça construíram a imagem de um local inseguro e distante dos padrões de

moralidade existentes. Esses indivíduos identificam a praça à categoria das prostitutas e suas práticas, assim, a esta presença se relaciona a condição de frequentar ou não frequentar este lugar⁴.

Outro mecanismo da política de “requalificação” no Passeio Público foi a disciplinarização do espaço. Baseado em Foucault (1979) que atribui ao poder um caráter relacional e o entende por meio das práticas e relações sociais, no estudo do espaço urbano a disciplina pode ser entendida como um tipo de organização do espaço. As ações promovidas se constituem numa ação sobre o corpo que procura modelar e regular o comportamento dos indivíduos. No Passeio Público, o poder disciplinar se apresenta pela legislação patrimonial, regras de uso do espaço e presença de seguranças, a guarda municipal durante o dia e seguranças armados à noite.

Ao estudar as ações dos gestores da política de “requalificação” no Passeio Público e apresentar este trabalho em encontros científicos e na própria defesa da monografia, fui muitas vezes indagado sobre os usos múltiplos, as sociabilidades no entorno da praça e os comportamentos “desviantes” (não aceitos socialmente) de alguns atores sociais como as prostitutas. Esses usos “estigmatizados” ou “transgressores” da idéia de patrimônio e a relação entre as múltiplas práticas despertava a curiosidade de ouvintes, o que torna o Passeio Público um campo empírico relevante. Como a pesquisa de campo é necessariamente limitada, circunscrita, local, específica (BEAUD; WEBER, 2007) e, conseqüentemente, necessita de um recorte, essas questões não foram contempladas no projeto que culminou na monografia.

Por isso, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre as práticas sociais presentes em processos de mudança de configuração social do patrimônio gerada por políticas de “requalificação”, verificando até que ponto as medidas estratégicas se aproximam dos usos efetivados nesses espaços. Desta forma, esta pesquisa lança um novo olhar, aprofundando, sob outra perspectiva, a temática já estudada.

⁴ As opiniões dos indivíduos que trabalham e/ou frequentam o entorno da praça foram constatadas em conversas informais nos seus ambientes de trabalho, em lugares de almoço próximos à praça e, até mesmo, em seus momentos de sesta no Passeio Público.

Procuro enriquecer a compreensão sobre os processos sociais envolvidos no fenômeno designado por “requalificação” relacionada ao patrimônio e, assim, espero contribuir no conhecimento sobre o modo como os indivíduos usam, interagem, se apropriam e demarcam fronteiras simbólicas em lugares onde as políticas de “requalificação” estão presentes.

1.2 Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa, o Centro Histórico de Fortaleza é considerado como o lugar do início, núcleo formador da cidade (VARGAS; CASTILHO, 2006). A ênfase dada a locais tidos como patrimônio me fez escolher entre os monumentos históricos um *lócus* empírico relevante, como a Praça dos Mártires (Passeio Público). Por ser um estudo realizado numa praça, este trabalho coloca em discussão aspectos de pesquisas costumeiramente designadas no meio acadêmico como micro sociológicas.

Para alcançar o objetivo proposto, o ponto de partida são os usos e práticas sociais presentes em áreas históricas “requalificadas”. “No universo linguístico luso-brasileiro atual, ‘uso’ referencia relações de indivíduos com objetos, com grupos sociais ou com espaços” (FREHSE, 2009, p.153). Essa definição remete imediatamente a uma idéia de utilidade e pensadores como Karl Marx e George Simmel discutiram sobre essa questão. Conforme Frehse (2009), enquanto Marx relacionou o uso de um objeto a uma utilidade essencialmente qualitativa, Simmel desafiou essa tese preferindo a idéia de desejabilidade. Assim, os “usos” conotam hábitos, costumes e comportamentos corporais. Nesta perspectiva, entendo “usos” como práticas, comportamentos e experiências dos indivíduos e grupos em um espaço social, ou melhor, na expressão de Certeau (1994), com um “lugar” (espaço praticado).

De forma prática, dirijo-me ao Passeio Público com meu diário de campo, sento em um dos bancos da praça e observo os usos e as relações sociais presentes. Como a ênfase está mais nas práticas do que nos atores sociais, o leitor perceberá que àquelas são apresentadas neste texto dissertativo de forma menos personificada.

Considero a observação como a principal técnica desta pesquisa, mas não uma observação “pura” em que o pesquisador observa por observar, não estabelecendo contatos com os observados. O tipo de observação que pratico se contrapõe a este e é o que Beaud e Weber (2007) denominam como “observação sociológica” ou “entrevista etnográfica”: um misto de observação e entrevista, no qual as entrevistas se tornam um meio para as observações serem testadas. Segundo Beaud e Weber (2007), a observação é um processo que inclui percepção, memorização e anotação. Essas três técnicas devem ser sempre trabalhadas em conjunto e não independentemente umas das outras.

De acordo com Rocha e Eckert (2008, p.2), se o método etnográfico é composto por vários procedimentos, “[...] a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana”. A observação precisa também ser entendida como uma atividade mental, realizada num quadro em que o familiar se torna estranho e o estranho se torna familiar (DA MATTA, 1978). Apesar de ter considerado registros etnográficos anteriores do meu diário de campo, a observação, de fato, para esta pesquisa foi realizada, principalmente, entre outubro de 2011 e abril de 2012 por meio de visitas semanais em dias e horários variados.

Com base nos estudos de Goffman (2010) sobre o comportamento comunicativo, minha relação com os atores sociais desta pesquisa se dá em dois passos. O primeiro é a “interação desfocada”, um “tipo de comunicação que ocorre quando se recolhe informações sobre outra pessoa ao se olhar de relance para ela, ainda que apenas momentaneamente, quando ela entra e sai do campo de visão” (GOFFMAN, 2010, p.34-35). Este tipo de interação considera que o corpo, as aparências e os gestos dos indivíduos transmitem informações sobre seus atributos sociais e suas concepções de si mesmos, dos outros presentes e do ambiente. No Passeio Público, por exemplo, as prostitutas podem ser identificadas pela aparência corporal e os atos pessoais: são mulheres na faixa etária dos 30 e 40 anos, vestidas com saias ou *shorts* curtos, sandália com salto alto, pequena bolsa no braço, batom vermelho, perfume forte, cabelos molhados, com um andar “faceiro”, uma atitude de olhar encarando os homens etc.

O segundo passo é a “interação focada”, uma “interação que ocorre quando pessoas se juntam e cooperam abertamente para manter um único foco de atenção, tipicamente se revezando na fala” (2010, p.35). Esta fase se efetiva a partir de conversas informais ou de entrevistas. As conversas informais são conversas abertas com os informantes “sem um roteiro”, seguidas de registro no diário de campo. Já as entrevistas, também podem ser abertas, mas normalmente seguem um roteiro e o pesquisador utiliza-se do gravador.

Com base na proposta do “pensar relacional” formulado por Bourdieu (1998), a “interação focada” permite o exercício do pensar de forma relacional, para que eu como pesquisador não julgue saber sobre determinado tema sem analisar as relações sociais que o constituem, pois para Bourdieu, um tema “nada é fora das suas relações com o todo”.

Dito isto, uma das dificuldades da análise relacional está, na maior parte dos casos, em não ser possível apreender os espaços sociais de outra forma que não seja a de distribuição de propriedades entre indivíduos. É assim porque a informação acessível está associada a indivíduos (BOURDIEU, 1998, p.29).

O trajeto metodológico realizado não se distancia do método etnográfico de Magnani, do olhar “de perto e de dentro” que pretende “(...) apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (MAGNANI, 2002, p.17). Os estudos etnográficos de Magnani, por serem baseados na observação das práticas e comportamentos sociais, me inspiram a considerar todos os aspectos significativos para a pesquisa, tais como: conversas informais, recorte de jornais, documentos, panfletos etc. Assim, não reduzo este trabalho somente a uma técnica, mas a várias que permitam identificar, descrever e refletir sobre os aspectos da pesquisa.

O olhar “de perto e de dentro” não deixa de ser articulado com o que Magnani denomina olhar “de longe e de fora”, pois a dinâmica urbana com relação às questões do patrimônio e do espaço público é contemplada. Partindo do micro para o macro, sigo a mesma trajetória metodológica de Foucault (1979) e não deixo de considerar os processos sociais e os dilemas que envolvem a cidade. Assim, mostro que as políticas de preservação ao patrimônio designadas como “requalificação”, efetivadas na Praça do Passeio Público, não dialogam com a noção

de diversidade, mas geram segregações socioespaciais ao destinar as principais atividades planejadas a um público oriundo de uma classe média intelectualizada.

Além de considerar a observação das práticas de vários usuários e conversas informais com os mesmos como ponto de partida⁵, utilizei recortes de jornais⁶ com notícias sobre a praça, analisei documentos do IPHAN, Secultfor e da Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC), realizei entrevistas com gestores do patrimônio ligados a estas instituições, inclusive o administrador da praça, permissionários e guardas municipais. Destas, aproveitei oito entrevistas e registros de conversas informais realizadas por mim em 2010⁷, por ocasião da minha monografia (LOPES, 2010). E, para esta dissertação, realizei mais seis entrevistas entre eles para complementar⁸. Além disso, conversei informalmente com uma prostituta e, também, entrevistei a pesquisadora Luna Sales que realizou uma etnografia da prostituição no Restaurante Granada situado defronte à praça⁹.

Enfim, com base nesses procedimentos metodológicos, apresento esta pesquisa sistematizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, *Praça dos Mártires: de espaço público a patrimônio*, mostro como a idéia de patrimônio chegou ao Passeio Público diferenciando dois momentos vivenciados pela praça: o primeiro como espaço público (antes do tombamento), e o segundo como patrimônio (após o tombamento em 1965). A partir da reconstituição da história de sua criação e dos usos e práticas realizadas em diversas temporalidades, destacarei os aspectos históricos e culturais para que a praça se tornasse patrimônio cultural, como ter sido

⁵ Esses interlocutores foram recrutados, principalmente, no interior da praça a partir de uma abordagem formal na qual me apresentava como pesquisador.

⁶ Os recortes de jornais foram selecionados da hemeroteca do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC). Realizei a busca a partir de palavras-chave, concentrando-me em notícias que tratassem da "degradação" e da "requalificação" da praça.

⁷ Entre estas oito, duas foram conversas informais com Milena, permissionária do quiosque e Paulo César, administrador da praça. As outras seis foram entrevistas realizadas com a representante da Secretaria Extraordinária do Centro (SECE); Eliane, outra permissionária do quiosque; um historiador do CPHC e três guardas municipais identificados como Eduardo, Simone e Adriano. Desde já, informo que todos os nomes utilizados são fictícios.

⁸ Para a construção do texto dissertativo, foram realizadas mais seis entrevistas com: Paulo César, administrador da praça; um historiador do CPHC; a coordenadora do CPHC e com mais três guardas municipais identificados como Edilson, Verônica e Afonso.

⁹ Conversei informalmente duas vezes com Marlene, uma das prostitutas que ainda frequenta o Passeio Público diariamente. Como a pesquisa trata das prostitutas que por meio de um comportamento *tático* se utilizam da praça para marcar programas, poderia entrevistar apenas Marlene ou Elida, pois são as únicas que frequentam a praça regularmente. Como o leitor perceberá a partir da leitura do texto, o contato delas dentro da praça com homens são rápidos e discretos, assim não consegui entrevistá-las. Mas, até esta impossibilidade revelou códigos constitutivos de suas práticas, ou seja, se tornaram dados de pesquisa. Todavia, considereei a etnografia de Luna Sales (2011) e a entrevista com esta pesquisadora como suficientes para o que me propus apresentar.

“palco” da Confederação do Equador e espaço de sociabilidade da elite na “belle époque” fortalezense. Esta etapa foi realizada a partir do estudo tanto de fatos históricos (PONTE, 1993; NOGUEIRA, 1980), como também dos relatos de memorialistas e cronistas (BARROSO, 1962; MENEZES, 2006). Não deixando de analisar os relatos desses últimos como representações da vida social, na maioria das vezes, desconstituídas de conflitos. A história do Passeio Público encontra-se de certa forma diluída em toda a dissertação, porém o leitor perceberá um “vazio” de informações entre a década de 1940 e 1990, isto devido à falta de bibliografia, documentos e informações oficiais.

No segundo capítulo intitulado “*Requalificação*” do *patrimônio e outros REs: léxicos urbanos*, mostro que a relação entre políticas de conservação do patrimônio e intervenções de “requalificação” sedimentam uma nova perspectiva de preservação em vigor no Brasil (LEITE, 2002), pois além de se fortalecerem mutuamente, ambas tomam como base de suas ações os aspectos históricos, arquitetônicos, paisagísticos e culturais dos equipamentos públicos. Mostro que as expressões utilizadas para se referir às políticas de intervenção se tornaram léxicos de uma retórica relativa às cidades, mas precisam também ser diferenciadas em seus significados e analisadas com base numa literatura sobre o tema. Apresento como a idéia de “requalificar” o patrimônio chegou ao Centro Histórico de Fortaleza e, conseqüentemente, ao Passeio Público e quais as implicações que envolvem isto no contexto histórico da referida praça. Destaco os aspectos pelos quais o Passeio se tornou um ambiente considerado “degradado” e, por isso, passível de “requalificação”.

O terceiro capítulo A “*requalificação*” do *Passeio Público: “em nome do patrimônio”* apresenta os elementos estratégicos e iniciativas de setores organizados efetivadas para se “requalificar” e, conseqüentemente, ativar novos usos no Passeio Público. Além de mostrar as concepções e ações dos gestores da Secultfor e da Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural com relação ao jogo entre o que deve ser preservado e ser esquecido, apresento as narrativas, a ação dos gestores e dos encarregados da disciplina, os ícones e os rituais de patrimonialização, ou seja, todos os mecanismos ativados “em nome do patrimônio”. Tanto neste capítulo, quanto no próximo foi empreendido um esforço intelectual para não realizar

descrições superficiais, mas uma “descrição densa”, como proposto por Geertz (1978), aliada ao registro em um diário de campo para mapear os usos do patrimônio. Procurei apreender as práticas sociais por meio da observação das andanças, comportamentos e trajetos dos indivíduos no espaço público e, também, da observação participante nos eventos realizados na praça, isto é, seu desenrolar, seu contexto material e as interações (das quais o evento é seu contexto).

O último capítulo intitulado *Usos do patrimônio “requalificado”* apresenta os indivíduos que participam e vivem esse processo de mudança. Embora faça referências aos mesmos em toda a dissertação, nesta parte apresento-os a partir de suas práticas e de categorias como usos “patrimoniais”, “disciplinados”, “estigmatizados” e “transgressores” do patrimônio. Desta forma, procuro mostrar que público é esse que frequenta a praça tanto no seu cotidiano quanto nos dias de evento, atentando de forma qualitativa para alguns aspectos, tais como renda, sexo, faixa etária, grau de escolaridade, lugar em que vivem, práticas de lazer, grupo social do qual fazem parte e de que modo foram informados sobre os eventos.

Procurei considerar o registro etnográfico dos usos do espaço em situações diversas e, além disso, apresentar uma reflexão sobre para qual público é “requalificado” o patrimônio. Desta forma, o leitor poderá refletir até que ponto tais intervenções urbanas contribuem para a constituição de um espaço público na cidade de Fortaleza.

2 PRAÇA DOS MÁRTIRES: DE ESPAÇO PÚBLICO A PATRIMÔNIO

Ventilado, agradável sobretudo pela manhã, à tarde e à noite, era o Passeio Público **nos bons tempos passados** o ponto de reunião preferido pela população fortalezense. [...] Num coreto chinês, as bandas militares tocavam às quintas e domingos. A gente fina enchia a avenida Caio Prado, cujas batalhas de *confetti* no Carnaval se tornavam famosas (BARROSO, 1962, p.279-280, grifo nosso).

Fortaleza, capital do Ceará, assistiu “nos bons tempos passados” da Primeira República (1889-1930) uma série intensa de intervenções urbanas e sociais que visavam alinhar o núcleo urbano local às noções de civilidade e progresso disseminadas pelas metrópoles europeias. A formação do Centro de Fortaleza esteve ligada à modificação de sua paisagem urbana, pois ocorreu no período de desenvolvimento de atividades ligadas à comercialização de produtos de exportação, principalmente, o algodão nas décadas de 1860-1870¹⁰. Sob o impulso desse crescimento comercial propiciado pela exportação do algodão, a paisagem urbana foi se modificando a partir da execução de medidas estratégicas que visavam controlar, embelezar e higienizar a cidade.

Inspirado no urbanismo executado na cidade de Paris (símbolo da modernidade da época) pelo prefeito Barão de Haussmann, o engenheiro Adolfo Herbster elabora em 1875 um Plano Diretor que amplia o traçado urbano em forma de xadrez e constrói três *boulevards* (avenidas retas e largas)¹¹ na área central, que até então se confundia com a própria cidade. O objetivo era adequar Fortaleza ao fluxo urbano gerado pelo comércio e disciplinar os usos do espaço, para isso se realizou uma série de transformações no Centro no que diz respeito à urbanização. As medidas que visavam modernizar verifica-se com a construção de edifícios, praças e equipamentos públicos como a Santa Casa de Misericórdia (1867), a Assembléia Legislativa (1871), o Passeio Público e a Estação Ferroviária João Felipe (ambos em 1880), o Teatro José de Alencar (1910) e, também, em melhoramentos urbanos como calçamento, iluminação pública etc.

¹⁰ Quando a alta cotação no mercado internacional atingiu o algodão durante a guerra civil americana (1860-1865), a produção e exportação de produtos como o algodão, o açúcar, couros e café no Nordeste do Brasil foram impulsionadas.

¹¹ O sistema de traçado urbano em xadrez já havia sido projetado pelo engenheiro Silva Paulet em 1818. O projeto de Adolfo Herbster ampliou para além dos limites originais e construiu os três *boulevards*: as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel.

2.1 A Construção do Espaço Público em Fortaleza

No período da Primeira República em Fortaleza, o Centro confundia-se com a cidade, o Centro era a cidade, para o qual convergiam todos os trajetos relacionados às atividades comerciais, financeiras, de lazer, interações e manifestações políticas. Em cada época, cada cidade produz sua centralidade tornando-a palco para os principais acontecimentos da vida urbana. Nas cidades antigas Grega e Romana, a centralidade se dava em torno da “ágora” e as praças tornavam-se palco de reuniões e decisões políticas. No centro das cidades medievais se desenvolviam as atividades comerciais, era edificada a Igreja e os espaços públicos eram integrados aos mercados e suas mercadorias (SENNETT, 1998). Já na sociedade capitalista, o centro ocupa um lugar de consumo e, quando os espaços públicos não contribuem para isto, se desenvolvem atividades comerciais, culturais, de lazer para que os mesmos não percam sua funcionalidade.

De maneira geral, as praças como espaço público possuem uma característica *sui generis*: o fato de ser uma construção física num espaço tipicamente urbano constituído para o encontro, convívio e lazer dos habitantes da cidade. Elas possuem um “caráter” coletivo, incentivam à vida comunitária e colocam os indivíduos um em contato com o outro, permitindo expressarem suas sociabilidades, ou seja, suas formas mais puras de reciprocidade: conversas, paqueras, contar histórias, piadas etc (SIMMEL, 1983a). As praças mais antigas estão situadas geralmente nos centros e podem ser consideradas o lugar no qual tudo pode ser visto e ouvido por todos.

No final do século XIX, as praças em Fortaleza passaram por intervenções que visavam embelezá-las por meio de iluminação e tratamento paisagístico que implantava e conservava jardins. A criação de jardins públicos destinados ao lazer era influência das idéias da burguesia europeia, que visava transformar os jardins privados da nobreza em espaço público, possibilitando assim uma nova necessidade urbana nas cidades (CARTAXO, 1984).

Conforme Hugo Segawa (1983 *apud* CARTAXO, 1994), um dos primeiros parques ajardinados criados no Brasil foi o Passeio Público do Rio de Janeiro,

instalado com a chegada da Família Real no país¹². Composto por esculturas, chafarizes e várias espécies da flora nacional, este espaço se tornou “palco” da sociabilidade carioca no século XIX. No Brasil, a prática da jardinagem se refletiu principalmente nas praças, tornando as estruturas “vazias” destas em espaços arborizados, ajardinados e de grande cobertura vegetal. Nesse contexto, as peculiaridades que diferenciavam as noções de uma praça e de um jardim se perderam.

Além de reformas realizadas na estrutura física, as intervenções nas praças impulsionavam novas formas de sociabilidade ligadas às noções de civilidade e assepsia. Walter Benjamin (1985) afirma, quando trata das intervenções realizadas em Paris por Haussmann, que as reformas não pretendiam somente adequar a cidade aos novos fluxos urbanos, mas eram também medidas políticas que visavam disciplinar os usos dos seus habitantes, pois evitava a construção de barricadas operárias e facilitava a ação da cavalaria de Bonaparte (LEITE, 2004).

Nesse contexto, os espaços públicos de Fortaleza no final do século XIX tornaram-se alvos de discursos e práticas de um novo tipo de saber, a medicina social. Consistia num saber que considerava o todo social e urbano passível de medicalização. Ponte (1993, p.17) destaca que “[o] olhar clínico recomendou [...] a construção de espaços arejados e iluminados para salvaguardar a salubridade de mercados, escolas e cadeias”. Assim, o urbanismo surgiu ligado às práticas da medicina social, haja vista as terminologias adotadas nos processos de urbanização que podem ser entendidas por analogia aos termos provenientes das ciências médicas.

Um estudo da origem e dos significados das expressões numa dimensão temporal, realizado por Vasconcellos e Mello (2006), permite um entendimento melhor das práticas urbanas: intervenção, cirurgia, regeneração do tecido urbano, organismo constituem um conjunto de metáforas utilizadas em campos do conhecimento como o urbanismo e a restauração do patrimônio cultural. A medicina social utilizava como estratégia para resolver problemas ocasionados por doenças

¹² Ver melhor em SEGAWA, Hugo. Os jardins públicos no Período Colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro. **Revista Barroco**. Serviço do Patrimônio Histórico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1983.

epidêmicas o modelo de quarentena, que consistia nos seguintes procedimentos: vigilância, desinfecção, divisão do espaço para inspeção etc. Alguns procedimentos se tornaram instrumentos para as intervenções urbanas que se consolidaram no mundo no século XIX.

Mas, desde o século XVIII, a higienização urbana gradativamente se tornava uma tendência dessas práticas. Visava criar sistemas de esgoto, remover do centro das cidades atividades consideradas poluidoras como “matadouros” e, também, instituições como prisões, hospitais e hospícios (HAROUEL, 1990). Em Fortaleza, a disciplinarização da população ocorria via estratégias higienistas e comportamentais. Os médicos e higienistas da época enfatizavam a importância de passeios ao ar livre, de exercícios corporais e recreações esportivas tais como *skatingrink* (patinação no Passeio Público), ciclismo nas praças e corridas de cavalos¹³. Proíbiam o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e tratavam até mesmo da moda, definindo que tipos de roupas homens e, principalmente, mulheres deveriam usar (PONTE, 1993). Nesse período vigorava o Código de Posturas criado em 1865. O Código consistia numa série de artigos sobre inúmeros assuntos que se preocupavam em geral com a disciplinarização e adequação da dinâmica da cidade à modernidade desejada.

Assim, o espaço público se desenvolve em Fortaleza como espaço de controle social, pois havia medidas para modificar o comportamento público dos indivíduos levando-os a respeitar regras de conduta consideradas higienizadas e disciplinadas.

A regeneração das praças, portanto, vai além do mero aformoseamento: facilitava a circulação e determinava novas regras de convívio e utilização do espaço público, além de estimular a prática de exercícios corporais nos jovens e estudantes, tida como benfazeja aos costumes e à saúde (PONTE, 1993, p.39-40).

É no contexto de “aformoseamento” e higienização dos espaços que a Praça dos Mártires surge como espaço público na cidade e, conseqüentemente, como o principal pólo aglutinador de sociabilidades.

¹³ As corridas de cavalos eram realizadas no Campo do Prado, numa área vizinha ao bairro Benfica onde se localizavam várias chácaras.

2.2 História da Praça dos Mártires (Passeio Público)

A Praça dos Mártires, mais conhecida em Fortaleza como Passeio Público, é considerada um dos espaços mais antigos da cidade. Devido à proximidade com o Forte Nossa Senhora da Assunção¹⁴, na primeira metade do século XIX, o areal em que se situava a praça tornou-se um lugar destinado a execuções de pena de morte, como a dos participantes da Confederação do Equador. Um movimento revolucionário integrado pelas províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas que pretendia criar um novo Estado no nordeste, adotar a república como forma de governo e lutar por mais igualdade social.

Todavia, a Confederação do Equador foi vencida em 1824 pelo governo imperial. E, em 1825, alguns participantes deste movimento revolucionário, Carapinima, Padre Mororó, Pessoa Anta, Ibiapina e Azevedo Bolão foram executados no chamado Campo da Pólvora. Um local próximo ao Forte, destinado ao sacrifício de criminosos, que se tornou décadas depois parte do Passeio Público (ARAGÃO, 1999). Ambos foram homenageados com o nome oficial atribuído ao espaço, Praça dos Mártires e, também, seus nomes fazem referência a ruas da cidade de Fortaleza.

Desde o seu surgimento vários nomes foram atribuídos à praça de acordo com sua funcionalidade:

- Largo da Fortaleza, devido à proximidade com o Forte Nossa Senhora da Assunção durante o século XVII;
- Largo do Paiol, pela existência de um paiol de pólvora no local atual do Hospital Santa Casa de Misericórdia (lado do mar);
- Campo ou Largo da Pólvora, local onde se guardava material bélico e também espaço destinado ao sacrifício de criminosos. Foi erguido um patíbulo (estrado ou lugar sobre o qual se aplicava pena de morte aos condenados) para punir condenados de crime comum;

¹⁴ Este forte foi erguido em 1649 pelos holandeses e era denominado Forte de Schoonenborch. Mas, em 1656 foi entregue aos portugueses e redenominado Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

- Largo do Hospital da Caridade ou da Misericórdia, em homenagem ao Hospital Santa Casa de Misericórdia instalado em 1867;
- Dos Mártires, em homenagem aos revolucionários da Confederação do Equador, fuzilados em 1825;
- E, finalmente, Passeio Público nome pelo qual é mais conhecida a partir de 1880, ano de sua inauguração como espaço de sociabilidade.

Segundo Raimundo de Menezes (2006), o primeiro idealizador do Passeio Público foi o presidente da província Dr. Fausto Augusto de Aguiar, pois no relatório de 1º de julho de 1850 o mesmo apresenta o seguinte trecho no capítulo “Obras Públicas à Assembleia Provincial”:

Tenho como obra de necessidade a construção duma muralha que, estendendo-se em frente ao largo do paiol, desde a ponta da fortaleza até o lugar onde se acha edificado o hospital de caridade, embargue o desmoronamento do morro que, se for continuando gradualmente como se observa, abreviará o dito largo, e ameaçará aquele vasto e importante edifício. Não será demais um aformoseamento para o lugar, que, sendo ajardinado, se tornará um belo passeio público. Ser-vos-á presente o respectivo orçamento (MENEZES, 2006, p.93).

O presidente da província idealizou o “aformoseamento” porque o espaço se tornou o local preferido dos moradores próximos para passeios pela manhã e no final da tarde. Logo após surgiram outros requerimentos até que, na ata da sessão de 18 de fevereiro de 1864, verifica-se um trecho no qual o Passeio Público aparece como um empreendimento construído pelo governo da província.

O Sr. presidente fez a seguinte proposta: visto como quando se tratou de fazer as obras do aformoseamento da praça da municipalidade (hoje Praça do Ferreira), se teve em vista fazer dela uma espécie de passeio público, mas como hoje o governo empreendeu à custa da província um belo passeio e jardim público na praça entre o quartel e o hospital de caridade e nos barreiros da fortaleza até a cadeia nova e praça adjacente, julgo morta esta idéia primitiva de passeio na dita praça [...]. (MENEZES, 2006, p.94-95).

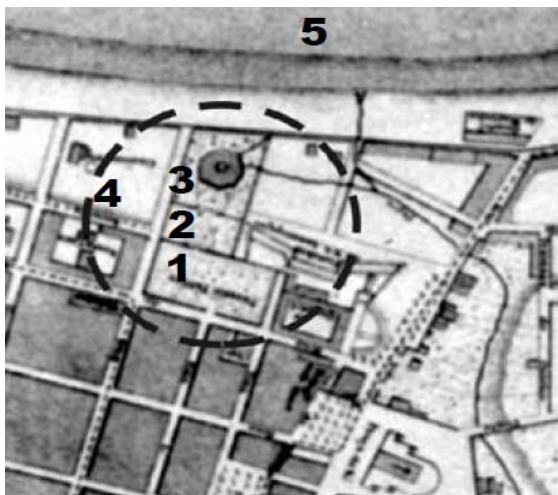
Segundo João Nogueira (1980), um dos construtores do Passeio Público como espaço de sociabilidade foi o comerciante português Tito Antônio da Rocha. Em 1879, ele começou a ornamentar o lugar, transformando o grande areal em uma praça pública reconhecida pelo município. Ele organizou apresentações da banda do 15º batalhão aos domingos, construiu um *rink* de patinação no qual alugava patins

para os jovens, um coreto cujo teto possuía forma piramidal, um “botequim”¹⁵, uma fonte com quatro pedestais com uma peça chinesa cada um¹⁶ e uma caixa d’água, estas duas últimas preservadas até hoje.

Após 1880, o Passeio Público é apresentado no relato de historiadores, cronistas e memorialistas como um espaço dividido fisicamente em três planos ligados por escadas, limitado a oeste pela Santa Casa de Misericórdia, a leste pelo Forte Nossa Senhora da Assunção, a sul pela Rua Dr. João Moreira e norte pelo oceano atlântico (FIGURA 1). Para Gustavo Barroso (1962), além de apresentar uma divisão no espaço físico, a praça era estratificada socialmente, pois cada plano era ocupado predominantemente por segmentos sociais diferentes.

O Passeio Público era uma ampla praça dividida em três partes iguais. A primeira era a Caio Prado, onde fervilhava a fina sociedade local; a parte do meio era chamada Carapinima, destinada ao pessoal de classe média e onde a Banda da Polícia Militar executava operetas e valsas vienenses. A terceira era a Avenida Padre Mororó, freqüentada pela ralé – as mulheres da vida, os rufiões e os operários pobres [...] (AZEVEDO, 1991, p.50).

FIGURA 1 – Planta da cidade de Fortaleza em 1888 de Adolfo Herbster



Disponível em: fortalezaemfotos.blogspot.com. Acesso em: 10 janeiro de 2013
Em destaque, os três planos do Passeio Público. 1. 1º plano; 2. 2º plano; 3. 3º plano; 4. Gasômetro¹⁷ e 5. Praia.

¹⁵ O “botequim” citado faz referência ao quiosque instalado no Passeio Público. As fontes não afirmam se tinha a mesma estrutura octogonal ou se estava situado no mesmo local no qual está hoje.

¹⁶ A fonte principal permanece preservada, porém não apresenta as peças de louça chinesa. Apenas um exemplar dessas peças está exposto no Museu do Ceará.

¹⁷ O gasômetro era formado por dois cilindros de ferro, engradados, situados entre o segundo plano do Passeio Público e a descida da atual Rua Barão do Rio Branco. O gasômetro fornecia gás carbônico para a iluminação da cidade.

O terceiro plano designado como Mororó era arborizado, possuía um lago artificial alimentado pelas águas do riacho Pajeú¹⁸ e uma estátua de Netuno (FIGURA 2). Neste espaço encontravam-se emas, cutias, cisnes e patos soltos. Era o plano mais próximo ao mar, frequentado pelas pessoas mais pobres, por prostitutas e soldados. Em 1914, a câmara municipal permitiu a instalação de uma usina de eletricidade que aterrou o lago e destruiu a harmonia da paisagem aos poucos (BARROSO, 1962). Outra parte deste plano foi ocupada pela Avenida Presidente Castelo Branco¹⁹ (conhecida como Leste-Oeste) construída na década de 1970.

FIGURA 2 – Imagem do segundo e terceiro planos do Passeio Público em 1911



Fonte: Arquivo Nirez. Fotografia que apresenta em destaque o segundo e terceiro planos do Passeio Público na década de 1910. É possível localizar o antigo quiosque oriental e a estátua de Netuno situados numa área próxima ao mar.

O segundo plano chamado Carapinima também era arborizado e nele instalaram o Cassino Cearense. Era um local frequentado pelas camadas médias da população que, com o passar dos tempos, tornou-se um campo para partidas de futebol (FIGURA 3)²⁰. Hoje, este plano é ocupado com galpões da 10ª Região Militar para estacionamento e também treinamento de novos soldados²¹.

¹⁸ O Pajeú é considerado um riacho que deu origem à cidade, pois o Forte Schoonenborch, construído durante a ocupação holandesa no Ceará, foi erguido na sua margem direita. Atualmente, encontra-se exposto em área urbanizada atrás do Mercado Central de Fortaleza, no bosque do Paço Municipal (Gabinete da Prefeitura de Fortaleza) e no Parque Pajeú.

¹⁹ A construção da Avenida Presidente Castelo Branco faz parte de um conjunto de mudanças na rede viária da cidade na década de 1970. A abertura dessa avenida ligava o porto com a zona industrial da Avenida Francisco Sá e da Barra do Ceará (GONDIM, 2007, p.110).

²⁰ Registra-se como o primeiro campo de futebol da cidade ou *ground* como diziam os ingleses, responsáveis pelo surgimento deste esporte na cidade. Sobre esse assunto, ver PINTO, Rodrigo M. S. **Do Passeio Público à Ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

²¹ Com base na análise de documentos do IPHAN, em 1965, este plano intermediário também foi incluído no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e é alvo de um projeto que ainda está em discussão chamado Belvederes cujo objetivo é ampliar o Passeio a partir da cessão dos galpões da 10ª Região Militar.

FIGURA 3 – Campo de futebol no segundo plano em 1904

Disponível em: fortalezanobre.blogspot.com. Acesso em: 10 janeiro de 2013

No primeiro plano, localizado entre o Forte e a Santa Casa de Misericórdia, foi construída em 1888 a Avenida²² Caio Prado com vista para o litoral. O nome foi em homenagem ao presidente da Província do Ceará falecido antes do término do mandato. As pessoas passeavam, sentavam nos bancos, viam o pôr-do-sol, sentiam a brisa vinda do mar e, também, assistiam às partidas de futebol ocorridas no segundo plano (FIGURAS 4 e 5). Este espaço tornou-se o local mais frequentado pela elite de forte influência europeia, principalmente francesa, no período da “belle époque” (PONTE, 1993) fortalezense. Nesse período, os fortalezenses eram influenciados pelos padrões culturais europeus, principalmente franceses e ingleses, na vida cultural e na dimensão estética.

FIGURA 4 – Avenida Caio Prado no Passeio Público

Fonte: Ponte (1993, p.115). No Passeio Público, o encontro de famílias elegantes na Caio Prado, avenida exclusivamente reservada para o deleite das elites fortalezenses.

²² O termo “avenida” era empregado para certas alamedas construídas dentro das praças.

FIGURA 5 – Avenida Caio Prado

Disponível em: fortalezanobre.blogspot.com. Acesso em 10 janeiro de 2013
Intensa movimentação para assistir às partidas de futebol realizadas no segundo plano.

A diferenciação social entre as práticas, comportamentos e costumes dos usuários do Passeio Público no período entre 1880 e 1930 é ilustrada nos “Cantares Bohêmios” de Raimundo Ramos Cotoco (2006), pintor, músico e poeta lírico:

I

Em dias próprios de festa
Não procuro outro recreio:
Tomo o bonde e, na palestra
Vou perlustrar no passeio

Apenas, chegando,
Vou a Caio Prado
Avenida bela,
Do povo educado
Do luxo e namoro
Dos tipos pedantes
Que procuram ouro
E seda e brilhantes:

Das magras, das gordas,
Das feias, das belas,
Das tortas, corcundas,
Roxas e amarelas:
Das caras pintadas
Das velhas titias
Das damas casadas
Das mil fantasias

II

Enquanto a música ronca
Uma valsa mariosa
Vou mudando de avenida
Olhar a minha dengosa

Vou à predileta,
 Que é Carapinima
 Dos brancos escuros,
 Do primo, da prima,
 Das capas bordadas,
 Do velho burguês
 Das lindas viúvas
 Do povo cortez

Das prêtas Chiquinhas,
 Das Lauras mimosas,
 De grossas pilherias,
 Respostas gostosas;
 Onde o milionário
 E os sábios doutores
 Têm seus reservados,
 Supimpas amores

III

Depois de um calix de Cumbe
 Ou coisa mais agradável,
 Me estendo p'ra Mororó,
 Que é avenida impagável:

Das saias de chita
 Criadas faceiras,
 Bando de meninas,
 Risadas, carreiras,
 Ampla liberdade
 Do povo contente
 E onde se vêem
 No meio da gente:

Beliscões, beijócas,
 Bofetes, pancadas,
 Empurrões, apertos,
 Respostas salgadas...
 Porém todos gozam,
 Todos fazem vasa,
 Até nove e meia
 Que eu volto p'ra casa.

No desenrolar deste cântico percebo a diferenciação entre os usuários desses três planos e a vinculação dos mesmos a grupos sociais diferentes. Os da Caio Prado (1º plano) representantes da “fina sociedade local” são reconhecidos como educados, reservados e “pedantes”, as mulheres são casadas ou senhoras idosas que usam roupas de seda e brilhantes. Enquanto isso, na Carapinima (2º

plano), os usuários da classe média são mais gentis, delicados e corteses, as mulheres usam capas bordadas e respondem aos homens de forma que lhes incitam prazer, por isso é o lugar em que homens de alto poder aquisitivo encontram seus amores. Já na Mororó (3º plano), os usuários representantes da “ralé” são contentes, as jovens riem, correm, desfrutam de ampla liberdade. É o lugar onde se vê empurrões, apertos, beliscões e beijos entre os usuários.

Embora o cântico não apresente os conflitos existentes, Ponte (1993) afirma que a distinção entre os usuários do Passeio Público era característica da sociedade da época: estratificada em “classes” sociais diferentes. Nessa narrativa se percebe o quanto todos jogam nos seus comportamentos e disposições sociais, e que não há uma proibição formal impedindo indivíduos de um grupo social frequentar o espaço característico de outro grupo, haja vista o “milionário” e os “sábios doutores” que encontravam no segundo plano seus “supimpas amores”. E, como dentro das praças tinham algumas alamedas, as chamadas *avenidas*, o próprio primeiro plano não era homogêneo, mas havia distinção entre a ala “*chic*” e a ala das domésticas.

Nesse contexto, o Passeio Público tornava-se um lugar de lazer e sociabilidade, um cartão de visita de Fortaleza. Era considerado um ícone da cidade e um dos locais mais apresentados nos cartões postais (FIGURA 6).

FIGURA 6 – Cartão Postal de 1907



Disponível em: <http://fortalezanobre.blogspot.com.br/2010/06/fortaleza-na-belle-epoque-iii.html>. Acesso em: 10 janeiro de 2013. Cartão postal datado de 1907 que apresenta uma família nuclear considerada elegante desfrutando o ar saudável do Passeio Público. Esta imagem está também no Álbum de visitas do Ceará, de 1908. Em destaque também, outra imagem como o chafariz da praça.

Segundo Barreira, “[o]s postais põem também em evidência espaços legitimados [...]. Também ideais de progresso e embelezamento informam um conjunto de registros visuais, realçando locais freqüentados pela elite” (BARREIRA, 2008, p.5). Tanto os cartões postais quanto as fotografias da época, como as do álbum “Fortaleza 1910” (1981)²³ tinham como objetivo mostrar o desenvolvimento da capital por meio de imagens de praças, ruas, edifícios e outras construções. Neles a maioria das fotos é do Passeio Público. O conjunto de fotografias do álbum “Fortaleza 1910” (1981) mostra uma cidade instaurada em uma racionalidade, que valorizava o belo, civilizado e saudável (FIGURA 7).

As imagens insinuam que a Capital Alencarina tinha um estilo inteiramente agradável à visão, composição estética esta complementada pela predominância do uso de paletós, chapéus, vestidos longos e sombrinhas, neles prevalecendo os tons claros compatíveis com a intensa luminosidade solar que banha a Cidade o ano inteiro (PONTE, 1993, p.134).

FIGURA 7 – Avenida Caio Prado



Disponível em: helenanogueiraciberjornalismo.wordpress.com. Acesso em 10 janeiro de 2013

Nesse período, não somente as fotografias e os cartões-postais, mas também os guias de viagem destacavam principalmente as praças e o Centro, em detrimento das praias e outros equipamentos como se vê nos dias atuais²⁴. O Passeio Público e outras edificações estavam *in foco* porque eram representativas

²³ O álbum de fotografias “Fortaleza 1910” foi confeccionado pela casa francesa Boris Frères e Cia., impresso em Nice, tinha como objetivo mostrar o desenvolvimento da capital cearense.

²⁴ Ver melhor em CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

do processo de “modernização” e reformas urbanas de Fortaleza. O Passeio era um “lugar de destaque”, expressa o memorialista Almada (2011), uma “vitrine ideal” em que os usuários desfilavam os símbolos do que era considerado civilizado e elegante. E, portanto, lugar de visibilidade como mostra o romance de Caminha (2007) em que se descobriam até mesmo fatos sobre a vida dos habitantes da província.

Por ser a praça um lugar de destaque, todos se vestiam a caráter para o ambiente. Os homens trajados de chapéu de palhinha, veludo, chapéu cubano, paletó de caruá, sapato bico-fino de cor branca ou telha, marca Polar, Belmont, Clark, Scatamaki ou verniz de cor preta com salta carrapeta, de couro de bezerro alemão de couro de cobra e jacaré, vendido na sapataria Clark, vizinho à Leão do Sul, depois sapataria Belém, da família Capelo (ALMADA, 2011, p.350-351).

E, num assomo de despeito, a Campelinho lembrou mulheres casadas que tinham amantes e que viviam muito bem na sociedade; citou a mulher do Dr. Mendes, juiz municipal. Estava ali uma que fora encontrada aos beijos com o José Pereira, da Província, em pleno Passeio Público! (CAMINHA, 2007, p.54)

Entretanto, todas as construções e reformas realizadas no território urbano apresentadas até aqui são apenas uma das faces da “belle époque” fortalezense. A outra face do crescimento gerado na “belle époque” que não pode ser esquecida é a concentração de pessoas na capital oriundas do interior do Ceará devido às secas. O espaço urbano se tornou “palco” de disputas, pois muitos desses “flagelados” não tinham onde se abrigar, nem recursos, nem condições básicas de higiene o que levava a várias doenças, resultando num quadro de miséria e “degradação”.

Constatam-se iniciativas do poder público de construção de instituições como asilos que abrigariam mendigos, loucos e leprosos, segmentos considerados desviantes da sociedade (PONTE, 1993). As instituições assistencialistas embora apresentassem o ideal de cuidar dos desabrigados, pretendiam também afastá-los do Centro, pois a maioria dos asilos era construída longe do perímetro central.

Devido ao grande número de migrantes oriundos do interior do Estado, as práticas culturais ora mesclavam-se ora separavam-se entre elementos considerados “atrasados” (práticas da “cultura local do interior”) e “modernos” (práticas alinhadas com os ideais de civilidade e progresso difundidos pelas

metrópoles mundiais da época). Nas relações sociais da elite urbana prevalecia o “culto do afrancesamento”, os indivíduos utilizavam termos franceses no linguajar, nos nomes de lojas e produtos. A literatura francesa e os valores filosóficos tinham forte penetração, as “moças de boa família” oriundas da elite urbana cultivavam a música erudita e a aprendizagem do francês e do inglês (GONDIM, 2001b).

Enquanto isso, outros indivíduos que não almejavam esse padrão civilizado expressavam-se por meio de vaias, apelidos, ditos jocosos, escárnio, riso, irreverência, principalmente, nos espaços públicos. O “culto do afrancesamento” era às vezes tão exagerado que se transformava em motivo de gozação pública por parte destes indivíduos. Tal postura frente à imposição de outros padrões culturais foi denominada por um cronista de jornal da época como “moleque”, assim surge a expressão “Ceará Moleque” para designar a “resistência” por parte de alguns indivíduos nesse período (PONTE, 1993).

A tensão existente entre essas práticas demarcava as distâncias entre os grupos sociais. Em *A Normalista*, Adolfo Caminha retrata a diferença entre o “pobre” e o “indivíduo mais ou menos endinheirado”:

[...] [P]obre em Fortaleza, ainda que pesasse quilogramas d'honradez, era sempre o pobre, maltratado, espezinhado, ridicularizado, perseguido, enquanto que o indivíduo mais ou menos endinheirado podia contar amplamente, largamente (e abria os braços) com a simpatia geral: tinha ingresso em todos os salões [...], fosse ele, embora, um patife, um grandíssimo canalha (CAMINHA, 2007).

Nos espaços públicos, cafés, clubes, bondes e, principalmente, nas praças do Centro se percebia mais nitidamente a distanciação entre os grupos, pois esses locais ofereciam espaço de visibilidade frente à sociedade como um todo. No Passeio Público, a diferenciação entre “ricos” e “pobres” se apresentava nos três planos frequentados, em sua maioria, por grupos sociais diferentes e nas alamedas “chic” e das domésticas. Nos bondes, primeira e segunda “classes” eram distinguidas pelas testadas verdes e prateadas, respectivamente. No Cemitério São João batista, as alamedas eram separadas de acordo com os segmentos sociais existentes. A exclusividade da elite urbana proibia o acesso de indivíduos considerados estranhos aos clubes como menciona Raimundo Girão: “Formava-se, assim, do lado de fora, outra *jeunesse dorée*’, desejosa de subir pela escada de

Jacó dos seus anseios até os olímpicos das grandes salas de arte do perfume e da música” (1979, p.151).

A diferenciação social se expressa mais ainda na expansão urbana da cidade. No início do século XX houve a formação dos primeiros bairros de classe média e alta, como Jacarecanga e Benfica. A expansão urbana ainda se dava de forma lenta e ordenada. A partir da década de 1930, o crescimento de Fortaleza se intensificou principalmente no que se refere à população²⁵, sendo comparado a um “inchamento”. Paralelamente, houve um aumento no processo de espacialização com a construção de moradias na parte leste, delimitando o bairro da Aldeota, e à formação de favelas como a do Pirambu e o Arraial Moura Brasil²⁶ na zona oeste. Nas décadas de 1950 e 1960, muitas famílias de classe média e alta que residiam no Centro começaram a se deslocar para bairros localizados no leste, para a Aldeota, enquanto famílias pobres permaneciam na parte oeste.

[...] [V]erificou-se o deslocamento para outros bairros, principalmente para a Aldeota, de parte do comércio e serviços localizados no Centro. Prejudicado pelo sistema viário em xadrez, com ruas estreitas e insuficientes espaços para estacionamento, bem como pela ausência de transporte coletivo de qualidade, o trânsito na área central tornou-se caótico, o que contribuiu para afugentar consumidores com maior poder aquisitivo (GONDIM, 2007, p.110-111).

Não somente as residências e as atividades de comércio, mas também as instituições político-administrativas (Assembléia Legislativa, Palácio do Governo, Prefeitura, Câmara Municipal etc.) e os equipamentos turísticos e de lazer (clubes, hotéis, cinemas e praças) se deslocaram ou foram construídos novos em outros bairros. Além disso, após a década de 1970, bairros situados a leste e sudeste como a Aldeota, Meireles e Varjota foram beneficiados por financiamentos do Banco Nacional da Habitação (BNH), construíram edifícios multifamiliares e transformaram-se nos bairros mais valorizados da cidade dando origem a outras centralidades.

No curso de meio século, ou duas gerações, o centro de Fortaleza sofreu um processo brutal de espoliação, perdendo parte de seu dinamismo

²⁵ No final do século XIX, a população era cerca de 75 mil habitantes. Em 1920, era pouco mais de 78 mil. Entre 1940 e 1950, a população passou de 180 mil para 270 mil. Atingiu 800 mil em 1970 e 1,3 milhão de habitantes em 1980 (GONDIM, 2007).

²⁶ O Arraial Moura Brasil é uma favela localizada atrás da Estação Ferroviária João Felipe. Na década de 1930 foram removidas para esta área mulheres que se prostituíam no Centro. Esta área abrigou o “baixo meretrício” até 1974, quando alguns casebres foram removidos devido à construção da Avenida Leste-Oeste (GONDIM, 2007).

econômico e prestígio cultural. Mais que isso: ele deixou de constituir referência primordial de muitos habitantes locais, em sua rotina diária (SILVA FILHO, 2003, p.16).

O êxodo de práticas ditas nobres, de atividades geradoras de fluxos como as que resultam das instituições públicas e a substituição “por atividades de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais e praticadas por usuários e moradores com menor ou quase nenhum poder aquisitivo” foi um processo verificado não somente no Centro de Fortaleza, mas também nos centros urbanos de outras cidades (VARGAS; CASTILHO, 2006, p.4).

Silva Forte e Rodrigues (2004) mostram que a área central de Fortaleza tornou-se ao longo dos anos local de compra e lazer dos moradores da periferia. Com o deslocamento das atividades financeiras, políticas e comerciais para a zona leste, o Centro transformou-se em “pólo de consumo da periferia”. Isso não significa que os indivíduos oriundos das classes médias não procurem o Centro, porém “[...] a maior parte de cerca de 100.000 pessoas por dia que anda pelas ruas da ‘área central’ vêm de bairros deficitários em termos de lojas, [...] poderes e setores públicos [...], atividades de lazer” (2004, p.248).

Chegou-se, assim, à cidade policentrada e dividida de hoje, cada vez mais afastada da memória dos poucos casarões que ainda resistem no seu velho centro, cujas ruas sujas e feias exibem o espetáculo barulhento da exclusão social (GONDIM, 2001b, p.60).

A noção de centro como ponto para o qual convergem os trajetos começou a diluir-se a partir do surgimento de subcentros que se tornam concorrentes do centro “principal”. As referências a um único espaço de lazer desapareceram à medida que surgiram novos espaços como o Parque da Liberdade reformado em 1922 que, segundo Ponte (1993, p.59), “veio repartir as opções de lazer com o venerável Passeio Público”, sem falar na Praça do Ferreira, clubes, cinema e, posteriormente, *shoppings* e praias.

A expansão das áreas urbanas resultou na aceleração da “deterioração” e “degradação” do bairro Centro. O êxodo das instituições político-administrativas, das atividades de comércio e lazer experimentado pela área e a tendência da maioria das cidades se tornarem policêntricas contribuíram também para a “degradação” do patrimônio edificado. Gondim (2001a) afirma que a destruição dos vestígios da

história da cidade é uma evidência da nossa falta de apreço pelo passado. Segundo Benjamin (1985), a destruição e a degradação de monumentos históricos resultam da falta de experiências comuns entre pessoas e grupos nestes espaços sociais e da perda de uma memória relacionada aos mesmos. Ele atribui a não valorização do patrimônio cultural à pobreza de experiências, porque os locais que marcam a memória de uma cidade são espaços carregados de histórias e experiências vividas.

Nesse sentido, o Passeio Público pode ser caracterizado como um “lugar de memória”, na expressão de Pierre Nora (1984), pois se constitui como uma construção material representativa do passado, um lugar funcional com potencial para propiciar experiências coletivas entre os indivíduos e, também, um lugar simbólico por conter símbolos e gerar histórias sobre traços comuns da coletividade.

Um acontecimento histórico que faz referência à “degradação” de espaços públicos em Fortaleza é a revolta urbana de 1912. Esta revolta impulsionada por segmentos desfavorecidos visava depor o governo oligárquico de Nogueira Accioly presente há 14 anos no poder. Resultou numa guerra civil nas ruas e praças da cidade na qual os revoltosos, em três grandes passeatas, depredaram praças e destruíram os “ícones” considerados modernos construídos na gestão de Accioly. Segundo a historiografia cearense, embora os revoltosos estivessem insatisfeitos com a oligarquia que governava, a destruição dos ícones “modernos” revela também a desaprovação dos revoltosos aos efeitos da civilidade e progresso impostos.

2.3 Tombar para preservar o patrimônio histórico

A “degradação” do patrimônio edificado da cidade levou-me a refletir sobre os processos de conservação do patrimônio cultural, como o recurso do tombamento que visa à preservação de espaços públicos significativos para a história da cidade. O tombamento é um recurso utilizado para os bens culturais com o objetivo de assegurar a garantia da perpetuação da memória. Tombar tem se tornado sinônimo de guardar e preservar, assim, um “bem tombado não pode ser destruído e qualquer intervenção por que necessite passar deve ser analisada e autorizada” (LEMOS, 1987, p.85). Segundo a pesquisadora Berenice Neves,

[...] o que restou do passado colonial brasileiro, em termos arquitetônicos, deve-se em grande parte ao instrumento legal do tombamento. Esse instrumento ainda é imponente e insuficiente para preservar o bem tombado, já que ele não garante as condições de conservação e manutenção, o que pode ser constatado através das condições físicas em que se encontram muitos desses exemplares de patrimônio tombado em Fortaleza (NEVES, 2003, p.56).

No caso do Passeio Público, algumas tentativas contrárias à “degradação” ocorreram quando, na década de 1940, a praça foi reformada nos moldes do Passeio Público do Rio de Janeiro e recebeu réplicas de esculturas clássicas, da fundição de Val D’Osne. E, em 13 de abril de 1965, quando foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN)²⁷ por meio do Decreto-Lei nº 25/1937 de 30 de novembro de 1937.

No Brasil, a maior parte das políticas públicas de proteção patrimonial restringiu-se a esfera do poder federal. A Constituição de 1937 foi decisiva ao sancionar “o instituto da propriedade privada ao interesse coletivo (sob a ingerência do Estado)”, contribuindo assim para a viabilização dos processos de tombamento instituídos pelo Decreto-Lei nº 25/1937. O órgão responsável pela realização dos tombamentos era o IPHAN que se encarregava da “identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.45).

Inicialmente, os intelectuais vinculados ao IPHAN pautaram-se por preceitos franceses para definir a Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade. Embora buscasse proteger o patrimônio propriamente brasileiro, o IPHAN levou em conta a função social da propriedade e conservou os bens considerados memoráveis para a história oficial da nação. As primeiras ações de defesa selecionaram edifícios coloniais, palácios governamentais, prédios neoclássicos e ecléticos.

A perspectiva inicial era muito reducionista, o patrimônio era reconhecido apenas no âmbito histórico com base em recortes cronológicos, lugares que apontavam para episódios militares e personagens emblemáticos. A perspectiva

²⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) foi criado em 13 de janeiro de 1937, por artistas e intelectuais brasileiros ligados ao movimento modernista. Desde sua fundação, o Iphan trabalha com a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

histórica foi substituída algumas décadas depois por outra mais abrangente pautada nos referenciais culturais e nas realizações imateriais, haja vista a implementação do Decreto nº 3.551/2000 que instituiu o registro dos bens culturais de natureza intangível. A noção de patrimônio histórico foi ampliada para a de patrimônio cultural. Gilberto Velho (2006) afirmou que houve um desprezo de importantes manifestações da cultura brasileira devido à demora desta mudança de perspectiva. Neves (2003) aprofunda esta crítica quando trata o desprezo das políticas públicas no Brasil aos bens culturais de segmentos subalternos como resultado da

[...] própria história do país, em que uma elite branca, informada através de valores e modelos ditos civilizados e europeus, procurou, com estratégias coercitivas explícitas ou sutis, reprimir manifestações originais provenientes dos segmentos populares (p.52).

Mas, segundo Funari e Pelegrini (2006), a partir da década de 1980 foi consolidada entre os especialistas tal ampliação do conceito de patrimônio, considerando agora não só a produção de artistas e intelectuais reconhecidos, mas também as criações populares.

[...] [A] proteção de monumentos isolados, outrora priorizada, foi suplantada pela preservação dos espaços de convívio, assim como pela recuperação dos modos de viver de distintas comunidades, manifestas, por exemplo, na restauração de mercados públicos e de outros espaços populares. Entre essas áreas, destacamos a do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho [...], um dos mais antigos templos de culto religioso negro no Brasil (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.49-50)

O tombamento do Terreiro Casa Branca do Engenho Velho em Salvador, Bahia, é um caso emblemático da adaptação das políticas públicas de patrimônio à heterogeneidade da vida social. Gilberto Velho como relator e membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1984 mostrou que tal tombamento aponta para o papel da sociabilidade e do convívio dentro das camadas populares e, também, demonstra que as atividades religiosas com seus rituais e crenças são importantes para a compreensão e dinâmica das identidades. Assim, pela primeira vez, a tradição afro-brasileira obteve reconhecimento oficial do Estado Nacional, mesmo enfrentando dificuldades, pois havia nesta questão (e, em todas as outras que envolvem o patrimônio) interesses diferenciados e antagônicos e, independente, dos “aspectos técnicos e legais, o que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil” (VELHO, 2006).

Estava em discussão o que poderia ser valorizado pela política de tombamento e como seria a relação desta com a própria identidade da nação brasileira.

Em relação à preservação de centros urbanos, só em meados da década de 1970 é que as cidades e os centros antigos foram vistos como bens culturais em sua integridade. No Brasil, a primeira ação de preservação voltada para cidades foi em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1933. “Ouro Preto foi preservada porque se desejou proteger seus monumentos maiores, cada um visto de per si, e o ato legal visou à proteção de um ‘pacote’ de construções, cujas áreas envoltórias acabaram abrangendo a cidade toda” (LEMOS, 1987, p.46). A cidade passou a ser vista como artefato, ou melhor, como um bem cultural de uso coletivo composto de mil e um artefatos relacionados entre si.

Ao longo dos anos, as ações em defesa dos centros antigos adotaram políticas capazes de gerar novos usos. Contudo, as ações de adaptação dos espaços a novos usos resultaram na exclusão das populações residentes e não foram tão integradoras e favoráveis à heterogeneidade como se propunham. A recuperação do Centro Histórico de Lima, Peru, foi marcada pela volta de segmentos dominantes e a expulsão da população residente que usufruía das praças como local de comércio, encontros e sociabilidades. Os antigos usos foram inibidos pela imposição do uso contemplativo e de padrões burgueses de sociabilidade na cidade (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Quando o Passeio Público foi tombado em 1965, a perspectiva histórica era dominante. É importante destacar que a praça passou por uma “transição”: após o tombamento, deixa de ser considerada apenas como espaço público e passa a ser um patrimônio da cidade, esse “caráter” duplo perpassa a praça em todos os momentos.

Segundo o Ministério da Cultura (2005, p.162-163), a praça foi tombada por representar “o núcleo de ocupação inicial da cidade de Fortaleza” e fazer “parte do segmento mais antigo [...] que se desenvolveu nas proximidades da Fortaleza de Nossa senhora da Assunção, que deu o nome à cidade”. Além disso, está situado numa área próxima a outras edificações históricas. No lado leste, encontram-se o Forte Nossa Senhora da Assunção construído no século XVII; o Mercado Central e a

Catedral Metropolitana. Defronte à praça, o Museu da Indústria (que já acolheu a Sociedade União Cearense, o Hotel do Norte e os Correios) e a Associação Comercial do Ceará (antigo Hotel de France), e mais na frente, na Rua Major Facundo, o Sobrado Dr. José Lourenço; no lado oeste, a Santa Casa de Misericórdia, o Centro de Turismo (Emcetur) sediado no prédio da antiga Cadeia Pública, e a Estação Ferroviária João Felipe (FIGURA 8).

FIGURA 8 – Mapa do patrimônio histórico próximo ao Passeio Público (Centro Histórico de Fortaleza)



Fonte: Google Earth

Para o tombamento do Passeio Público, um dos fatores levados em conta foi, principalmente, o fato do espaço em que a praça está situada atualmente ter sido “palco” das execuções de pena de morte após o fim da Confederação do Equador em 1824. Este movimento teve uma relevância nacional, já que pretendia a criação de um novo Estado, republicano e igualitário. A Confederação do Equador faz parte da história oficial da nação e, ao mesmo tempo em que, homenageiam os confederados, fazem referência também à truculência de um Estado Imperial.

Outro aspecto foi o fato da praça ter sido construída num período de reformas urbanas que buscavam modernizar a cidade. O Passeio Público apresenta

alamedas dispostas simetricamente, enquadradas dentro do plano projetado por Adolfo Herbster e alinhadas com grandes ruas, como as antigas Rua Formosa (atual Barão do Rio Branco) e Rua das Flores (Floriano Peixoto)²⁸. A modernização continuava com o embelezamento de espaços públicos por meio de tratamento paisagístico e implantação de jardins. A forma como estão dispostas as árvores e a grama do Passeio Público também apresentam influência francesa, pois estão distribuídas simetricamente, admitem poucos desníveis e possuem formas geométricas nos caminhos e na própria vegetação. A praça é como Zaíra, “cidade invisível” de Ítalo Calvino, que não conta o seu passado, mas “[...] o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas” (1990, p.14-15).

No período considerado áureo da cidade, o Passeio Público tornou-se o espaço de sociabilidade da elite cearense. Embora esse período fosse marcado por forte diferenciação entre “ricos” e “pobres”, entre práticas consideradas “atrasadas” e “modernas”, prevalecia a “belle époque” dos ricos, pois já neste período a elite se apresentava como legitimadora dos espaços. Desta forma, percebo que o tombamento do Passeio Público foi circunscrito a um recorte cronológico e demonstra a valorização de personagens emblemáticos e faz referência a episódios militares.

Mas, como já demonstrei, as práticas preservacionistas deixaram de priorizar apenas o material e passaram a valorizar espaços de convívio social, de experiências vividas e de produção da cultura imaterial. Os projetos de preservação do patrimônio que antes se concentravam apenas no registro dos bens culturais se aproximaram das intervenções urbanas designadas como “requalificação” realizadas atualmente e, agora, se baseiam na produção de efeitos visuais, na comercialização de produtos oriundos da cultura local, tais como artesanato, comida e numa preocupação com a funcionalidade do patrimônio.

As políticas de “requalificação” urbana emergiram em várias cidades no Brasil e no mundo e são resultantes da parceria entre poder público e iniciativa privada. Consistem na realização de projetos de renovação urbana cujas ações

²⁸ No plano urbanístico do engenheiro Silva Paulet em 1818, o traçado urbano da área central já deixava alguns espaços abertos, como o do Passeio Público.

combinam antigo e novo, passado e futuro, simbólico e econômico, tornando-se estratégias para o “enobrecimento” do espaço. Tanto as práticas de “requalificação” quanto as práticas de preservação do patrimônio têm como base os aspectos históricos, arquitetônicos e paisagísticos do lugar.

Por serem considerados os núcleos formadores da maioria das cidades, os centros históricos são os principais alvos de ambas as práticas. No centro histórico estão as localidades que servem como registros da história como os monumentos, prédios e praças considerados bens culturais, isto é, construções significativas para a memória social que constituem o patrimônio histórico.

Em Recife, Pernambuco, escolheram o Bairro do Recife Antigo como ponto de partida para os projetos de “requalificação” em 1993. Este bairro é considerado o marco zero da cidade, representativo da “belle époque” recifense com ruas longas e largas, prédios monumentais de estilo eclético característicos da arquitetura francesa. Os planos designados como “revitalização” procuravam criar uma nova imagem para o bairro, caracterizado como “degradado” e “marginal”, a partir da restauração do patrimônio edificado. Desde o início, as intervenções foram articuladas aos interesses da economia local por meio da criação de áreas de entretenimento e lazer, com bares, restaurantes, galerias de arte, *shows*, festivais etc. Tanto o poder público, quanto os empresários locais procuravam integrar o bairro à agenda cultural da cidade para que este espaço se tornasse central no circuito de atividades culturais e turísticas da cidade. Um dos resultados das intervenções foi o tombamento do bairro pelo IPHAN em 1998, que contribuiu para legitimar a “revitalização” e revelar uma nova perspectiva de preservação do patrimônio no Brasil (LEITE, 2002).

Desta forma, as políticas de “requalificação” se aproximam das práticas de preservação do patrimônio na medida em que se apresentam como uma nova forma de preservar e, também, quando procuram gerar novos usos para os bens culturais tombados. Isto porque há uma articulação entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial. No caso do Passeio Público, o patrimônio material corresponde à estrutura da própria praça preservada em seu quiosque, bancos, esculturas, no baobá etc. Já o patrimônio imaterial ou intangível refere-se às práticas efetivadas

pelos usuários. Essa articulação é um dos mecanismos da “requalificação”: a reinterpretção da tradição e a transformação dos bens culturais em mercadoria.

As práticas de evidenciar o capital simbólico de áreas consideradas históricas para a obtenção de investimentos econômicos pode ser designada pelo termo “gentrificação”²⁹. O termo “gentrificação” é utilizado para “designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais” (LEITE, 2004, p.19-20).

Para este mercado, a “requalificação” oferta novas atividades e práticas culturais mais atualizadas ao contexto contemporâneo. A ligação entre o patrimônio material e as expressões imateriais do patrimônio cultural é uma tentativa de realocização, de reinventar uma centralidade. Porém, essa idéia de centralidade é contrária à tendência atual da maioria das cidades se tornarem policêntricas (BARREIRA, 2010).

Desta forma, apresento no próximo capítulo uma contextualização da “requalificação” do patrimônio realizada no Brasil e no Centro Histórico de Fortaleza para que o leitor entenda quais os interesses, atores e práticas sociais emergiram diante do processo de “requalificação” do Passeio Público.

²⁹ Gentrificação é um neologismo, uma tradução controversa no Brasil do termo *gentrification*, derivado do inglês *gentry*. Alguns tradutores adotam a expressão enobrecimento, enquanto outros preferem manter o termo no original em inglês. Na seção 3.1.3, explico as especificidades deste tipo de intervenção.

3 “REQUALIFICAÇÃO” DO PATRIMÔNIO E OUTROS RES: LÉXICOS URBANOS

Os projetos de intervenção urbana no patrimônio trazem à tona a preservação dos bens culturais tanto em Fortaleza como em outras cidades, pois praças, edifícios e monumentos significativos para a história local se tornam os principais alvos destes projetos. Restaurar equipamentos “degradados”, dar nova funcionalidade, desenvolver a economia local estão entre os objetivos das intervenções realizadas no patrimônio cultural.

O Centro Histórico de Salvador apresenta como uma experiência de “requalificação” urbana é realizada com vistas a consolidar o patrimônio edificado. O tombamento da área do Pelourinho em 1967, aliado às estratégias para reinserir esta área na dinâmica da cidade e a elevação à condição de Patrimônio da Humanidade em 1985 contribuiu para a “requalificação” do centro histórico, pois, a partir da década de 1990, o casario no seu entorno foi tombado e logo após reformado por meio de investimentos privados. O tombamento do Pelourinho também demarca a complementação de órgãos da esfera do poder estadual e municipal em relação às ações voltadas para a defesa do patrimônio cultural. A partir da década de 1960, essas duas esferas do poder passaram a ter o recurso do tombamento nos seus respectivos níveis.

No contexto do Brasil, Scocuglia (2004) constata que as políticas de intervenção urbana voltadas aos centros históricos se divergem em duas posições. De um lado, visam à reestruturação de áreas urbanas caracterizadas como marginais, violentas e decadentes. Tais políticas funcionam como “estratégias para o desenvolvimento local”, nas quais o patrimônio e seus atributos ambientais, culturais e históricos recebem investimentos, pois fazem parte de um jogo de *marketing* e competição entre cidades no contexto de um mundo globalizado. Do outro lado, as experiências de intervenção são ligadas às práticas de “*gentrification*” que produzem uma cidade desigual e tomam a cultura como meio para a captação de investimentos. Os financiamentos vêm principalmente do capital privado e internacional e, muitas vezes, as questões ambientais e culturais são atropeladas.

Nos locais tidos como patrimônio histórico, Françoise Choay chama de “reutilização” um processo semelhante ao analisado nesta pesquisa. “A reutilização,

que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização do patrimônio” (2001, p.218). Os monumentos e o patrimônio histórico deixaram de ser um objeto de culto para tornarem-se uma mercadoria cultural, que é produzida e distribuída entre os consumidores. O objetivo da “reutilização” é (re)integrar o patrimônio na vida contemporânea.

Segundo Zukin (2000), a construção de novas paisagens urbanas depende de dois fatores: primeiro, “da fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas” e, segundo, “da reintegração que é fortemente matizada pelas novas formas de apropriação cultural”. Em contextos de intervenção, “[...] a genialidade dos investidores imobiliários [...] consiste em inverter a narrativa da cidade moderna, tornando-a um nexos fictício, uma imagem que uma larga faixa da população pode comprar, um panorama onírico de consumo visual” (2000, p.81).

Nos processos de intervenção atuais, a cultura é apresentada como a principal estratégia para inverter as narrativas e “requalificar” os centros das cidades, fazendo com que a ênfase das políticas urbanas recaia sobre as políticas culturais.

Nessa lógica de consumo cultural urbano, as vedetes são os grandes equipamentos culturais, franquias de museus e suas arquiteturas monumentais [...] que passam, assim, a ser as principais âncoras de megaprojetos urbanos inseridos nos novos planos estratégicos [...]. Tanto a cultura quanto a cidade passaram a ser consideradas virtuais mercadorias estratégicas manipuladas como imagens de marca, principalmente dentro do atual processo de globalização da economia (JACQUES, 2008, p.49).

Entretanto, as intervenções urbanas em geral não apresentam os mesmos elementos estratégicos ou apenas um padrão de execução. Até mesmo as nomenclaturas aplicadas nos referentes projetos são diversas. Vasconcellos e Mello (2006) explicam que embora alguns especialistas tentassem normalizar alguns termos, a proliferação de documentos (como as Cartas Patrimoniais), legislações e os diversos tipos de ações dificultaram a definição dos mesmos. Assim, surgiu uma série de expressões como requalificação, gentrificação, reabilitação, revitalização, renovação, preservação, que se tornaram léxicos de uma retórica relativa às cidades e parte integrante da agenda das políticas de intervenção urbana.

3.1. Requalificação, Revitalização e outros REs

Muitos termos adotados pelos projetos urbanísticos são acompanhados do prefixo RE. Este prefixo indica a repetição de algo existente, mas com uma nova forma. Segundo Vasconcellos e Mello, o RE é um “voltar a”, uma tentativa de refazer uma relação temporal “(...) que considera (ou finge considerar) a inclusão do *tempo* na análise do espaço” (2006, p.63, grifo do autor).

Implícita em todos os REs está a importância dada à recuperação dos centros urbanos e à preservação de áreas consideradas históricas. Vargas e Castilho explicam que recuperar o centro das metrópoles significa

[...] melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a conseqüente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infra-estrutura estabelecida. Dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem; gerar novos empregos (2006, p. 4-5).

Assim, o objetivo em geral das intervenções é dinamizar a economia urbana, atraindo não somente investimentos, mas também usuários, turistas, gerando condições de acessibilidade e habitabilidade e também valorizando a imagem do grupo político que executa a intervenção.

Tomando por base um dos glossários³⁰ desenvolvidos a partir do estudo das intervenções, apresento o significado das expressões mais recorrentes para facilitar a problematização das definições utilizadas e não tomar os conceitos como naturais, mas socialmente construídos.

3.1.1 Requalificação

Os projetos com esta nomenclatura emergiram em várias cidades no Brasil e no mundo como Salvador, João Pessoa, Lisboa, Berlim, Nova York e, na maioria dos casos, são resultantes da parceria entre poder público e iniciativa privada. A “requalificação” promove ações de restauro físico e medidas que incrementam o valor simbólico, a partir do planejamento de novos usos que ativam antigos sentidos perdidos no tempo.

³⁰ Glossário designado como SIRCHAL – Site Internacional sur la revitalisation des centres historiques des villes d’Amérique Latine et des Caraïbes (1995).

Segundo Peixoto (2009), entre as explicações mais relevantes para o surgimento desta problemática está o surgimento de novos centros urbanos e a perda da vitalidade dos antigos; o crescimento de um mercado de lazer relacionado ao espaço público; e o aumento de intervenções urbanísticas e arquitetônicas que priorizam os símbolos e a “identidade” das cidades, devido ao surgimento de um cenário internacional de competitividade em torno de fatores representacionais.

A “requalificação” se refere a uma prática de proteção de espaços urbanos expostos à “degradação” e a um desvio de sua funcionalidade seja cultural, comercial, de lazer etc. (PEIXOTO, 2009). É uma operação que se dirige ao espaço público e procura fomentar novas atividades mais voltadas ao contexto contemporâneo (SIRCHAL, 1995). Assim, o objetivo principal é (re)introduzir numa determinada área “qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade”, por isso é também conhecida como “política de centralidade urbana” (PEIXOTO, 2009).

Nesta pesquisa, as intervenções analisadas são designadas como “requalificação”. Adotei este termo por se configurar como a expressão mais difundida nas discussões de projetos voltados para o bairro Centro em Fortaleza e, também, porque o seu significado se aproxima da realidade empírica analisada.

3.1.2 Revitalização

Revitalização, revivificação, reordenamento se apresentam como sinônimos de requalificação. Todavia, o termo revitalização “engloba operações destinadas a reimpulsionar a vida econômica e social de uma parte da cidade em declínio”. Assim, restitui a importância funcional, as atividades comerciais e tradicionais. Esta prática facilita a acessibilidade e busca introduzir práticas sociais próprias ao lugar para que este se torne atrativo a visitantes interessados pelo patrimônio histórico e cultural local (SIRCHAL, 1995).

3.1.3 Gentrificação

Segundo Zukin (2000, p.83), “gentrificação” é um neologismo do termo inglês *gentrification*, que “[...] diz respeito ao processo pelo qual uma área que, antes habitada por pessoas pobres, é alterada pela população mais abastada que passa a

viver ali, o que resulta em um aumento do valor imobiliário e na mudança da população original”.

Gentrification foi uma expressão utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1960, para designar as intervenções que visavam realizar a “reabilitação residencial” de uma área considerada central para as cidades. Como ocorreu em *Georgetown*, um bairro operário de Washington cuja população negra e operária foi deslocada de suas residências. Atualmente, o termo designa tanto a reabilitação de casarios antigos como engloba também construções totalmente novas (SMITH, 1996 *apud* LEITE, 2002).

Evitando utilizar o termo em inglês e até mesmo seu neologismo, optaram por “enobrecimento”, o qual apresenta correspondência maior com a matriz original. Reconhecido como um processo de apropriação cultural, o “enobrecimento” se apresentou também nos bairros históricos com passeios a pé favorecidos por roteiros elaborados para mostrar a paisagem histórica das cidades norte-americanas, ocupadas pela população de baixa renda ou atividades de comércio barato (ZUKIN, 2000).

Conforme Leite (2004, p.19-20), *gentrification* pode ser “[...] utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento de mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais”. Este tipo de intervenção aplica à idéia de patrimônio cultural uma concepção mercadológica, “convertendo espaços privilegiados remanescentes degradados em espaços de consumo de uma classe social ascendente” (SIRCHAL, 1995).

3.1.4 Reabilitação

É uma prática que dá ênfase ao caráter residencial de uma área garantindo condições satisfatórias de habitabilidade. As ações procuram reformar edifícios localizados nas áreas urbanas antigas e centrais, desenvolver infra-estruturas e equipamentos que possam dinamizar os zonas históricas “degradadas” (PEIXOTO, 2009).

A reabilitação também se preocupa com as intervenções que visam “a reintegração física de um patrimônio arquitetônico e urbano por muito tempo desconsiderado”, as ações procuram desenvolver num conjunto histórico “a aptidão em desempenhar um papel” (SIRCHAL, 1995), uma função social. É uma prática ligada à nostalgia de sociabilidades, de tempos e espaços perdidos, por isso procura dar ao conjunto histórico as qualidades perdidas e manter as populações nos centros.

3.1.5 Renovação

Diferente das outras expressões, a renovação urbana é a ação menos marcada por preocupações relativas à autenticidade do patrimônio cultural. Embora atue sobre áreas às quais atribuem valor patrimonial e arquitetônico, esta prática é caracterizada por construções ajustadas aos aspectos arquitetônicos e sociais contemporâneos (SIRCHAL, 1995).

Os projetos com esta nomenclatura implicam na demolição de imóveis, de estruturas morfológicas e a conseqüente substituição por um novo modelo urbano. A renovação permite a transformação de edifícios, mudança de funções, alteração de estilos e introdução de novos elementos (PEIXOTO, 2009).

3.1.6 Preservação

Preservação é um termo igualmente relacionado aos projetos de intervenção urbana. Esta prática se refere a um conjunto de obras com o objetivo de proteger e garantir a sobrevivência de um monumento, edifício ou sítio histórico (SIRCHAL, 1995). Em alguns casos, ela dá lugar ao restauro desde que respeite as características originais e as funções do equipamento cultural. Desta forma, as ações são baseadas em critérios científicos que valorizam os elementos tipológicos e estruturais (PEIXOTO, 2009).

3.2 Contextualizando as intervenções urbanísticas

O marco inicial das intervenções voltadas ao patrimônio foi a mudança de pensamento ocorrida após a Revolução Francesa, em 1879. Segundo Scocuglia (2004), esse marco mundial passou a produzir uma nova noção: o patrimônio deve

ser preservado por evocar uma idéia de nação. Na época, a unidade nacional da França estava ameaçada pelo vandalismo vindo das revoltas populares, por isso o Estado se voltou para a reconstrução de monumentos nacionais.

Todo o simbolismo em torno da concepção de patrimônio é reforçado durante o século XIX, principalmente com os efeitos da Revolução Industrial, de movimentos artísticos como o romantismo e da consolidação do Estado Francês. A noção de patrimônio se definiu em duas perspectivas: a primeira associada à idéia de nação, enquanto a segunda apresenta o patrimônio como testemunho de uma época “áurea”. A França se definiu mais pela primeira perspectiva. Neste país, o patrimônio histórico deveria servir principalmente para exaltar histórias ou personagens importantes para a “identidade nacional”. Enquanto isso, a segunda era uma perspectiva romantizada, na qual o passado era recuperado por intermédio de uma memória afetiva e de certa nostalgia.

Para realizar seu objetivo, a França colocava em evidência monumentos e edifícios vistos como patrimônio histórico e artístico e, ao mesmo tempo, destruía áreas reconhecidas como entraves ao desenvolvimento da cidade moderna, pois só deveriam ser preservadas áreas que detivessem um “valor de uso”.

Foi essa perspectiva que influenciou o prefeito Barão de Haussmann na reforma que empreendeu em Paris, no final do século XIX. Na área central de Paris, foram preservados prédios ligados a um ideário francês e destruído todo o resto do tecido urbano existente.

A discussão sobre a “requalificação” do patrimônio edificado e dos centros urbanos considerados “degradados” não pode deixar de ser contextualizada também com os processos de intervenção nas metrópoles mundiais. Segundo Vargas e Castilho (2006), os estudos realizados internacionalmente sobre a recuperação do centro das metrópoles conduzem esta temática a uma sistematização em três períodos diferenciados no que se referem aos objetivos, estratégias e resultados. Portanto, os processos de intervenção urbana podem ser divididos em três períodos:

Renovação Urbana (1950-1960); Preservação Urbana (1970-1980) e Reinvenção³¹ Urbana (1990 até os dias atuais).

3.2.1 Renovação Urbana (1950-1960)

As idéias presentes no período designado por Renovação Urbana estão implícitas na Carta de Atenas definida no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de 1933. O propósito era demolir para construir e, assim, renovar. Nos Estados Unidos, a renovação aparece no mesmo contexto do processo de suburbanização e “degradação” dos centros históricos. Demoliram áreas consideráveis e quarteirões inteiros para resolver problemas de congestionamento, indústrias e, além disso, armazéns antigos foram substituídos por edifícios, hotéis, restaurantes etc. Havia uma preferência pelo novo e nenhum interesse em preservar monumentos ou prédios antigos. Vargas e Castilho (2006) apontam que essas transformações contribuíram para o processo de “desfavelização” de áreas centrais, pois demoliam habitações consideradas subnormais e construíam habitações populares. O urbanismo modernista demoliu áreas consideráveis da paisagem urbana, como seções de bairros e até mesmo bairros inteiros. A constante renovação de usos, destruição de edificações e as modificações no desenho urbano acarretam a anulação dos marcos da memória.

Jane Jacobs (2009) considera as demolições realizadas para a renovação urbana absurdas. Apesar de ser resultado de crenças urbanísticas racionais e avançadas, essas práticas são nocivas para outros tipos de organização urbana. Para Jacobs, por exemplo, a erradicação de cortiços e de sua população e a substituição por conjuntos habitacionais geram privação e desagregação, pois poucas pessoas moram em conjuntos de baixa renda por livre escolha, outras são expulsas e relações de vizinhança são desfeitas (2009, p.301). Na Renovação Urbana, muitas áreas demolidas permaneciam vazias e não era considerada a possibilidade de participação popular, assumindo assim um caráter segregacionista.

³¹ Reinvenção é um termo empregado por Vargas e Castilho (2006) para designar o último período das intervenções urbanas. A literatura sobre o urbanismo não costuma utilizá-lo, mas o mesmo parece englobar não somente os termos, mas também os significados atribuídos aos processos mais recentes designados como requalificação, revitalização, reabilitação e gentrificação.

As críticas à renovação urbana surgem na década de 1970 e estão situadas, principalmente, no plano social. Já em 1964, o documento oriundo do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos realizado em Veneza, a Carta de Veneza, demonstra preocupações com as mudanças geradas com a renovação. As restaurações propostas objetivavam conservar e revelar o valor estético e histórico do monumento de tal forma que o seu significado jamais fosse desconsiderado (LEMOS, 1987).

3.2.2 Preservação Urbana (1970-1980)

A Preservação Urbana foi um período de negação do urbanismo modernista. Os projetos tinham como objetivo preservar e restaurar edifícios históricos, centravam-se na valorização da memória, “na organização da sociedade em defesa do patrimônio histórico” e na idéia de que “os centros das cidades seriam elementos essenciais da vida urbana e gerariam identidade e orgulho cívico” (VARGAS; CASTILHO, 2006, p.18). Durante esta fase, o objetivo também era mudar a imagem dos centros urbanos e atrair usuários. Para isso surgiram projetos arquitetônicos aliados à preservação do patrimônio histórico, que construíam em áreas próximas a bens culturais, por exemplo, *shopping centers* visando produzir espaços que gerassem uma experiência de consumo, como a estratégia de tornar muitas áreas históricas em um ambiente de compras.

Na Preservação Urbana surge também um aumento das legislações visando salvaguardar os centros considerados “históricos”. No Brasil, as políticas urbanas se aperfeiçoaram a partir da organização de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Pró-memória. Nesta fase, procurou-se também ampliar o espaço de debates a partir de reuniões que proporcionavam um relacionamento entre gestores urbanos, empreendedores e comissões ou fóruns de cidadãos.

Embora a Carta de Veneza de 1964 considerasse o patrimônio inseparável do meio o qual se encontra situado e, assim, não só os monumentos, mas o conjunto arquitetônico no qual está inserido fosse valorizado, as estratégias na fase de preservação urbana resultaram em intervenções pontuais e isoladas. As ações eram “tímidas”, baseadas em medidas normativas, centradas na valorização

do patrimônio edificado e, na maioria das vezes, não considerava a área do entorno urbano.

No Brasil, o tombamento do Pelourinho em 1967 pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia foi uma das primeiras ações a apresentar uma preocupação do poder público de perder a antiga dinâmica dos centros históricos. Isto levou finalmente ao tombamento como Patrimônio da Humanidade em 1985.

3.2.3 Reinvenção Urbana (1990 até os dias atuais)

Da década de 1990 aos dias atuais, os processos de intervenção foram integrados pelos estudos produzidos internacionalmente à fase designada como Reinvenção Urbana. Um período marcado pela globalização, a revolução nas comunicações e a parceria entre capital imobiliário e poder público. A articulação entre os setores público e privado começa a se fortalecer e o fim da separação rígida entre esses setores leva à “participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários” nos processos de decisão referentes à intervenção em áreas públicas (VAINER, 2002, p.88). A parceria entre esses setores adotou o planejamento de mercado e as técnicas de *marketing* urbano.

Segundo Jacques (2008, p.48), as novas estratégias de *marketing* ou *branding* urbano (construção de marcas) dos projetos urbanísticos são indissociáveis de um processo nomeado como “espetacularização das cidades contemporâneas”. Consiste no aumento de intervenções urbanísticas e arquitetônicas que priorizam os símbolos e a “identidade” das cidades, devido ao surgimento de um cenário internacional de competitividade em torno de fatores representacionais. Ter monumentos inscritos na lista do patrimônio mundial tornou-se um fator de prestígio internacional. Nesse sentido, a cidade passa a ser pensada tanto como mercadoria quanto como um empreendimento a ser gerenciado.

Vainer (2002) considera a problemática da competitividade entre cidades uma questão urbana central. Nesse sentido, a cidade é qualificada como mercadoria, transformada em coisa a ser vendida e comprada, destinada a um público consumidor específico: capital internacional, visitantes e usuários. A cidade

também é qualificada como empresa, pois se apropria do modelo de gerenciamento da empresa privada para efetivar o seu planejamento.

[O]s neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado (VAINER, 2002, p.86, grifo do autor).

Na fase da Reinvenção Urbana foram realizadas muitas inovações. O objetivo principal é recuperar a base econômica das cidades e gerar emprego e renda. Os interesses do poder local buscam melhorar a imagem dos centros das cidades numa tentativa de reconquistar o espaço público. Contudo, as intervenções valorizam de forma exacerbada a estética, e o urbanismo produz espaços visando à população flutuante e não os cidadãos. Os cenários construídos mascaram problemas como a “gentrificação” (“enobrecimento”) com imagens que simulam a “requalificação” dos centros. A “gentrificação” a partir da “apropriação de camadas afluentes e do capital privado do espaço público, ‘requalificando’ concertadamente com outros atores, inclusive o poder público” gera uma situação de exclusão (SIRCHAL, 1995).

Embora a cidade de Fortaleza não tenha vivenciado os três períodos, sistematizados por meio da literatura internacional, nos seus processos de intervenção urbanística, se faz necessário conhecê-los para verificar até que ponto cada período se aproxima das medidas efetivadas pela política de “requalificação”, e conhecer também quais perspectivas e significados conduzem as ações dos gestores públicos responsáveis.

3.3 O Centro Histórico de Fortaleza em obras

No Centro Histórico de Fortaleza, as medidas com o objetivo de preservar os equipamentos classificados como patrimônio foram retomadas a partir da execução de políticas de “requalificação” (BARREIRA, 2010). As intervenções urbanísticas que consideram o patrimônio edificado fazem emergir discursos e depoimentos sobre a cidade que respondem a diferentes temporalidades, interesses e atores sociais.

No plano das sociabilidades, objetiva-se reaver antigas formas. As velhas praças, lugarejos e sentidos herdados de uma tradição são reativados e, tenta-se com isso, recompor antigas referências associativas solapadas por uma modernidade que tornou a cidade funcional para o desempenho das atividades produtivas, mas bastante problemática para o convívio humano (BARREIRA, 2001, p.31).

A maioria dos discursos articulados às intervenções remete ao passado e forma um quadro de “diálogo entre passado e presente” (BARREIRA, 2001, p.30). Analisando os projetos de preservação para a cidade de Fortaleza, Barreira (2001) apresenta como se constituiu esse diálogo a partir de um duplo fenômeno ocorrido na década de 1990: de um lado, o discurso da transformação planejada que respaldava as intervenções realizadas no tecido urbano desde a década de 1970 e, do outro lado, o discurso da preservação que apoiava as práticas de conservação de espaços representativos da “história da cidade”.

Enquanto o discurso da transformação planejada buscava investimentos para recuperar as perdas (ocasionadas pelo descaso com o patrimônio) e tornar a cidade apresentável aos turistas, recuperando de forma simbólica a história de equipamentos com a introdução de novos usos, o discurso da preservação apresentava um tom nostálgico, fazendo referências ao que a cidade não é mais, aos personagens e costumes que marcaram a história de Fortaleza. Somam-se à nostalgia, as críticas direcionadas aos investimentos turísticos que visavam transformar a paisagem urbana.

Ambos os discursos evocam o passado e buscam as origens, o lugar onde a cidade começou. Nesse contexto, o conceito de centro histórico é significativo por estar associado à origem do núcleo urbano (VARGAS; CASTILHO, 2006). Entendendo a cidade como a materialização do processo histórico, os centros das cidades são considerados o local onde estão presentes os vestígios de nossa história e cultura. Além disso, eles evocam um determinado momento da história em que a própria área era percebida e vivida como um espaço em que os homens compartilhavam experiências coletivas. Por isso, num contexto de preservação, os centros das cidades e locais considerados patrimônio se tornam referenciais simbólicos e áreas emblemáticas.

Em Fortaleza, intervenções significativas de “requalificação” em áreas históricas ocorreram nas reformas empreendidas no bairro Praia de Iracema e na

construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), ambos situados próximos ao Centro. O bairro Praia de Iracema abriga equipamentos considerados patrimônio na cidade como o Estoril e a Ponte dos Ingleses, mas ao longo do século XIX, apresentou uma diminuição da frequência da classe média, o fechamento de bares, restaurantes e a utilização de alguns espaços para comércio sexual. Considerado “degradado”, o bairro passou por intervenções de “requalificação” que visavam trazer de volta a credibilidade anterior (BARREIRA, 2007). Projetos como “Iracema de todas as tribos” ofereciam atividades culturais típicas e contava com a participação de músicos e artistas cearenses. Mas, o diferencial desta intervenção foi o forte investimento no turismo que consistia numa valorização do ambiente da praia, numa tentativa de narrar a cidade a partir do bairro e na geração de emprego e renda. Segundo Barreira, “[o] bairro Praia de Iracema passou então a constituir um dos locais de investimento e exemplo significativo de modificações urbanas, tendo em vista a possibilidade de condensar empreendimentos turísticos” (2007, p.176).

A construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), situado entre o Centro Histórico e a Praia de Iracema, conjugou lazer, cultura e turismo a partir da “requalificação” de uma área histórica. A construção do equipamento transformou antigos armazéns em espaços de consumo: as antigas fachadas tornaram-se a entrada de bares e espaços de *shows*. As narrativas em torno deste equipamento não são desvinculadas do valor estético, dos investimentos turísticos, das formas de apresentar a cidade, já que segundo um dos membros do projeto, o CDMAC foi criado em resposta à “falta de espaços memoráveis na cidade” (GONDIM, 2007).

Em relação aos projetos executivos de recuperação do patrimônio histórico, a Prefeitura de Fortaleza declara não ter tradição no enfrentamento das tarefas referentes à preservação do patrimônio cultural edificado³², pois somente na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins (2004-2008) é que a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) criou uma instância voltada ao assunto: a Coordenação do Patrimônio Histórico-Cultural (CPHC).

³² Informação obtida no Termo de Referência Básico para a elaboração de projetos executivos de recuperação do Patrimônio Histórico Passeio Público de Fortaleza. Arquivo do IPHAN (2007).

O objetivo desta instituição é elaborar e planejar políticas de proteção e preservação ao patrimônio histórico e cultural da cidade. A CPHC conta também com as atividades do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC)³³ criado em 2008, assim antes de qualquer execução o Conselho delibera, formula diretrizes e opina sobre as intervenções nos bens culturais protegidos ou passíveis de proteção.

Segundo dados do CPHC³⁴, as gestões municipais anteriores tombaram somente nove imóveis entre os anos de 1986 e 1995. Os primeiros sete imóveis foram na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele, os outros dois foram, respectivamente, na gestão de Juraci Magalhães e Antônio Cambraia.

- Capela de Santa Terezinha, no Bairro Arraial Moura Brasil;
- Estoril, na Praia de Iracema;
- Espelho de Água da Lagoa de Messejana;
- Espelho de Água da Lagoa da Parangaba;
- Riacho Papicu e suas Margens;
- Teatro São José, no Centro;
- Ponte dos Ingleses, na Praia de Iracema;
- Parque da Liberdade (Cidade da Criança), no Centro;
- Feira de Artesanatos da Beira Mar.

Já na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins, houve o tombamento de mais nove imóveis em “caráter” definitivo e, enquanto isso, existe mais uma lista com aproximadamente quatorze equipamentos com tombamentos provisórios, pois

³³ Integram o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural representantes de 17 entidades da sociedade civil, dos governos municipal, estadual e federal: Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural (CPHC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Universidade Federal do Ceará (UFC), Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM), Instituto do Ceará (IC), Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR), Procuradoria Geral do Município (PGM), Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Câmara Municipal de Fortaleza (CMF), Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR) e a Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH). Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=119>. Acesso em: 16 dezembro 2011.

³⁴ Dados extraídos da lista “Bens tombados em nível municipal” obtidos na reunião do COMPHIC em março de 2012. Segundo informações registradas, o documento foi atualizado em 02 de fevereiro de 2012.

aguardam o parecer do COMPHIC ou da Prefeitura. Segue a lista dos tombamentos definitivos realizados entre 2005 e 2008.

- Palácio João Brígido e Bosque Pajeú, no Centro;
- Praça dos Mártires (Passeio Público), que já era tombada em níveis federal e estadual, mas passou a ser protegida pela Prefeitura;
- Escola Jesus Maria José, Centro;
- Casa do Barão de Camocim, Centro;
- Estação Ferroviária da Parangaba;
- Mercado dos Pinhões, no Centro;
- Paróquia do Senhor do Bom Jesus dos Aflitos;
- Mercado da Aerolândia;
- Casa Rachel de Queiroz, Henrique Jorge.

Segundo o jornal Diário do Nordeste³⁵, a maioria dos equipamentos tombados não se encontra conservada e até perdeu as características consideradas para que se tornassem patrimônio histórico. Embora os gestores da Secultfor afirmem a existência de projetos de usos atrelados aos processos de tombamento e recuperação, apenas quatro imóveis dos já tombados na cidade passaram por processo de “requalificação”: Mercado dos Pinhões, Estoril, Palácio do Bispo e Passeio Público. Dentre os quais, somente os dois últimos estão situados no Centro Histórico de Fortaleza.

O Palácio do Bispo tem como nome original Palácio João Brígido (FIGURA 9) e é uma construção datada do início do século XIX. As reformas iniciadas em maio de 2008 visavam recuperar a estrutura do prédio para se tornar sede da Prefeitura e um espaço destinado à realização de eventos oficiais. O bosque situado às margens do riacho Pajeú no seu entorno também foi recuperado por meio de um projeto paisagístico, para se tornar um espaço de visitação pela população da cidade. Após a reforma, passou a oferecer orquidário, café, anfiteatro e banheiros para atrair usuários. Os investimentos foram principalmente da Tesouraria Municipal e do Ministério do Turismo.

³⁵ Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=993129>>. Acesso em: 09 junho de 2011.

FIGURA 9 – Palácio João Brígido (Paço Municipal)



Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=715419>>. Acesso em: 10 janeiro de 2013

As discussões em torno da “requalificação” do patrimônio histórico e cultural de Fortaleza se iniciaram na década de 1990, incentivadas, principalmente, pelos setores público e privado. De um lado, estavam os técnicos do governo estadual e municipal interessados em projetar o Centro para o turismo, do outro lado, comerciantes e lojistas da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), interessados numa maior dinamização econômica da região. O convênio entre Prefeitura Municipal e CDL criou o “Ação Novo Centro”, um grupo que estuda a dinâmica da área central e as possibilidades de “requalificação” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2005). Essa parceria promoveu ações de restauro físico dos equipamentos públicos, como praças e prédios antigos, e medidas que incrementam o valor simbólico para habitação e maior movimentação do bairro.

Entretanto, de acordo com a pesquisa no Centro Histórico de Fortaleza realizada por Vasconcelos (2008), as ações para a “requalificação” da área do Centro se deram na maioria dos casos de forma pontual, sem uma articulação entre os projetos e, geralmente, as medidas executadas ressaltaram apenas o “caráter” físico das intervenções. Entre os projetos planejados visando a “requalificação” de outros equipamentos do Centro³⁶, destaco os seguintes:

- A reforma da Praça dos Leões concluída em 2008. Consistiu na recuperação dos equipamentos da praça e implantação de uma iluminação artística;

³⁶As informações sobre os principais projetos foram adaptadas da Secretaria de Planejamento do Município de Fortaleza (SEPLA) (apud VASCONCELOS, 2008).

- O Projeto de Restauração de Fachadas do entorno da Praça do Ferreira (Ação Novo Centro) que procurava convencer os lojistas a reformarem as fachadas dos prédios de acordo com os traços originários. Os empresários recebiam material e pessoal especializado para tal;
- O Parque da Cidade que reconstituirá e ampliará a Praça José de Alencar, englobando a quadra da Praça da Lagoinha, no qual também será construída uma das estações de trens metropolitanos (METROFOR);
- O Ceará Natal de Luz (Ação Novo Centro), que consiste na realização de atrações para celebrar o período natalino. A principal atração é a apresentação de um coral infantil no Hotel Excelsior que reúne uma grande concentração de pessoas no Centro de Fortaleza (FIGURA 10). Em 2012, o jornal Diário do Nordeste mostrou que cerca de 15 mil pessoas participaram da abertura do evento. O “Ceará Natal de Luz” é uma proposta de “requalificação” via utilização dos espaços da cidade mediante eventos públicos;

FIGURA 10 – Abertura do evento “Natal de Luz” na Praça do Ferreira



Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/11/cerca-de-15-mil-pessoas-participam-da-abertura-do-natal-de-luz-no-ce.html>>. Acesso em: 10 janeiro de 2013

Abertura do evento que contou com a participação de cerca de 15 mil pessoas. A imagem apresenta ao fundo o Hotel Excelsior no qual crianças fazem a apresentação do “Coral de Luz”.

- Projeto Trem da História (Projeto BNB/Gerson Linhares). Consiste num passeio turístico realizado por meio de “ônibus jardineira” pelas ruas do Centro aos domingos. Projeto concebido pelo turismólogo Gerson Linhares e financiado pelo Banco do Nordeste.

Nesse contexto, as intervenções urbanas designadas como “requalificação” trazem à discussão concepções e sentidos atribuídos aos equipamentos classificados como patrimônio. Como os investimentos (materiais e simbólicos) visam à transformação de áreas consideradas “degradadas”, eles acabam sendo direcionados principalmente para a preservação do patrimônio edificado.

3.4 Passeio Público “degradado” em obras

O Passeio Público, [...] vinha sendo submetido há várias décadas a um terrível processo de degradação. Virou, ao longo destes anos, um local frequentado por prostitutas e marginais, tornando-se perigoso para ser visitado por famílias e turistas. Nos últimos anos essa decadência se acelerou de maneira acentuada. Até mesmo as prostitutas deixaram de fazer ponto no meio da praça que se tornou um imenso vazio dentro do Centro de Fortaleza (O POVO, 6/10/2007).

“Reforma do Passeio Público” foi a manchete do jornal após as obras realizadas na praça. A restauração física e paisagística de acordo com os traços originais, de caráter predominantemente técnico, foi concluída em outubro de 2007. Já os projetos que visam os usos e as relações sociais praticadas no espaço, de caráter predominantemente político, iniciaram após a reinauguração e permanecem até os dias atuais. A intervenção no Passeio Público ocorreu, principalmente, devido aos atributos históricos, culturais e paisagísticos que os gestores públicos legam ao imaginário social.

Essa última reforma pode ser enquadrada numa série de intervenções realizadas na praça desde o tombamento na década de 1960. Consta nos relatórios do IPHAN³⁷ que, nas últimas décadas do século XX, a praça passou por pequenas reformas como a realizada na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele em 1988. O objetivo destas restaurações era recuperar a feição original que, segundo os relatores do projeto de restauração, encontrava-se descaracterizada e deteriorada. Os relatórios de vistorias realizadas pelos arquitetos do IPHAN, nos anos de 1990, consideram que o Passeio Público passava por um processo de “degradação” tanto na estrutura física quanto nas práticas realizadas no interior da praça.

³⁷ É importante destacar que há um “vazio” tanto bibliográfico quanto de documentos e relatos oficiais sobre a praça entre o tombamento e a década de 1990. Os relatórios analisados são do Arquivo do IPHAN. Pasta Preservação – Obra de Restauração (1987).

Os documentos referentes aos usos do espaço, por exemplo, constataam que no logradouro realizavam atividades que concorriam para a sua destruição. Mostram que a praça era ocupada por um grande parque infantil e inúmeras barracas vendiam bebidas alcoólicas. Patrimonialmente, o intenso fluxo de pessoas é considerado prejudicial à praça, já que o ambiente é repleto de réplicas de esculturas clássicas, árvores e equipamentos preservados que com a intensa movimentação podem ser destruídos. Até mesmo o barulho realizado pelas atividades é controlado por legislações e regras de uso, pois a praça está situada próximo ao Hospital Santa Casa de Misericórdia.

Entre 2002 e 2004, nos últimos anos da gestão do prefeito Juraci Magalhães foi realizada outra reforma e o local passou a receber segurança patrimonial da Guarda Municipal (duplas de guardas e ciclo-patrolheiros) devido aos constantes assaltos realizados na praça. Neste período, a Prefeitura tentava também desenvolver atividades como eventos em datas comemorativas que não atingiam público. Segundo gestores públicos, a pouca movimentação de famílias, trabalhadores de lojas do Centro e turistas é apresentada como consequência da presença de prostitutas e moradores de rua.

Com o início da gestão em 2005, foram retirados os guardas do Centro, com o intuito de reorganizá-los e como não houve retorno dos mesmos, presenciamos todo tipo de depredação ao passeio [roubo de placa do baobá e monumentos (cupido), jarros que ficam em cima das colunas, motores e destruição do quiosque - retirada de telhas, esquadrias, etc.]. O espaço começou a ser ocupado por usuários de drogas e outros atores **indesejados**, em virtude da **má conduta** (Entrevista concedida ao autor pela secretária da Secretaria Extraordinária do Centro SECE em Maio de 2010, grifo nosso).

Em 2005, o arquiteto José Renato Junior, Chefe do Escritório Técnico da 4º SR/IPHAN em Icó, ao realizar uma visita técnica ao local, constatou que “vândalos” danificavam o antigo baobá (árvore centenária plantada no interior da praça). O piso em ladrilho, a iluminação, as fontes, jarros, bancos e o conjunto de esculturas apresentavam mutilações. Além disso, os jornais noticiavam o desrespeito ao patrimônio tombado.

Os furtos, como de uma porta (de um equipamento onde funcionou a 145ª Junta do Serviço Militar), acontecem, em plena luz do dia [...] Além disso, há as subtrações que têm sido comuns nos hábitos criminosos noturnos de luminárias, jarros e os postes de ferro estilizados. O mato toma conta dos canteiros, bem como já não há mais as placas indicativas de monumentos e

até mesmo do baobá, árvore simbólica do logradouro. (DIÁRIO DO NORDESTE, 30/1/2007).

Em todo esse período, “deterioração” e “degradação” foram termos muito presentes na imprensa. Deteriorar significa estragar, piorar e inferiorizar. Já o significado de degradar vem da palavra latina *gradus* (grau) junto à preposição “de” que se refere a algo que se movimenta de cima para baixo (VARGAS; CASTILHO, 2006). Assim, degradar descreve tanto uma pessoa que desceu no nível de uma hierarquia, como uma cidade marcada por destruição e perda de algumas áreas. No Passeio Público, esses termos são empregados por gestores às prostitutas e aos moradores de rua, indivíduos que utilizavam a praça e eram considerados “indesejados”.

Ao cartografar a cultura e atores “indesejados” na cidade, Diógenes (1998) mostrou que o período ressaltado por alguns setores como de “decadência” do Centro coincidiu com a presença, de forma mais intensa, de indivíduos “banidos” da sociabilidade “oficial”. Assim, na noite do Centro da cidade aglutinava-se uma série de personagens “malditos” pela sociedade como um todo: mendigos, prostitutas, moradores de rua, travestis e outros. O próprio Passeio Público, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, no período considerado de “degradação” para o patrimônio do Centro Histórico de Fortaleza, era um ponto fixo de comércio sexual e espaço de sociabilidade de prostitutas, tornando-se conhecido na cidade como “praça das prostitutas”.

Pimentel (1998) ao pesquisar outra praça do Centro, a José de Alencar, e apresentar os inúmeros usos do espaço, inclusive de prostituição, caracteriza o Passeio Público no final do século XIX como um “território marginal”, associado à prostituição.

Como “território do avesso”, o Passeio Público não é mais frequentado pelas mocinhas afrancesadas do passado, mas pela ralé de bêbados e freqüentadores da noite do centro, imprimindo nesse território uma “identidade marginal”. Hoje, tido como parte degradante do centro da cidade [...] esse território é um ponto “isolado” do centro, não possui atividade de natureza comercial nem cultural. As ruas que circundam o Passeio Público à noite são consideradas perigosas. Como lugar de risco, é evitada pelos cidadãos comuns nesse horário, visto ser comum ocorrerem assaltos nessa área [...]. Freqüentar o Passeio Público está associado sempre à atividade da prostituição (PIMENTEL, 1998, p.55-56).

O Ministério da Cultura (2005, p.166), em estudo para classificar os sítios históricos, identifica os seguintes fatores como as principais causas da “degradação” e “descaracterização”:

No perímetro delimitado, acontecem atividades que contribuem para a degradação urbana, como a prostituição no Passeio Público, o comércio ambulante irregular e a falta de infraestrutura física no comércio e serviços que se desenvolvem na área, contribuindo de forma direta para o enfraquecimento do turismo e do uso residencial nesse espaço.

Já Cartaxo (1984) apresenta o próprio processo de urbanização de Fortaleza como principal causa da “decadência” do Passeio Público, pois surgiram novos espaços de lazer e de recreação na cidade. Por outro lado, “[...] à volta do Passeio não se desenvolveram usos que lhe incrementassem sua animação” (CARTAXO, 1984, p.66). No lado Leste, destacam-se as atividades militares; a Oeste, a Santa Casa abriga as atividades hospitalares; o Norte é marcado por uma topografia irregular e localiza-se o mar e ao Sul, algumas residências e a atividade comercial de forma inexpressiva.

“Degradação”, “decadência” e termos afins apareceram geralmente nos discursos dos gestores e na imprensa escrita associados às práticas de comércio sexual, aos assaltos e a presença de vendedores ambulantes e moradores de ruas na praça. Com isso, percebo a criação de um “estigma” relacionado ao Passeio Público. Ao estudar os processos de estigmatização, Goffman (1991) identifica que este termo era utilizado pelos gregos e se referia a sinais corporais que evidenciavam algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de um indivíduo. Atualmente, este termo é aplicado de uma forma semelhante conotando algo negativo. O “estigma” pode ser entendido como uma classificação atribuída a um lugar ou grupo. Essa classificação é consequência da própria capacidade dos indivíduos em categorizar as pessoas e os lugares, pois os homens estabelecem no seu imaginário os atributos considerados comuns a um determinado espaço social. Eles identificam também qual categoria de pessoas tem maior probabilidade de ser encontrada em ambientes sociais. Devido aos constantes assaltos e usos do espaço para práticas de prostituição, as pessoas que trabalhavam ou frequentavam locais próximos à praça foram construindo a imagem de um local inseguro e distante dos padrões de moralidade existentes. Esses indivíduos identificavam a praça à

categoria das prostitutas e suas práticas, assim, a esta presença se relacionava à condição de frequentar ou não frequentar este lugar.

A intervenção ora analisada apresenta-se como uma reação ao processo designado de “degradação” e ao “estigma” construído ao longo dos anos no Passeio Público. Para isso, os gestores da “requalificação” promovem eventos e atrações visando criar uma imagem diferente da anterior e realizar uma reconversão funcional das práticas e dos usuários. Além disso, pretendem resolver questões de apropriação privada do espaço público, pois as prostitutas demarcavam territórios entre os bancos da praça designados como “ponto”.

[...] [N]ão é que as prostitutas deixaram de frequentar o Passeio, continuam frequentando porque é público, e é para todo segmento da sociedade. Mas, não tem mais o que tinha antigamente, porque as prostitutas cada uma tinha seu banco, era dividido, cada uma tinha seu local, por ponto, que elas chamavam ponto, entre elas mesmas, e os parceiros que iam procurar ou agenciadores [...] tipos que a sociedade não aceita, embora conviva (Entrevista concedida ao autor com um historiador do CPHC em Maio de 2010)³⁸.

A apropriação privada das “meninas”³⁹ no Passeio Público resultava na restrição do movimento de passantes, na aversão da população local em entrar na praça e se deparar com práticas de prostituição, ou presenciar brigas e discussões entre as prostitutas por clientes. Somam-se a isso, os constantes assaltos presenciados ou divulgados pela a imprensa realizados por elas ou por outros dentro deste ambinete. Esses fatos contribuía para reforçar a imagem de um ambiente hostil, inseguro e também se relacionam à condição de frequentar ou não o mesmo local novamente. Como percebi no relato de um homem vítima de assalto na praça, em um momento de “interação focada”:

Eu fui vítima [de assalto]. [...] A mulher me chamou pra um motel, ali né, eu fui, cheguei lá pendurei a camisa no cabide, a camisa com dinheiro no bolso né, enquanto eu tomava banho, ela veio de lá, levou o meu dinheiro, vale-transporte e noventa reais que eu tinha no bolso, quando eu fui pegar a roupa pra vestir, tava o bolso limpo, só com os documentos no bolso, quer dizer, foi daqui. [...] Por isso que é discriminado, eu discrimino um pouco, assim como eu discrimino um pouco por esse motivo, tem outro que já discrimina por ouvir falar. [...] Isso aqui era muito frequentado por mulher, agora é que não está mais. [...] Chamou, eu fui, qualquer uma chamava [...].

³⁸ O anonimato do historiador foi mantido por minha opção como pesquisador. Com este informante, realizei duas entrevistas principais: a primeira em maio de 2010, por ocasião da monografia e a outra em janeiro de 2012 para esta dissertação.

³⁹ Categoria nativa pela qual é identificadas as prostitutas no discurso dos gestores e delas mesmas.

O preço era vinte reais [...]. Eu levei a polícia lá, mas não deu em nada. Não tava mais lá. Já tinha ido embora. Parece que era combinada com a mulher do motelzinho lá [...]. Quando a pessoa é vítima, acontece uma vez, é normal, um cidadão comum, um vacilo né [...],mas a segunda vez, ele ir para o mesmo local, saber que aconteceu uma coisa com ele mal e ir de novo é burrice, rapaz eu agora não vou nem de graça. Quanto é? É de graça. Não, não, muito obrigado (Antônio, 58 anos).

Ao descrever o Passeio Público como espaço de prostituição numa pesquisa de cunho antropológico realizada num restaurante instalado defronte à praça, Luna Sales (no prelo) mostra que as “meninas” se dividiam antes da “requalificação”, principalmente, em dois grupos e tal divisão se expressava também espacialmente. Assim, a praça apresentava uma dicotomia diametral: o lado leste era designado como Aldeota ou Iguatemi, e o lado oeste chamado de Pirambu ou Beco da Poeira. Além de designar esses termos, as “meninas” construíam representações entre elas mesmas.

Do lado Aldeota/Zoomp (Iguatemi) ficavam as meninas profissionais, as mais cheirosas e bonitas, as que não faziam confusão [...]. No Pirambu/Beco da Poeira ficava a ‘bagaça’, as meninas que roubavam, que brigavam, que não sabiam trabalhar (LUNA SALES, no prelo, p.9).

Neste caso, Aldeota e Iguatemi fazem referência aos espaços de moradia e lazer da burguesia de Fortaleza situados à leste da praça. Já Pirambu e Beco da Poeira ficam à oeste da praça e fazem referência aos espaços resididos e usufruídos pela população de baixa renda. No imaginário das “meninas”, a praça é sempre lembrada como um espaço dividido, diferente da situação atual em que “estão todas juntas no bar [Restaurante Granada]”⁴⁰. A praça considerada antes a área central para a prostituição tornou-se periférica, pois na medida em que se desenvolveu o processo de “requalificação” a partir de 2007, as “meninas” se deslocaram para os bares, restaurantes e motéis situados defronte à praça.

Para as “meninas”, a “requalificação” do Passeio Público é vista como um bom projeto devido às mudanças no espaço físico: nova iluminação, conserto e pintura dos bancos, grades, tratamento paisagístico etc. Mas, nos aspectos sociais, elas se mostram ressentidas com a forma como o processo de “requalificação” se desenvolveu.

⁴⁰ O Restaurante Granada é um complexo de bar, restaurante e motel situado na esquina na Rua Major Facundo com Rua Dr. João Moreira, defronte ao Passeio Público. Após o início da “requalificação”, o Granada tornou-se o principal lugar de sociabilidades das prostitutas que utilizavam o Passeio Público.

Durante a restauração da estrutura física do Passeio Público em 2007, como a praça ficou fechada, prostitutas, moradores de rua e vendedores ambulantes se dispersaram ou se deslocaram para o outro lado da rua, para as calçadas e bares instalados em frente. Segundo os gestores da Secultfor e da Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC), foram realizadas três reuniões, principalmente, com as prostitutas para definir quais tipos de práticas seriam permitidas ou não no local. Tais gestores enfatizam constantemente que não houve conflitos, que as “meninas” não foram expulsas do local e que medidas precisaram ser tomadas até mesmo para a segurança delas.

Contudo, Jacques (2008) afirma que a não-participação da população ou de usuários na formulação de um processo de intervenção do patrimônio é comum e, muitas vezes, é “encenada uma pseudoparticipação burocrática”. Para tratar sobre as práticas de prostituição, os gestores do Passeio Público se reuniram com Rosarina Sampaio, responsável pela Associação das Prostitutas do Ceará (Aproce), porém muitas “meninas” da praça não se sentem representadas por tal instituição, pois para elas a Aproce serve apenas para distribuir preservativos.

Embora os gestores afirmem que as “meninas” não foram expulsas do local, a partir de um processo de disciplinarização do espaço efetivado por Guardas Municipais presentes durante o dia e seguranças armados à noite, constatei que eram realizadas abordagens que procuravam modelar e regular o comportamento dessas mulheres, para que as mesmas não se sentissem mais à vontade para usufruir do espaço. E, além disso, a proposta de garantir segurança para as próprias “meninas” contrasta com a forma como as mesmas foram tratadas por ocasião da (re)inauguração da praça. Embora a proposta da política de “requalificação” seja de um Passeio Público para todos os públicos, verifiquei que “antigos” usuários não puderam fazer parte do patrimônio.

Em entrevista específica para esta pesquisa, Luna Sales relatou o ressentimento da personagem Dona Larice, que não trabalha com prostituição, mas é uma vendedora ambulante presente no Passeio Público desde 1993, em torno da qual se reúne a maioria das “meninas” durante o dia.

Ela tem uma mágoa muito grande com a requalificação da praça (...). Ela me disse que na época em que foram fazer isso, a prefeita (aí a gente

entende alguém vinculado à Prefeitura) mandou tirar ela de lá como se fosse um “bicho”. Ela tava só vendendo lanches, como ela sempre esteve (...). A Larice nunca trabalhou como prostituta, mas o público dela principal são as “meninas” [...]. Quando foi ter a festa de reinauguração da praça, e Larice já estava toda arrumada, eles queriam porque queriam que elas [as “meninas”] saíssem de lá, aí ela ficou muito revoltada com isso [...]. Então, apesar dela gostar, que a requalificação deixou a praça muito boa, pois as “meninas” falam bem da requalificação, elas têm muita mágoa da forma como foi feita. Precisamente no dia dessa festa (Entrevista concedida ao autor pela Mestranda em Etnologia e Antropologia Social Luna Sales em outubro de 2012).

Ao analisar as intervenções no Centro Histórico de João Pessoa, Scocuglia (2004) mostra que “antigos” usuários não foram expulsos das áreas “requalificadas”, mas foram incluídos em atividades que relacionavam patrimônio cultural e cidadania.

Em João Pessoa, Paraíba, as intervenções voltadas para a revalorização do patrimônio local empregaram o termo “revitalização” e iniciaram a partir de 1987 com investimentos do poder público e da iniciativa privada. O objetivo das intervenções era criar uma nova imagem e gerar novos usos para o centro, transformando o patrimônio “degradado” em algo “dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural”. O patrimônio se tornaria uma nova mercadoria para ser explorada principalmente pelo consumo cultural e turístico. Scocuglia (2004) focalizou sua atenção nas políticas urbanas voltadas para a Praça Anthenor Navarro e constatou como a praça considerada abandonada se tornou em um lugar de consumo cultural, pois realizavam festas juninas, prévias carnavalescas, lançamentos de livros, shows e festivais de cultura popular. Tal “revitalização” contou também com a criação de associações sem fins lucrativos, como a oficina-escola que capacitou jovens de baixa renda do bairro para trabalhar na restauração de monumentos no centro histórico. Outro projeto era o “Folia Cidadã” no qual se trabalhava a relação arte e educação por meio de oficinas sobre a tradição cultural do carnaval de rua.

Contudo, mesmo a população moradora não sendo expulsa e algumas atividades integrando os cidadãos ao patrimônio terem sido realizadas, a “gentrificação” foi identificada na maneira como se realizaram as reformas e os usos posteriores, pois as intervenções ficaram distantes do cotidiano dos moradores do bairro. Scocuglia mostra que dois anos após a reinauguração da Praça Anthenor

Navarro, o processo de “revitalização” foi interrompido porque a imagem que caracterizava a praça como “degradada” não foi totalmente eliminada.

Baseado no exemplo da “revitalização” do Centro Histórico de João Pessoa, em que foi trabalhada a relação patrimônio e cidadania, percebo que as intervenções no patrimônio em Fortaleza não mantêm diálogo com noções de diversidade e resultam, conseqüentemente, em segregações urbanas. Os gestores ao tentarem cumprir o objetivo declarado em seu *site* de “devolver o direito de ir e vir” aos moradores da cidade e “construir uma nova imagem da praça”, emitem as seguintes opiniões sobre “antigos” usuários como as prostitutas:

[...] a atividade das prostitutas não pode conviver socialmente, porque o próprio cliente da prostituta é uma pessoa que não quer ser vista [...] As pessoas não visitavam a praça por causa da presença de viciados e prostitutas. É tipo a lei da física: dois corpos não podem habitar o mesmo espaço (Entrevista com secretária do CPHC em Fevereiro de 2012).

A idéia de não “misturar” nem sempre significa discriminar, mas no caso do Passeio passou a conotar exclusão. A diferença entre “antigos” e “novos” às vezes era assumida, às vezes mascarada por trás da idéia da praça ser para todos os públicos, entretanto a diferença fazia com que cada um tivesse o seu lugar.

Ao apresentar a percepção dos gestores em relação às prostitutas e outros usuários, não pretendo de maneira nenhuma vitimizá-las, pois no período em que a prostituição era dominante, as “meninas” apropriavam-se de maneira privada do espaço público e possíveis usuários não visitavam o lugar. Contudo, pretendo mostrar que em outros contextos como o de João Pessoa no qual os “antigos” usuários não foram expulsos de suas áreas, em Fortaleza, eles são considerados “indesejados” e transgressores da ideia de patrimônio. A crítica não é contra a “requalificação”, mas é em relação à gestão, a forma de se “requalificar”.

Nesse contexto é importante salientar que os projetos de “requalificação” dos centros históricos também buscam projetá-los para o turismo. Embora os gestores atribuam a todas as ações uma destinação turística, no caso do Passeio Público, considero apenas a distribuição de um mapa ilustrativo com lugares turísticos e a inclusão da praça no roteiro cultural de algumas agências de viagens como ações diretamente relacionadas a esta prática. Todavia, mesmo após a “requalificação”, o Passeio Público não se tornou um lugar de fluxo turístico, pois as

agências de viagens apenas param os ônibus em frente, mas não descem com seus clientes. Quando se identifica turista na praça, são raros e poucos.

Para um historiador do CPHC⁴¹, o estigma de prostituição é um dos entraves para a prática turística, pois muitos guias de turismo não incluem a praça no roteiro do patrimônio histórico por ainda considerá-la um ambiente hostil e inseguro. E, além disso, costuma-se ouvir entre turismólogos que os turistas preferem o “turismo de sol e mar”, expressão utilizada para se referir às praias. A insegurança devido aos constantes assaltos difundida por noticiários também é um dos entraves para o turismo na praça.

No entanto, considerando a ligação entre turismo e prostituição, o Passeio Público apresenta uma lógica diferente de lugares tidos como pontos de “prostituição chique” em Fortaleza. A antropóloga Adriana Piscitelli (2004) pesquisou o turismo sexual internacional em Fortaleza entrevistando mulheres que estabelecem relacionamentos com estrangeiros, e constatou que a maioria dos turistas procuram mulheres jovens, majoritariamente na faixa dos 20 anos, e que estas preferem europeus, norte-americanos, latino-americanos a brasileiros, pois estas prostitutas tendem a desvalorizar os homens locais. Em sentido contrário, a prostituição no Passeio Público é realizada por mulheres mais velhas, na faixa dos 40 anos, que desejando ou não tem como clientes os homens locais.

Na busca de “requalificar” o patrimônio, o conceito de patrimônio cultural (LE MOS, 2004) leva à reflexão sobre as condições de exercício da cidadania, pois ao tratar sobre este tema nos referimos a uma parte significativa da sociedade, a um “nós”, uma coletividade. O exercício da cidadania pressupõe que todos os indivíduos tenham as condições de usufruir do patrimônio local, de participar nas decisões acerca das políticas culturais como também respeitar as regras necessárias de uma vida coletiva.

O caso do Passeio Público mostra como as intervenções realizadas em espaços da cidade significativos para grupos “indesejados” interferem diretamente em suas práticas. Baseado no conceito de patrimônio cultural, posso afirmar que as

⁴¹ Em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2012.

prostitutas são consideradas representantes de um “antipatrimônio” imaterial, já que as mesmas, embora sejam portadoras “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense”⁴², tornaram-se representativas de uma memória que os gestores dessas intervenções pretendem desvincular daquilo que é considerado patrimônio. Desde já, afirmo que as concepções de patrimônio não dialogam com a noção de diversidade e acabam por produzir segregações no espaço urbano.

Como o Passeio Público se trata de uma praça tida como patrimônio da cidade e este fato tem uma conotação democrática, convém analisar quais elementos estratégicos e iniciativas de setores organizados são efetivadas e de que forma, para verificar até que ponto elas se aproximam das práticas efetivadas pelos usuários.

⁴² Extraído do conceito de patrimônio cultural do site da Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&task=view&id=10482&Itemid=119>. Acesso em: 16 dezembro 2011.

4 A “REQUALIFICAÇÃO” DO PASSEIO PÚBLICO: “EM NOME DO PATRIMÔNIO”⁴³

A intervenção urbana realizada no Passeio Público foi um dos projetos da Prefeitura Municipal de Fortaleza que visava produzir a “requalificação” do seu centro histórico. Desde 2006, por meio do Decreto Municipal nº 11.971, a praça se tornou um espaço reconhecido e, portanto, protegido pela Prefeitura devido a sua importância histórica e social para a cidade. Neste mesmo ano, o Passeio Público foi integrado ao projeto “Ícones de Fortaleza”⁴⁴ que consistia no levantamento da situação da praça e no encaminhamento e garantia de recursos para a recuperação da mesma. A praça também foi incluída na pauta de discussão da Secretaria Extraordinária do Centro (SECE) que visava criar projetos e elaborar propostas para (re)funcionalizar sua utilização.

As primeiras discussões em torno da “requalificação” do Passeio Público iniciaram na sede da Secretaria Extraordinária do Centro (SECE) em agosto de 2006. Participaram também representantes das seguintes instituições: Instituto de Pesquisas Américo Barreira (IPAB), Fundação de Cultura, Esporte e Turismo (FUNCET), Associação Comercial do Ceará (ACC), Colégio Militar de Fortaleza (CMF) e Movimento Amigos do Centro. Cada instituição apresentou projetos ou propostas para a utilização do espaço.

QUADRO 1 – Principais projetos postos em pauta de discussão para a “requalificação” do Passeio Público de Fortaleza.

INSTITUIÇÃO	PROJETO	OBJETIVO
Instituto de Pesquisas Américo Barreira (IPAB)	Projeto Passeio Novo	“Redinamizar a frequência e o uso do espaço do Passeio Público através de uma reconfiguração, no que diz respeito à infraestrutura e a

⁴³ “Em nome do patrimônio” foi uma expressão que surgiu durante orientações e análise do discurso dos gestores, pois faz referência ao discurso dos mesmos que justificam todas as suas ações e mecanismos ativados no fato do Passeio Público ser considerado patrimônio da cidade.

⁴⁴ O projeto “Ícones de Fortaleza” é desenvolvido desde 2006. Consistiu na escolha de 13 equipamentos públicos que seriam “requalificados” e “devolvidos” à população. Foi um projeto elaborado pela Prefeitura da cidade, que é responsável em fazer um levantamento da situação de cada ícone e realizar os encaminhamentos necessários para a restauração dos mesmos. Os ícones são os seguintes: Estátua de Iracema, da Beira Mar; Torre na praia; Anfiteatro Flávio Pontes (Volta da Jurema); Praça do Liceu; Estátua de Iracema, de Zenon Barreto (Praia de Iracema); Estoril; Passeio Público; Paço Municipal; Estátuas da Padaria Espiritual, na Praça do Ferreira (Café Java); Clube de Regatas da Barra do Ceará; Zoológico Sargento Prata; Estádio Presidente Vargas e Bar Avião. Disponível em: <<http://www.investne.com.br/es/Noticias-Ceara/Projeto-Icones-de-Fortaleza-recebe-recursos>>. Acesso em: 15 junho 2012.

		promoção de ações de valorização da importância histórica deste local para a cidade de Fortaleza”.
Fundação de Cultura, Esporte e Turismo (FUNCET)	Não apresentou projeto, ficando para outra ocasião.	Não apresentou projeto, ficando para outra ocasião.
Associação Comercial do Ceará (ACC)	Passeio Público: Resgate Histórico e Cultural	“Tornar o Passeio Público uma área de convivência social [...]. Para Tanto a Associação Comercial do Ceará [...], responsabiliza-se pela conjugação de esforços e atração de parceiros para a realização deste objetivo”.
Colégio Militar de Fortaleza (CMF)	Projeto de Revitalização da Praça do Passeio Público	“Divulgar a história da praça através de eventos culturais que transformem o local em constante ponto de encontro agradável e seguro, não só para os fortalezenses, mas também para os turistas, o que certamente contribuirá para o enriquecimento da cultura cearense e, ainda, ajudará revitalizar o centro velho de nossa cidade.
Movimento Amigos do Centro	Memorial dos Mártires: Confederação do Equador no Ceará e Memorial do Patrimônio de Fortaleza: Miguel Ângelo de Azevedo Nirez.	Não tive acesso ao projeto.

Fonte: Criado pelo autor, a partir de cópias dos projetos.

Entre os principais projetos para a “requalificação” do Passeio Público estão os descritos no QUADRO 1. De forma geral, todas as propostas convergem para os seguintes eixos: 1) As ações envolvem o poder público e outros parceiros, seja da iniciativa privada como a rede hoteleira ou de instituições acadêmicas como a Universidade Federal do Ceará; 2) Reforma da infraestrutura da praça e superação de problemáticas como ausência de segurança, iluminação inadequada, desordenamento de estacionamento para ônibus turístico, abandono do quiosque etc; 3) Ações com o objetivo de redinamizar os usos da praça, torná-la um espaço de integração, sociabilidade e lazer a partir do enfrentamento de questões como o abandono, inadequação do uso, marginalidade e desconhecimento por parte da população.

Cada projeto e respectivas propostas apresentam também um “retrato” da situação em que a praça encontrava-se e a percepção das instituições sobre tal espaço. Segundo o IPAB, órgão ligado à Câmara Municipal de Fortaleza, foi a falta de investimento em infraestrutura e de políticas públicas para a dinamização dos usos do espaço que contribuiram, “[...] nas duas últimas décadas do século XX, para

que este se tornasse ponto de personagens ‘marginais’, que utilizam o espaço para a prostituição, tráfico de drogas e assaltos, a qualquer horário do dia ou da noite”⁴⁵. Já para os alunos e coordenadores do projeto elaborado pelo Colégio Militar, a história da praça é desconhecida para a maioria dos habitantes da cidade. Devido à insegurança, consideram que muitos turistas e fortalezenses veem a praça apenas das janelas dos ônibus. É um lugar que “serve de abrigo a todo tipo de delinquência”.

Além disso, não posso deixar de afirmar que nos projetos (exceto o do IPAB) há uma ausência da questão da prostituição tão marcante ao longo dos anos no Passeio Público. As propostas são lançadas sem que haja uma discussão sobre a questão da prostituição, dos moradores de rua e de outros indivíduos presentes na praça. As novas ideias aludem ao desejo de um público intelectualizado, de classe média e alta, em detrimento de “antigos” usuários para os quais parece não haver outra solução senão a sua substituição por meio da expulsão.

Desta forma, após outras reuniões que ocorreram no âmbito da SECE e da FUNCET (órgão que após reorganização tornou-se a Secretaria de Cultura de Fortaleza - Secultfor), deram prosseguimento ao processo de “requalificação” do Passeio Público. Segundo o Jornal Diário do Nordeste⁴⁶, em outubro de 2007 foi investido um total de R\$ 800 mil para a reconfiguração urbanística, arquitetônica e paisagística da praça. Os investimentos foram em parte da Prefeitura (que conseguiu R\$ 150 mil com o PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo) e outra parte de empresas privadas (VASCONCELOS, 2008). Do valor total, R\$ 45 mil foram doados em tinta e grama pelo Instituto Cor da Cultura. Após a reinauguração do Passeio Público, este Instituto promoveu o evento Casa Cor⁴⁷ no Museu da Indústria, localizado defronte ao Passeio Público, e utilizou a praça como ante-sala para o evento. Desta forma, a praça precisou se adequar a demanda de um evento no qual se apresentam as principais tendências mundiais de decoração e arquitetura. Como afirma Leite (2002), mais de um século depois, essas

⁴⁵ Trecho extraído do Projeto Passeio Novo, do Instituto de Pesquisas Américo Barreira (IPAB), junho de 2006.

⁴⁶ Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?Codigo=484391>>. Acesso em 09 junho de 2011.

⁴⁷ A Casa Cor é um evento de decoração, sendo um grande referencial de tendências, qualidade de vida e criatividade, tendo como principal missão lançar as novas tendências mundiais de produtos e materiais de arquitetura e decoração.

intervenções no patrimônio retomam o princípio higienizador de Haussmann, de assepsia e limpeza urbana para adequar as cidades às novas demandas.

Reforma do piso, dos bancos, do conjunto de esculturas, fontes, jarros e uma nova iluminação fizeram parte das modificações ocorridas na estrutura física do Passeio Público. Contudo, o processo de ativação do patrimônio cultural via projetos de “requalificação” também visava dar nova funcionalidade aos espaços públicos e atrair (novos) usuários a partir de uma programação semanal de atividades tais como eventos públicos, atrações culturais e roteiros históricos. Portanto, a partir de 2007, a Secultfor se tornou o principal órgão responsável em desenvolver atividades que dessem outra funcionalidade para o espaço. As iniciativas procuravam reativar antigos sentidos perdidos no tempo como de espaço histórico, cultural, de lazer destinado à família e a outros usuários.

Enquanto num certo período da *belle époque* fortalezense as políticas urbanas tinham em seus objetivos um viés de saúde pública, de promoção da saúde a partir do incentivo a caminhadas e práticas de exercícios no espaço público (PONTE, 1993), as iniciativas atuais procuram promover e funcionalizar espaços para um consumo cultural. Segundo Jacques (2008), há um processo de espetacularização dos bens culturais, nos quais os mesmos são reduzidos a mercadorias. Nesse processo é dada uma importância maior ao objeto a ser comercializado do que às reais necessidades da coletividade que o produziu.

A partir de Sennett (1998), entendo que o desenvolvimento do capitalismo moderno e a nova “vida pública” diminuíram a importância de centros e antigas praças como espaços de referência para o convívio social. As políticas urbanas funcionalizaram os espaços públicos de tal forma que os “vazios urbanos”, como mostra Meneguello (2009), são vistos como uma

doença a ser sanada, um erro a ser corrigido, um dano urbano. Todos criticam o sub-aproveitamento do espaço urbano, e propõe grandes “gestos” que re-simbolizem esses lugares. São áreas de oportunidade de desenvolvimento econômico, de reestruturação urbana, de transformação da cidade, de locais possíveis para investimentos (p.131).

As cidades modernas se apropriam do modelo de gerenciamento de uma empresa em que seus agentes atuam dentro de um mercado (VAINER, 2002). O patrimônio histórico se torna sua mercadoria, numa coisa a ser vendida, comprada e

destinada a um consumidor específico. Neste sentido, os projetos de “requalificação” tanto do Passeio Público quanto de outros lugares movimentam uma série de elementos estratégicos como narrativas, gestores públicos, rituais para alcançarem o objetivo de definir uma (nova) funcionalidade. Por isso, pensando que na relação entre práticas sociais e cidade existem mediações, a partir de agora mostrarei quais elementos estratégicos se apresentaram no processo de “requalificação” do Passeio Público. Apresento quais mecanismos foram ativados “em nome do patrimônio”.

4.1 As narrativas

Os textos informativos relacionados aos projetos apresentam normalmente propostas que parecem agir sobre uma *tabula rasa*, uma “folha de papel em branco”. O objetivo de atrair usuários é apresentado como se os mesmos inexistissem nos lugares em que novas atividades são realizadas. O próprio termo “revitalização” utilizado em algumas intervenções soa popularmente como a inexistência de vida, e também (é o mais correto afirmar) como a não consideração das práticas anteriormente realizadas.

As novas atividades, eventos e atrações planejadas passam a integrar o “circuito” de atividades culturais da cidade. O “circuito” consiste na oferta de determinados serviços por este equipamento visando possibilitar o exercício da sociabilidade por meio de encontros entre indivíduos com os mesmos interesses, códigos e valores sociais (MAGNANI, 2002). Panfletos, livretos, notícias nos jornais de maior circulação na cidade e propagandas televisivas da gestão municipal são os principais meios de divulgação.

As narrativas enunciadas pelos meios de comunicação, entendidas no sentido de Benjamin (1985) como relatos orais, remetem a uma mudança na configuração socioespacial da praça relacionada a uma nova forma de utilização, a presença de novos usuários e de seguranças. Como se percebe no panfleto divulgado pela primeira gestão de permissionários do quiosque, recebido no meu primeiro dia de pesquisa de campo (FIGURA 11).

Além de divulgar os serviços oferecidos no quiosque localizado na praça, como o preço do *self-service* o qual, por sinal, de início era mais barato, o panfleto

tem uma informação central: “No mais bonito e agradável local do centro da cidade. E o mais importante: segurança total (Guarda Municipal)”. Em muitas narrativas enunciadas após a “requalificação”, há uma mensagem que se repete: “Aqui é seguro”, “Você pode passear tranquilamente” e “Agora tem seguranças”⁴⁸.

FIGURA 11 – Panfleto do self-service do Passeio



Fonte: Quiosque do Passeio

O objetivo dessas narrativas é criar uma nova imagem para a praça em contraposição ao “estigma” de lugar perigoso e de prostituição. Além disso, o panfleto nos mostra uma ativação do patrimônio por meio do lazer, com expressões como “Feijoada, com música ao vivo” e “Promovemos eventos”.

Outra narrativa foi amplamente enunciada por meio de uma propaganda televisiva da gestão municipal “Fortaleza Bela” sobre a “revitalização” do patrimônio⁴⁹. A propaganda apresenta o depoimento de um professor, guia de turismo e residente no Centro sobre a “nova etapa” do Passeio Público:

[...] Como professor, eu comecei a descobrir que o Centro era uma sala de aula permanente. Eu sempre tive essa esperança de que as coisas iriam melhorar pra cá, pra região central e, de um modo especial, para o Passeio Público. Então, hoje as pessoas chegam e tem ali um chorinho, uma feijoada, tem uma contação de história, tem jogo de xadrez. Todo domingo a gente vem pra cá, estende uma manta, ela [a esposa] fica na internet, eu dou uma olhada no jornal, a gente passeia com o nosso filho. As pessoas elas... Elas saem daqui com um encantamento reforçado. Viver isso, essa nova etapa é realmente a realização de um sonho pessoal.

⁴⁸ Expressões comumente enunciadas por gestores da política de “requalificação” e encarregados da disciplina nas apresentações ou reportagens que divulgam a praça.

⁴⁹ Esta propaganda encontra-se disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=rgd4Po6XqCo>>. Acesso em: 10 janeiro de 2013.

Segundo os gestores do patrimônio em Fortaleza, esta propaganda ativou ainda mais as atividades realizadas na praça. O depoimento do professor é acompanhado de imagens de prédios históricos como o Paço Municipal, Sobrado Dr. José Lourenço e, também, de eventos, festas de aniversário, seguranças, crianças e pessoas com equipamentos eletrônicos na praça. O próprio professor apresenta-se num piquenique realizado com a esposa e o filho num domingo pela manhã.

Já num programa de televisão local intitulado “Gente na TV”, o apresentador Nelson Fragata apresenta a matéria “Lazer e Feijoada no Passeio Público”. Ao introduzir a matéria afirma: “Passeio Público ganhou mais vida e alegria com os novos frequentadores e uma programação mais muito, muito especial”⁵⁰. A mudança na configuração social do Passeio Público é enunciada por intermédio das novas propostas de utilização do espaço, como a divulgação do projeto Sol Maior (a Feijoada) nas reportagens de televisão, notícias de jornais e livretos, como o “Cultura de Bolso”⁵¹ que apresenta o “circuito” cultural da cidade.

SOL MAIOR. Instrumentistas experientes e novos talentos do cenário cearense se apresentam todos os sábados no Passeio Público, por volta do meio dia. Um momento de lazer à sombra das árvores centenárias e degustando a feijoada e as delícias do Quiosque (SECULTFOR, 2012).

Uma das primeiras iniciativas de narrar a história da praça no contexto das reformas para a “requalificação” foi a criação em 2007 de um cartilha pelos alunos do Colégio Militar de Fortaleza (CMF). A cartilha “Passeio Público: histórias e perspectivas” contém textos de quatro estudantes do oitavo ano sobre a história, os ícones e o contexto no qual surgiu a praça. Os textos exaltam as iniciativas de “requalificação” dos espaços, rememoram antigos usos perdidos no tempo e procuram dar uma credibilidade perdida ao longo dos anos.

Outros narradores do patrimônio são os jornalistas. Muitas foram as notícias veiculadas pelos jornais antes, durante e depois da política de “requalificação”. As narrativas provenientes deste meio de comunicação constroem

⁵⁰ Esta matéria foi veiculada pela emissora TV Diário em 26 de janeiro de 2012, e pode ser verificada no seguinte *link*: <<http://www.youtube.com/watch?v=5UuZkaTg5Vk>>. Acesso em: 21 junho 2012.

⁵¹ “Cultura de bolso” é um livreto com a programação cultural mensal da cidade planejada pela Secultfor.

significados sobre a praça e, às vezes, se apresentam como detentores da “verdade”:

Nem de longe o reforçado telhado e o cheiro de tinta nova nas paredes lembram fezes, urina, preservativos, pedaços de tecido embebidos de sangue e pontas de cigarro que antes denunciavam as velhas finalidades de um espaço que, **na verdade**, sempre foi potencialmente cultural (DIÁRIO DO NORDESTE, 6/10/2007, grifo nosso).

Pensar sobre a forma como as narrativas são construídas, me faz lembrar as abordagens de jornalistas solicitando que eu falasse da mudança realizada na praça, sem precisar apontar os problemas de uma configuração social tão complexa. As gravações de imagens as quais presenciei realizadas pelas equipes de produção procuravam mostrar famílias se confraternizando num café da manhã, outros num piquenique, indivíduos utilizando equipamentos como *notebooks* e celulares, de acesso gratuito à internet, ou seja, um ambiente familiar, harmônico e seguro. Em suma, segurança, novos usos e um novo público fazem parte das principais narrativas veiculadas sobre a praça por meio dos vários meios de comunicação.

4.2 Gestores do patrimônio

4.2.1 Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor)

A principal instituição responsável pelo processo de “requalificação” do Passeio Público é a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) composta por uma equipe de historiadores, arquitetos e advogados. Ao indagá-los sobre o porquê da escolha do Passeio Público para ser requalificado, um historiador da Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural (CPHC) se referiu a imagem de “degradação”, devido ao descaso do poder público, e a intensa atividade de prostituição.

Olha, o Passeio Público foi escolhido porque estava num estado deplorável, e era uma reclamação da sociedade de Fortaleza, [...] um dos fatos foi esse, que o Passeio tava muito degradado, inclusive os jardins que estavam sem a irrigação suficiente, e é um ponto que toda Fortaleza embora não frequente, mas todo mundo admira. (Entrevista concedida ao autor por um historiador do CPHC em Maio de 2010).

Percebi nas entrevistas realizadas com os gestores que o termo “requalificação” é aplicado de forma acrítica, merecendo uma contextualização e problematização. Ao indagá-los sobre o que significa requalificar um espaço público,

eles apenas apresentavam este termo em contraposição ao revitalizar. Afirmavam que requalificar é melhor de ser empregado do que revitalizar, pois o Passeio Público sempre teve vida e precisava apenas de mudanças na forma de utilização do espaço.

Considerarei os gestores como elementos estratégicos na “requalificação” do patrimônio, porque ao indagá-los sobre suas funções eles declararam ser os responsáveis por autorizar, selecionar e elaborar os projetos que visam (re)funcionalizar o Passeio Público. Assim, quando concluíram a reforma em 2007, criaram o Fórum Amigos do Passeio Público que reunia instituições e pessoas interessadas em cuidar do patrimônio para trocar idéias e elaborar propostas para o uso do espaço.

Com reuniões quinzenais, fomos monitorando algumas ações necessárias para a sustentabilidade do espaço, discutindo sobre novo tipo de ocupação e público a ser envolvido e atraído. [...] Pudemos também verificar que o mesmo deixou de ser ponto de negócio da prostituição, passando por uma nova forma de ocupação que está vinculada a eventos culturais, exposições, comercialização de comida típica e outros (Entrevista concedida ao autor por secretária da Secretaria Extraordinária do Centro SECE em Maio de 2010).

Devido à diminuição no número de pessoas que participavam das reuniões, o Fórum Amigos do Passeio Público não teve continuidade. Alguns meses depois, a Organização Não-Governamental (ONG) Mediação dos Saberes foi contratada pela Prefeitura para organizar e realizar atividades culturais que dinamizassem os usos na praça. As atividades desenvolvidas foram: instalação de mesinhas e tabuleiro de xadrez, apresentação de grupos teatrais, aulas de ioga, shows musicais de chorinho e piano. Contudo, o contrato foi suspenso no primeiro semestre de 2008 devido à insuficiência de pessoas que participassem das atividades. Cabe lembrar que durante este período a praça se tornou “palco” de eventos pontuais promovidos tanto pela iniciativa privada como pela Prefeitura⁵². Outros eventos elaborados como o Projeto Sol Maior e o Piquenique no Passeio também foram executados e serão apresentados nos próximos tópicos na perspectiva dos rituais como outros elementos estratégicos.

⁵² Eventos pontuais como o XIX Congresso Brasileiro de Perinatologia; o Dia Nacional da Cultura; um desfile de moda realizado pelo Projeto Palco Fashion Weekend e outros.

Tais projetos de “requalificação” elaborados pela Secultfor trazem à discussão concepções e sentidos atribuídos aos equipamentos classificados como patrimônio. De acordo com o texto informativo em seu *site*, os gestores da Secultfor não compreendem patrimônio histórico cultural de uma maneira diferente da proposta pelos estudiosos dessa área.

O Patrimônio Cultural do Município de Fortaleza é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, públicos e privados tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, histórico e natural, visando sua preservação⁵³.

Em suma, o próprio conceito de patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura de um grupo ou de uma sociedade (LEMOS, 2004). Em documento referente às regras de uso do espaço, os gestores do patrimônio afirmam que o “Passeio Público é de todos”⁵⁴. Embora esta apresentação tenha uma conotação democrática, a realidade se torna mais complexa ao analisar intervenções urbanas em espaços de convívio de indivíduos heterogêneos, múltiplos e variados.

4.2.2 Os permissionários

Os permissionários ou locatários do quiosque são considerados gestores do patrimônio por serem responsáveis em desenvolver atividades pautadas nas propostas de “requalificação” e regras de uso do Passeio Público. Obtiveram uma licença para trabalhar no local por meio de uma seleção realizada pela Secultfor, com a qual possuem uma parceria para elaborarem atividades. A (re)instalação do quiosque, atualmente denominado “Café Passeio”, visa desenvolver atividades artístico-culturais e de comércio alimentício.

⁵³ Definição extraída do *site* da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&task=view&id=10482&Itemid=119>. Acesso em: 16 dezembro 2011.

⁵⁴ Documento intitulado “Procedimentos de proteção e guarda da Praça dos Mártires (Passeio Público)”, arquivo da Secultfor.

Durante as idas e vindas ao campo, acompanhei três gestões de permissionários diferentes⁵⁵. A primeira gestão com a qual tive contato considerei “tímida”, pois apesar da permissionária Milena já ter tido experiência com comércio alimentício em restaurantes, não desenvolvia muitas atividades culturais, apenas as planejadas pela Secultfor. A segunda gestão tinha permissionários do meio acadêmico como a Eliane e pode ser considerada “criativa”, pois embora não tivessem experiência com estabelecimentos comerciais facilitaram várias atividades culturais como o baião-ilustrado⁵⁶ (encontro de ilustradores da cidade), assistir partidas de futebol dos jogos da Copa e outras. Já a última designo de “equitativa” por ter sido uma gestão constante nas atividades realizadas e ter desenvolvido tanto o lado comercial quanto cultural: diversificou o cardápio, dinamizou o horário de atendimento e, até quando a Secultfor não tinha mais recursos para garantir as apresentações musicais, os permissionários contrataram por conta própria músicos para realizar as apresentações.

Para se tornar permissionária, Eliane declara que foi necessário fazer uma inscrição junto à Secultfor e entrar numa fila de espera, afirmou já ter prestado serviços para a Prefeitura e ter tido uma indicação. Ao indagá-la sobre as atividades planejadas e usos esperados para a praça, ela afirma:

As atividades aqui são coisas muito restritas, porque a gente não pode fazer nada sem que tenha que combinar com a Prefeitura, então nem adianta te dizer. O que a gente pretende fazer aqui é trazer mais o público pra dentro do Passeio, o que eu posso te dizer é isso, através de atividades ao Quiosque, a gente já conseguiu trazer o pessoal do baião-ilustrado pra cá, que é o encontro de ilustradores que acontece uma vez por mês. E o restante são eventos que possam surgir, todos ligados à cultura, à educação e a uma coisa bem familiar (Entrevista com Eliane, permissionária do “Café Passeio” em Fevereiro de 2010).

4.2.3 O administrador da praça

⁵⁵ É importante lembrar que as três gestões não foram as únicas desde a reforma realizada no quiosque em 2007. As duas primeiras foram no período de pesquisa para a monografia entre 2008 e 2010. E a última se estende desde 2011. Os comentários elaborados e a classificação “tímida”, “criativa” e “equitativa” foram construídos com base em entrevistas e conversas informais tanto com permissionários quanto com funcionários e usuários do quiosque. Um registro delimitado não foi possível porque a mudança de um permissionário para outro se dava de forma instantânea, pelo menos, para mim como pesquisador.

⁵⁶ O Baião Ilustrado é um encontro mensal de ilustradores, designers, publicitários e artistas com o objetivo de compartilhar experiências e reencontrar amigos que já fazem parte do grupo. No evento, os participantes costumam fazer ilustrações na hora inspirando-se nas conversas e músicas compartilhadas. Para acompanhar as atividades, verificar o seguinte site: <www.baiaoilustrado.tumblr.com>. Acesso em: 12 novembro 2012.

Soma-se às atividades da Secultfor e dos permissionários a presença de um “administrador”, o Paulo César. Ao indagá-lo sobre sua função, ele demonstra ser um facilitador de atividades, pois o patrimônio possui vários elementos estratégicos para manter-se “requalificado”, tais como segurança patrimonial, tratamento paisagístico, limpeza e outros. Então, a função do Paulo César é coordenar as atividades dos outros elementos estratégicos e facilitar a comunicação entre os mesmos, além de ser considerado um fiscalizador da “ordem” almejada pela Secultfor.

Nós trabalhamos aqui com a equipe da Guarda [Municipal], da COPSERV, a PM [Polícia Militar] e a ECOFOR. [...] quando eles querem ir no banheiro, querem uma água, eu tenho que está aqui. As chaves ficam comigo. [...] aí tem que ter um administrador, pra cuidar dessas árvores. Às vezes cai uma... Como caiu uma árvore ali, na mesma hora eu liguei pra EMLURB [Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização], ela veio e cortou. Tem que ter um administrador (Entrevista concedida ao autor pelo Paulo César em Janeiro de 2012).

Embora a Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) afirme que a presença de administradores era comum algumas décadas atrás⁵⁷, não posso deixar de entender a presença de um administrador como apropriação do modelo de gerenciamento de uma empresa, tão característico para Vainer (2002) ao tratar a cidade moderna. Em certos aspectos, o leitor já pode perceber como a gestão do patrimônio se torna comparável a gestão de uma empresa com uma organização racional com administrador e, como mostrarei mais adiante, horário e regras.

4.3 Encarregados da disciplina: os guardas municipais

“No mais bonito e agradável local do centro da cidade. E o mais importante: segurança total (Guarda Municipal)”. A informação veiculada nos panfletos já fazia referência aos indivíduos considerados pelos gestores, permissionários, usuários como um dos elementos estratégicos mais importantes na “requalificação” do Passeio Público.

É primordial, é essencial, porque as pessoas quando vem pro Passeio, a primeira coisa que elas olham é a Guarda [Municipal] e já se sentem seguras de haver dois, três guardas, às vezes até uma patrulha quando tem

⁵⁷ Atualmente, apenas o Passeio Público e a Praça do Ferreira possuem “administradores”, pois somente estas duas estão ligadas a Secretaria Extraordinária do Centro. Informação concedida pela Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC).

um evento como esse do bloco [de pré-carnaval] que se apresentou no domingo. Tinha uma patrulha com mais de seis guardas aqui, então [...] não pode deixar de faltar (Entrevista com permissionário do “Café Passeio” em Fevereiro de 2010).

As pessoas perguntam logo como é que tá a segurança, é a primeira coisa que eles perguntam: tem segurança aqui? Tem, Eu mostro a guarda, mostro a PM, à noite tem segurança armada [...]. O foco deles é a segurança, é muito louco, é a primeira coisa que perguntam (Entrevista concedida ao autor pelo Paulo César em Janeiro de 2012).

A segurança é muito importante, porque antigamente não podia ficar sozinho esta hora. Antes você sentava as prostitutas eram tudo em cima. Incomodando... A polícia inibiu, elas pediam um café, um cigarro, para fazer programa (Raimundo Nonato, 47 anos, usuário do Passeio Público).

Segundo dados da Prefeitura de Fortaleza⁵⁸, a criação de uma Guarda Municipal foi autorizada a partir da Constituição de 1988. Os guardas municipais teriam como principais atribuições prevenir a violência, a criminalidade, garantir o cumprimento das leis e proteger o patrimônio, bens e serviços do município. O papel de segurança patrimonial levou os guardas municipais a atuarem principalmente em espaços públicos, pois deveriam promover a segurança em praças, equipamentos de lazer, parques ambientais e outros.

A Guarda Municipal do Passeio Público é constituída diariamente por uma dupla de guardas, normalmente, um homem e uma mulher que trabalham das 6h30 às 18h30. Durante à noite, são seguranças armados que fazem a segurança patrimonial, eles são de uma empresa privada⁵⁹ contratada pela Prefeitura. Como a pesquisa ora apresentada tem como referência temporal o dia, trato apenas dos guardas municipais.

Os guardas municipais costumam estar sempre atentos aos usuários e atividades desenvolvidas dentro da praça, circulam sempre no interior do logradouro e dão informações aos frequentadores (FIGURA 12). O pensamento foucaultiano mostraria a praça como um espaço de repressão semelhante às instituições de controle social, como o “panóptico”, prisões, manicômios, nas quais era possível vigiar. Já para as possíveis punições, os guardas utilizam durante o turno diário os

⁵⁸ Informação extraída do site da Prefeitura Municipal de Fortaleza: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/gmf>>. Acesso em: 12 novembro de 2012.

⁵⁹ A empresa terceirizada pela Prefeitura para garantir a segurança no Passeio Público à noite é a SERVAC. Um grupo de segurança, tecnologia e rastreamento.

seguintes instrumentos de trabalho: apito para avisos de atenção ou pedidos de ajuda; tonfa⁶⁰; “espargido” (*spray* de pimenta)⁶¹; algemas e, em alguns casos⁶², o *taiser*⁶³ e também armas extras como canivetes.

FIGURA 12 – Guardas Municipais no Passeio Público



Fonte: Willams Lopes, em outubro de 2011.

No processo de “requalificação” do Passeio Público, a ação dos guardas municipais se revela como uma forma de disciplinarização do espaço. Segundo Foucault (1979), a disciplina é uma técnica, um dispositivo e um instrumento de poder. Este não é entendido como uma coisa que possui natureza, essência e características universais, mas sim como algo descentralizado, diluído nas relações sociais e constituído historicamente.

Em relação aos espaços urbanos, a disciplina se manifesta como um tipo de organização do espaço. Assim, o poder disciplinador dos guardas municipais se expressa nas práticas e relações sociais com os usuários das praças nos equipamentos públicos. Os encarregados da disciplina no Passeio Público

⁶⁰ Tonfa é uma espécie de cassetete, com ponta do lado.

⁶¹ “Espargido” significa molhado, borrifado. Mas, entre os guardas municipais é um termo utilizado para referir-se ao *spray* de pimenta, um óleo de pimenta natural que atua sobre áreas sensíveis da pele e em contato com as mucosas e os olhos é muito doloroso.

⁶² Os guardas municipais entrevistados ainda não utilizavam o *taiser* por não ter tido treinamento. Porém, comentaram que alguns colegas já o utilizavam como instrumento de trabalho.

⁶³ O *taiser* é uma arma de eletrochoque utilizada para imobilizar imediatamente uma pessoa por meio de uma descarga elétrica de alta tensão. É uma arma não letal, mas informações não científicas afirmam que sua utilização já registrou alguns casos de morte. Em Fortaleza, a utilização do *taiser* pelos guardas municipais gerou uma polêmica divulgada principalmente pela imprensa local. Nesse período, o Ministério Público Estadual se propôs a realizar uma investigação para descobrir se o equipamento traria ou não riscos à saúde das pessoas atingidas. Disponível em: <<http://sobrevivenciapolicia.blogspot.com.br/2011/02/polemica-taser-no-ceara.html>>. Acesso em: 12 novembro 2012.

entrevistados⁶⁴ para esta pesquisa declararam que o seu objetivo é, em síntese, inibir a presença dos moradores de rua, das prostitutas, tirar o “estigma” de uma praça como ponto de droga e prostituição e torná-la um “ambiente familiar”.

Com relação aos moradores de rua, observei durante pesquisa de campo que as abordagens são mais “grosseiras”. Para os guardas municipais, um morador de rua, maltrapilho ou pedinte que entra na praça é visto como um possível assaltante ou um indivíduo que vai “incomodar” os outros usuários. Normalmente, os guardas “pedem” pra se retirar da praça quando um pedinte transita entre os eventos realizados nos finais de semana ou quando querem dormir nos bancos. Bater nos bancos em que estão deitados, falar com tom de voz mais alto e mandar retirar-se rapidamente estão incluso no que me refiro a uma abordagem mais “grosseira”. O guarda municipal Edilson relata: “Uma vez foi um casal e uma criança, colocaram um pano no chão e se deitaram, depois trouxeram um papelão, aí nós chegamos junto e disse: ‘O que é isso aí? Num pode não’”.

No Passeio Público, o contato entre guardas e moradores de rua se dá, em sua maioria, devido aos últimos se deitarem nos bancos da praça. Uma das regras de uso deste espaço proíbe se deitar fora do horário de sesta⁶⁵, isto é, entre 12h e 15h. Sobre esse assunto, Edilson afirma: “Quando passa do horário [de sesta] e quando percebemos que uma pessoa quer abusar, pedimos pra se levantar e sentar”. Porém, uma pessoa aparentemente pertencente ao segmento das classes médias ou um trabalhador identificado pela farda da empresa deitado nos bancos da praça fora do horário de sesta, como presenciei, não era em nenhum momento informado sobre esta regra.

As ações promovidas pelos encarregados da disciplina se constituem numa ação sobre o corpo dos indivíduos visando adestrar os seus gestos e regular os seus comportamentos. Além de inibir a presença de moradores de rua, as prostitutas são também foco da atenção dos encarregados da disciplina. A guarda municipal Verônica afirma identificar uma prostituta “pela aparência, pelas roupas e

⁶⁴ Realizei entrevistas com seis guardas municipais, considerei três realizadas em 2010 com Eduardo, Simone e Adriano, e outras três com Edilson, Verônica e Afonso foram realizadas em janeiro de 2012. Optei por manter o anonimato dos informantes, os nomes apresentados são fictícios.

⁶⁵ Sesta é o horário de descanso após o almoço. O Passeio Público nesse horário é frequentado por trabalhadores de lojas do Centro, que aproveitam seu intervalo para vir descansar nos bancos da praça.

porque são mulheres que passam encarando os homens”. Verônica declara: “Nós observamos, se tiver algum idoso [público-alvo] sentado sozinho, nós nos aproximamos se elas tentarem chegar perto. É proibido abordar as pessoas, elas já sabem disso”. Por isso, as tentativas de marcar um programa burlando a ordem estabelecida entre as prostitutas e seus clientes dentro da praça são tão rápidas.

A frequência das prostitutas aqui na praça é de no máximo cinco minutos, elas num entram mais aqui não, só tem dois travecos [travestis] da favela que de vez em quando aparecem. Elas mesmas ficam incomodadas porque o pessoal que frequenta aqui é outro nível. Normalmente entram no portão em frente à Santa Casa e saem no outro ali [em frente à Rua Major Facundo] (Entrevista concedida pelo guarda municipal Edilson em 24 de janeiro de 2012)⁶⁶.

Quando alguma das “meninas” entra na praça, os guardas ficam observando todo o trajeto para saber se elas vão abordar algum homem. Se isso acontece, eles se aproximam e mandam elas se retirar. Assim, as abordagens realizadas às prostitutas pelos guardas visam afastar possíveis clientes que ainda as procuram no ambiente da praça e, também, levá-las a não se sentirem mais à vontade para usufruir do espaço. Baseado em Foucault (1979), percebo que o poder disciplinador dos guardas municipais atinge o corpo e penetra na vida cotidiana e nas práticas das prostitutas. Neste sentido, o poder disciplinar pode ser entendido como um método que trabalha o corpo dos homens e fabrica o tipo de homem necessário para a sociedade. As ações dos guardas levaram gradativamente as “meninas” se deslocarem do ambiente da praça, como se constata na pesquisa realizada por Luna Sales (2011) no Restaurante Granada, situado defronte à praça:

Pesquisadora: - E na praça, tu vai lá ainda? Andrea: - Na praça eu não ando mais lá não. Não gosto, não. Não tem mais homem, é só algum turista, algum estudante, algum... Pessoas que vêm descansar o almoço, mas homem mesmo pra procurar mulher é difícil [Conversa do dia 02 de setembro de 2010]. (p.48, nota de rodapé).

Antes, nos primeiros meses após a “requalificação”, os guardas municipais Eduardo e Simone afirmaram que era mais difícil regular o comportamento das prostitutas, pois aconteciam muitas discussões entre elas mesmas. Simone declarou já ter utilizado *spray* de pimenta para solucionar brigas e

⁶⁶ A favela a qual o informante se refere é a Moura Brasil, situada atrás da Estação João Felipe, próxima ao Passeio Público. A maioria dos moradores de rua, usuários de drogas, assaltantes e os dois travestis, inclusive, que frequentavam a praça residem na favela.

discussões entre as “meninas”. A maioria das discussões era resquício do período anterior à reforma de 2007 em que muitas “meninas” disputavam por clientes, demarcavam o espaço definindo os bancos específicos em que cada uma devia marcar seus programas.

Todas as ações dos encarregados da disciplina visam afastar os indivíduos considerados “indesejados”, pois as práticas de comércio sexual e os constantes furtos realizados ao longo dos anos na praça construíram historicamente um “estigma”, uma imagem de espaço marginal, inseguro e distante do padrão de moralidade dominante. O guarda municipal Afonso relata que os amigos do seu bairro perguntam como ele consegue trabalhar nesse “cabaré”, relacionando com este termo a praça a um local desviante e também, de acordo com os amigos, desordenado.

Os encarregados da disciplina associam “todos os problemas” do Passeio Público à presença de prostitutas, moradores de rua e pedintes que utilizaram o espaço ao longo dos anos e ainda transitam pelo mesmo. Evitar tais indivíduos considerados “indesejados” se apresenta como a solução no processo de “requalificação”. Ainda segundo Afonso, “se não afastasse elas, não mudaria nada na praça [...]. A imagem da praça era prejudicada, elas traziam insegurança. Afastamos os pedintes também que aproveitavam pra assaltar”.

A relação conflituosa entre guardas municipais e prostitutas já é característica desde a “belle époque” fortalezense, Ponte (1993) mostra como as práticas das meretrizes naquela época eram consideradas ofensivas à moral:

Um último segmento do contingente de pobres e que preocupava bastante a política era o das meretrizes. Se seu crescimento na Cidade, por um lado, provocava condenação médica por considerá-las uma das causas principais de disseminação da sífilis e de doenças venéreas, por outro lado, preocupava sobre maneira o aparelho policial. Os comportamentos, gestos e vestuários das prostitutas – além do seu próprio ofício – eram identificados como delitos ofensivos à moral e ao decoro familiar (p.173-174).

Contudo, evitar ou expulsar as “meninas” da praça não pode ser vista como uma prática dominante. Marlene, prostituta que ainda utiliza a praça para marcar seus encontros, afirma que os guardas municipais sabem sobre sua profissão, mas “permitem” suas abordagens a possíveis clientes por ela tratar-se de

uma pessoa comportada e discreta. Marlene declara não chamar tanta à atenção, seu vestuário é diferente das outras “meninas” e costuma ficar sentada de forma tranquila nos bancos da praça.

Verifiquei nas conversas informais com Marlene como a prática de marcar ou não programas entre prostitutas e clientes é negociada também entre prostitutas e encarregados da disciplina. Lembro-me do guarda municipal Adriano, que trabalhou na praça como segurança num período à noite, quando afirmou que algumas “meninas” se aproximavam e pediam permissão pra marcar programa com cliente na praça e, em alguns momentos, ele respondia apenas dizendo que não queria atender nenhuma ocorrência de assalto ou algo mais complicado que interferisse no seu horário de trabalho, deixando as “meninas” entrar na praça. Percebo que a proibição é, em alguns casos, negociada e também que o padrão de moralidade exaltado ao buscar tirar o “estigma” é totalmente situacional.

A expulsão dos usuários considerados “indesejados” se caracteriza também pela definição de novos usos que visam atrair novos usuários. Para gestores, permissionários e encarregados da disciplina, as práticas “antigas” não podem conviver com as práticas consideradas adequadas que visam tornar o Passeio Público um ambiente cultural, de lazer destinado aos turistas e às famílias.

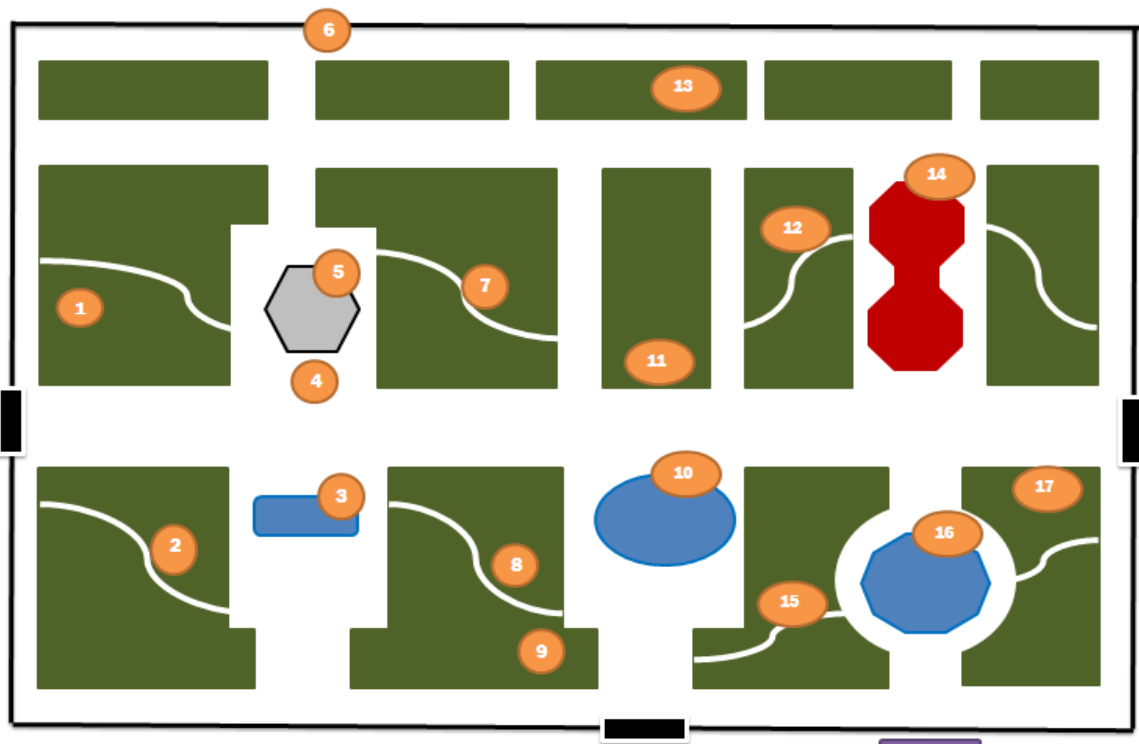
4.4 Ícones do patrimônio

Os ícones do patrimônio podem ser entendidos como os objetos situados no interior da praça aos quais é atribuído valor material e simbólico. Embora cada um dos ícones não tenha sido tombado especificamente pelo IPHAN, todos se tornam passíveis de proteção na medida em que estão inseridos no ambiente do Passeio Público. Há assim uma articulação entre o material e o simbólico que proporciona ao lugar um ar bucólico e semelhante a um museu, em que várias peças estão dispostas para contemplação. A partir de observação empírica e análise da “Planta Baixa da Praça”⁶⁷, encontram-se bustos, esculturas, fontes, árvores, coreto, quiosque, lago artificial e caixa d’água (FIGURA 13).

⁶⁷ A “Planta Baixa da Praça” está nos documentos do IPHAN: Pasta Preservação – Obras de Restauração. As informações foram complementadas pela observação direta.

Do lado oeste, encontra-se o busto do Dr. José Frota⁶⁸, uma homenagem em 1965 ao médico pela Santa Casa de Misericórdia; o busto do Dr. Moura Brasil e uma placa de homenagem do Centro Médico Cearense ao oftalmologista no dia do centenário do seu nascimento em 10 de fevereiro de 1946. É importante destacar que ambas as homenagens se deram principalmente pela proximidade com o Hospital, situado no lado oeste. Na parte mais central, encontra-se uma pedra com a imagem de Barão de Studart⁶⁹. E, por último, do lado leste um busto sem identificação.

FIGURA 13 – Ícones do Passeio Público



Legenda de Ícones:

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| 1. Busto Dr. José Frota; | 10. Fonte principal; |
| 2. Busto Dr. Moura Brasil; | 11. Escultura do Gladiador; |
| 3. Fonte Menino com um Ganso; | 12. Escultura de uma Deusa; |
| 4. Escultura de uma Deusa; | 13. Escultura de uma Deusa; |
| 5. Coreto; | 14. Quiosque Café Passeio; |
| 6. Esfinges; | 15. Bustos sem identificação; |
| 7. Caixa D'Água; | 16. Lago artificial; |
| 8. Baobá (Árvore centenária); | 17. Escultura da Vênus de Milo. |
| 9. "Bustos" Barão de Studart; | ■ Portões ■ Parada de Ônibus |

Fonte: Willams Lopes

⁶⁸ Dr. José Frota era filho de uma família tradicional da região de Viçosa do Ceará. Estudou no Liceu do Ceará e depois partiu para o Rio de Janeiro para estudar Medicina, se especializou em outros países e exerceu sua profissão em Fortaleza.

⁶⁹ Barão de Studart foi um médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará em 1878. Participante ativo do movimento abolicionista no Ceará e integrante de diversas instituições tais como: Centro Médico Cearense, Academia Cearense de Letras, Instituto Geográfico Brasileiro e outras.

Existem três fontes: a principal, situada na entrada central (FIGURA 14) (em frente à Rua Major Facundo), construída no final do século XIX e que possuía quatro pedestais dispostos com peças de louça chinesa; outra fonte menor do lado oeste com um menino abraçado com um ganso. E, do lado leste, encontra-se um lado artificial contornado por pedras vermelhas com uma fonte e uma base de concreto no meio. Este lago foi construído em homenagem aos confederados, pois as pedras vermelhas representam o sangue deles ao serem sacrificados (FIGURA 15).

FIGURA 14 – Fonte principal



Fonte: Willams Lopes, em novembro de 2011

FIGURA 15 – Lago artificial construído em homenagem aos confederados

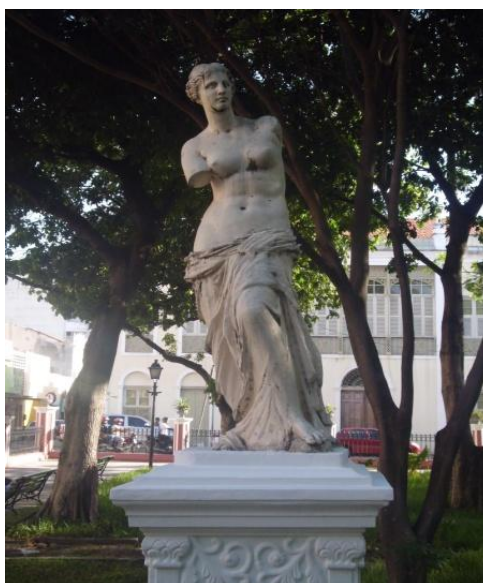


Fonte: Willams Lopes, em outubro de 2011.

As esculturas não estão dispostas simetricamente, mas espalhadas por toda a praça. Segundo o IPHAN, as esculturas são réplicas que vieram da Europa e outras foram doadas pela maçonaria. Encontra-se um total de sete esculturas de

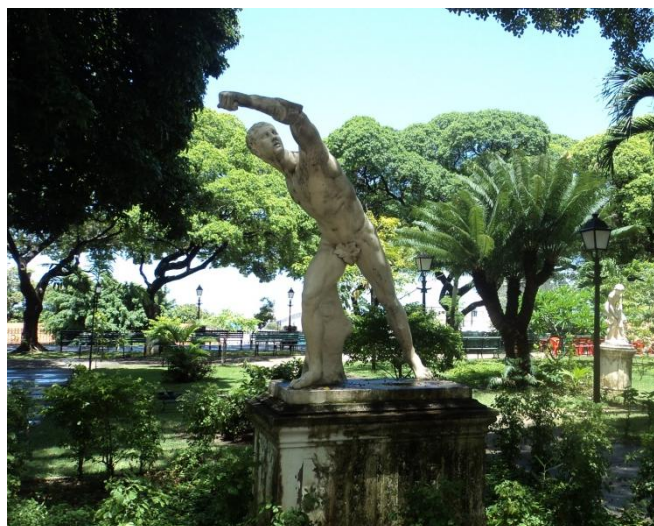
inspiração greco-romana sem identificação, entre as quais quatro são deusas, uma destas é a Vênus de Milo (FIGURA 16); duas são esfinges construídas na antiga “avenida” Caio Prado para “guardar” a escada que ligava primeiro e segundo planos; e outra conhecida como “gladiador”, sem escudo e sem espada (FIGURA 17).

FIGURA 16 – Escultura da Deusa Vênus de Milo



Fonte: Willams Lopes, em fevereiro de 2013.

FIGURA 17 – Escultura conhecida como Gladiador



Fonte: Willams Lopes, em novembro de 2011.

Dentre os ícones da praça, o Baobá (FIGURA 18) é o que alcança maior destaque literalmente. O Baobá é uma árvore centenária, de origem africana que foi plantada no interior da praça em 1910, muito alta e de tronco largo. “Essa árvore aqui é o cartão-postal do Passeio Público” e “Todo mundo quer tirar foto no Baobá”

são expressões comumente proferidas pelo administrador da praça, pois muitos usuários quando entram em grupo ao se aproximarem costumam dar as mãos, fazer um círculo, abraçá-lo e tirar fotografias. Junto ao Baobá, encontra-se também um grande conjunto de árvores dispostas no Passeio Público conhecidas popularmente como mungubeira, macaúba, oiticica, juazeiro, pau d'arco roxo e outras.

FIGURA 18 – Baobá (árvore centenária)



Fonte: Willams Lopes, em outubro de 2011.

A relevância do Baobá se expressa também no evento “III Memórias de Baobá” produzido pelo Núcleo das Africanidades Cearenses (NACE)⁷⁰, um projeto de pesquisa e extensão sobre a história, cultura e participação da população negra realizado todos os anos no Passeio Público. Em 2012, entre os dias 2 a 7 de dezembro, o NACE desenvolveu oficinas, roda de conversas, mini-cursos e apresentações de dança terapêutica, capoeira e maracatu.

O Baobá não é tombado especificamente, mas sua proteção faz parte das práticas preservacionistas direcionadas à praça de maneira geral. Porém, é interessante destacar que os movimentos em defesa do meio ambiente também foram importantes para a ampliação do conceito de patrimônio, não somente a cultura, mas a natureza também passou a fazer parte. “Já no fim da década de

⁷⁰ O Núcleo das Africanidades Cearenses (NACE) é vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC) e à rede de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's). O objetivo é investigar, discutir, produzir e divulgar trabalhos relacionados à cultura, história, cosmovisão africana e participação da população negra. O blog do NACE está disponível no seguinte endereço: <<http://naceafro.blogspot.com.br/>>.

1950, a legislação de proteção do patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais, antes preteridos em benefício da nacionalidade” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.23).

Além destes ícones, encontra-se uma antiga caixa d’água construída no final do século XIX, um coreto que possuía um teto em forma piramidal, mas hoje é apenas um espaço considerado mais reservado circulado por um gradil e, do lado leste, um quiosque que pode ser considerado o núcleo da sociabilidade “desejada” pela política de “requalificação”.

Em torno dos ícones do patrimônio, existem alguns atores sociais presentes cotidianamente na praça. Os funcionários da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB) são os responsáveis por manter o ambiente sempre limpo e zelar por estes ícones (FIGURA 19). Alberto e Erivaldo⁷¹ são responsáveis pela limpeza do Passeio Público. Ao indagá-los sobre as mudanças ocorridas na praça, Alberto comentou a necessidade de uma nova reforma no espaço físico e o descaso do poder público municipal com o patrimônio. Já o Erivaldo enfatizou que agora os usos eram “mais civilizados”, pois a prostituição tinha desaparecido. Continuei a conversa perguntando: “É verdade que aqui tinha muita mulher?”. Ele respondeu: “É verdade, aqui era cheio. Limpavam mais, mas ainda fica umas raizinhas” (fala apontando para o motel do outro lado da rua).

FIGURA 19 – Funcionário da EMLURB trabalhando no Passeio Público



Fonte: Willams Lopes, em fevereiro de 2013

⁷¹ As expressões declaradas pelos funcionários da EMLURB foram obtidas ao longo da pesquisa no primeiro semestre de 2012. Raramente, as gravações de entrevistas eram possíveis, pois conversavam comigo enquanto trabalhavam. Optei por manter o anonimato, porque as declarações poderiam comprometê-los.

4.5 Rituais de patrimonialização

O quiosque do Passeio Público foi central para pensar os rituais de patrimonialização ocorridos na praça, pois tais rituais são planejados pelos permissionários em parceria com a Secultfor e ocorrem, em sua maioria, em torno do quiosque. O “Café Passeio”, nome pelo qual é denominado, trata-se de um estabelecimento de comércio alimentício comparável aos cafés franceses, pelo fato de partilharem características com bares e restaurantes e oferecerem cafés, lanches e refeições rápidas. Na praça, o quiosque também é diretamente envolvido em atividades artístico-culturais e procura se tornar um local de sociabilidades.

Quiosque é um termo que vem do francês *Kiosque* e significa pavilhão. É uma pequena construção de planta octogonal, aberta por todos os lados e erigida em lugares públicos. O “Café Passeio” está situado no lado leste da praça e isso contribui para a realização de eventos como apresentações musicais, pois o fato da praça estar ao lado de um Hospital impede da mesma realizar atividades que geram muito barulho. De certa forma, o quiosque “dá às costas” para o Centro da cidade, pois as entradas que ficam abertas são as que dão para a direção norte, para o mar. Em conversas informais com usuários da praça, muitos afirmam desconhecer as atividades ou serviços oferecidos pelo estabelecimento ou, até mesmo, criticam a pouca visibilidade da porta de entrada. Ao entrar no quiosque deparei-me com o seguinte cenário: algumas mesas e cadeiras de madeira, um balcão, o *self-service*, o caixa e uma estante com livros e revistas relacionados à história e cultura da cidade (FIGURAS 20 e 21).

FIGURA 20 – Quiosque Café Passeio (parte externa)



Fonte: Willams Lopes, em outubro de 2011.

FIGURA 21 – Quiosque Café Passeio (parte interna)

Fonte: <<http://www.saboresdacidade.com/2011/07/feijoada-do-passeio-publico.html>>.
Acesso em: 30 maio de 2010.

Entre as atividades, eventos e atrações planejadas pelo quiosque em parceria com a Secultfor, verifiquei que alguns eventos se destacaram por terem sido constantes e, também, terem agregado grande quantidade de pessoas, como a Feijoada e o Piquenique no Passeio. Estes eventos podem ser entendidos como rituais de ativação do patrimônio cultural. Segundo Aníbal Frias (2000, p.10), a noção de patrimonialização articula um duplo processo social: primeiro, é um ato de legitimação que confere valor histórico, artístico e cultural ou simbólico a uma construção, objeto ou prática e, em segundo, repousa sobre a perspectiva de um “valor de uso” na qual o patrimônio é utilizado por exaltar personagens e histórias consideradas significativas para a nação, dando-lhe um interesse local, nacional e internacional. Para além desta definição, os rituais de patrimonialização atribuem novos sentidos, valores e usos às formas de se sociabilizar em lugares considerados patrimônio. Pois assim, não somente a história oficial, mas também os conflitos e as negociações seriam contemplados nos rituais de patrimonialização do patrimônio.

Estudar um evento realizado no contexto urbano como ritual ou “processo ritual” (TURNER, 1974) é desvencilhá-lo de qualquer motivação mística ou relação direta à religião e formas de expressão religiosa. Mostrarei a seguir que, não somente a Feijoada e o Piquenique, mas todos os eventos realizados no decorrer desses anos, seja por iniciativa da Secultfor ou de particulares, são como cerimônias pautadas por objetivos, regras e procedimentos que contribuem para uma ordenação social e cultural.

4.5.1 A Feijoada⁷² no Passeio Público

A Feijoada realizada no Passeio Público faz parte do Projeto Sol Maior, elaborado em 2008. Inicialmente, consistia na realização de apresentações de música instrumental por meio de acordeonistas nas sextas-feiras à tarde e, nos sábados, *shows* de saxofonista, baixistas, violonistas e guitarristas durante a feijoada. Todavia, o projeto permaneceu somente aos sábados (FIGURAS 22 e 23).

FIGURA 22 – Feijoada no Passeio Público



Fonte: <<http://quiosquedopasseio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

FIGURA 23 – Apresentações musicais na feijoada



Fonte: <<http://quiosquedopasseio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

Produzido pela parceria dos permissionários do “Café Passeio” com a Secultfor, a realização do evento pretendeu torná-lo mais do que um local de comércio alimentício, buscou torná-lo um evento cultural e tradicional reconhecido em toda a cidade. Desde o início, essa busca se expressa no adjetivo “tradicional” que acompanha o nome do evento em manchetes de jornais, panfletos e

⁷² Feijoada é um prato da culinária de países lusófonos, normalmente é preparada com feijão e carne de porco. Mas, aqui ela é também entendida como um evento, que procura reunir pessoas, no qual o principal prato a ser vendido (em outros casos, servido) é a feijoada.

reportagens televisivas. A Feijoada ocorre todos os sábados, das 12h às 15h, e é o evento que teve mais continuidade no Passeio Público, pois ano após ano consolidou uma frequência de usuários na praça.

A organização do espaço ritualístico inicia logo pela manhã, a partir das 9h, a equipe contratada pela Secultfor monta o palco e os equipamentos de som. Os músicos chegam, normalmente, às 11h e antes de iniciar a apresentação se sociabilizam com alguns indivíduos presentes e depois “testam” ou “passam” o som. Enquanto isso, os permissionários junto com a equipe de cozinheiros e garçons organizam o quiosque, pois é o dia de disponibilizar mais mesas, cadeiras e materiais de cozinha como pratos, talheres, copos e preparar-se para uma intensa movimentação a partir de meio-dia. Alguns indivíduos começam a chegar a partir das 10h, mas à medida que se aproxima de meio-dia o fluxo de pessoas aumenta. Em casal, grupos de três ou mais e, até mesmo, sozinhos, os indivíduos que participam da Feijoada começam a chegar e uma característica da maioria destes é o fato de se dirigirem direto para o quiosque, enquanto poucos costumam contemplar as esculturas, árvores e outros ícones do patrimônio.

O início “oficial” da Feijoada ocorre quando um funcionário da Prefeitura se dirige ao palco e lê um texto cumprimentando os presentes, apresentando os músicos, divulgando outros eventos e fazendo menção ao projeto de “requalificação”. Todo sábado se enfatiza que o “Projeto Sol Maior faz parte da política de ‘requalificação’ dos espaços públicos na cidade de Fortaleza”. A praça é apresentada como um espaço “requalificado”, sem riscos ou problemas sociais, e há um apelo para a participação das famílias em outras atrações.

Segundo gestores da Secultfor, todas as atividades realizadas durante a Feijoada devem ser ligadas à cultura, educação e à família e, assim, contribuir para a destinação do Passeio Público. Durante o evento, os indivíduos se distribuem nas mesas espalhadas próximas ao quiosque. Buscando sombra entre as árvores, os usuários conversam, sorriem, brindam, encontram amigos enquanto se ouve o som predominante da música instrumental nas apresentações, dos pássaros e, também, sentem a tranquilidade de um ambiente afastado da movimentação gerada pelas atividades comerciais no Centro de Fortaleza. Em sua maioria, os indivíduos possuem um procedimento comunicativo entre desconhecidos que se expressa por

meio de sorrisos e cumprimentos como apertos de mão ou “Boa tarde”, “Olá” e “Ôpa”. O andar possui um ritmo lento e demonstra que os indivíduos conhecem fisicamente o ambiente em que estão situados. O tom de voz não é alterado, os procedimentos não demonstram exagero e todas as práticas contribuem para o chamado “ambiente familiar”. Inconsciente ou conscientemente, todos os procedimentos são feitos “em nome da requalificação”.

Qualquer comportamento contrário ao propósito do ritual ou procedimento que parece trazer transtorno àquela ordem produzida é diretamente combatido. Assim, uma criança ou mendigo pedindo esmolas, um bêbado em sua mesa falando em tom de voz mais alto ou grupo de amigos chamando muita atenção com brincadeiras são “convidados a se retirar” por permissionários ou guardas municipais, uma forma metonímica de expulsá-los por não apreenderem os códigos deste ritual.

Durante a Feijoada se pratica o que denomino de “uso patrimonial”, o consumo de uma prática planejada pelos gestores de um patrimônio considerado “requalificado”, de acordo com as normas estabelecidas pelos mesmos. No próximo capítulo, dedico uma seção deste trabalho às especificidades deste uso que contribui para este ritual. Em outra seção do próximo capítulo, mostro também que as práticas realizadas durante a Feijoada demarcam as segregações presentes no Passeio Público, pois a classe social, ocupação, renda, escolaridade dos indivíduos participantes são diferentes dos usuários de outros espaços da praça.

Além disso, a Feijoada pode também ser entendida como um “evento-território”, semelhante aos descritos por Osmundo Pinho (1996) ao pesquisar territórios e desigualdades raciais no Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador, Bahia. Segundo Pinho, o “evento-território” ocorre à medida que a identificação entre os indivíduos se dá na prática de territorialização do espaço. Assim, o fato de “estar ou poder estar presente” na Feijoada é indicador de que os indivíduos partilham de interesses e objetivos semelhantes. O “evento-território” descreve um tipo de territorialização entre os usuários da praça não substancializada, mas transitória e situacional. Características presentes em outros eventos como o Piquenique no Passeio, atividades culturais e eventos particulares.

Como num ritual, a cada sábado a Feijoada se repete com suas regras, procedimentos e práticas sociais. É como a cidade de Zirma, descrita por Calvino, considerada uma cidade “[...] redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente [...], para que a cidade comece a existir” (1990, p.23). Desta forma, a Feijoada se torna um ritual em que símbolos são evocados e “usos patrimoniais” acontecem para que o Passeio Público possa existir.

4.5.2 Piquenique no Passeio

O Piquenique no Passeio é outra atração planejada para a “requalificação” do Passeio Público. Elaborado em 2012, ocorre aos domingos pela manhã (9h às 12h) e consiste na produção de um momento de descanso para uns e diversão para outros. Para o Piquenique no Passeio, a Secultfor oferece uma programação infantil com apresentações de teatro de bonecos, espetáculo de palhaços, contação de histórias (FIGURA 24), e, além disso, incentiva os indivíduos a trazerem esteiras e toalhas para piquenique na grama, momento de leitura ou descanso.

FIGURA 24 – Contação de histórias em frente ao Quiosque



Fonte: Willams Lopes, em outubro de 2011.

O Piquenique foi uma atração amplamente divulgada numa propaganda de televisão produzida pela Secultfor⁷³. Os gestores desta instituição acreditam que este foi o motivo da ampla movimentação na praça aos domingos pela manhã. Pode ser considerada uma atração produzida tanto pela Secultfor quanto pelas iniciativas particulares, pois nesse dia são realizadas muitas atividades não vinculadas ao

⁷³ Propaganda produzida pela Secultfor já descrita na seção 4.1 deste trabalho. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=rgd4Po6XqCo>>. Acesso em: 10 janeiro de 2013.

quiosque como aniversários, comemorações familiares, grupos de oração e leitura (FIGURA 25).

FIGURA 25 – Aniversário com piquenique em família



Fonte: Willams Lopes, em novembro de 2011.

Desde cedo, pode-se encontrar muitas pessoas em família e/ou grupos de amigos se confraternizando em espaços específicos da praça, como a antiga Avenida Caio Prado, com objetos próprios: mesas, cadeiras, isopores, depósitos de lanches, garrafas de café etc. Grupos de pessoas realizam piqueniques na grama, outras utilizam a tranquilidade de alguns pontos da praça para leitura ou fazer orações (FIGURAS 26 e 27). Já em outros pontos da praça como ao lado do quiosque, encontrava um fluxo de crianças muito grande andando de *skate*, patins e bicicleta. Em frente ao quiosque também ocorrem as atividades planejadas pela Secultfor, normalmente, iniciam às 10h e agregam um público de muitas crianças e adolescentes acompanhados de seus pais.

FIGURA 26 – Piquenique no Passeio



Fonte: Willams Lopes, em outubro de 2011.

FIGURA 27 – Grupo de leitura aos domingos pela manhã

Fonte: Willams Lopes, em novembro de 2011.

Quando não são informados por meio de propaganda televisiva, a maioria dos participantes do Piquenique é incentivada por amigos, como no caso da família de Kévelin Bandeira (FIGURA 28). Ela informou que “uma amiga havia feito o mesmo e indicou” como uma opção de lazer diferente. De certa forma, nos casos em que os amigos divulgam, percebo que alguém precisa dar garantias antes, seja de segurança, serviços, ou da presença de público para que outros indivíduos possam participar. Kévelin afirmou que sua família não sabia que o Piquenique fazia parte da política de “requalificação” dos espaços públicos.

FIGURA 28 – Família de Kévelin Bandeira no Piquenique do Passeio

Fonte: Kévelin Bandeira, em maio de 2012.

Mas, mesmo sem terem visitado a praça antes, seus familiares mostraram saber a ligação do lugar às atividades de prostituição. “Existia em nós a vontade de conhecer o local, mas era um local reservado para prostituição”. Após participar do Piquenique, Kévelin deixa suas impressões sobre a nova configuração socioespacial da praça: “agradável, arejado, tranquilo, seguro, um ambiente de família. Amamos porque sempre desejamos um momento como esse, a sensação é de estar num parque europeu”⁷⁴.

Como ritual, o Piquenique no Passeio apresenta procedimentos semelhantes ao da Feijoada, mas como não é um evento tão concentrado ao lado do quiosque e se espalha entre outros espaços da praça, leva seus participantes a se afastarem de qualquer indivíduo ou situação que demonstre perigo para a ordem estabelecida. Como exemplo, os participantes se sentem incomodados com um eventual morador de rua sentado num dos bancos ou um casal que circula dentro da praça com abraços e beijos calorosos, por remeterem à imagem anterior de lugar abandonado e de encontros entre homens e prostitutas.

O Piquenique apresenta também como as regras estabelecidas não são substancializadas, mas negociadas em algumas situações. Existem regras oficiais para a utilização do Passeio Público que proíbem a entrada de animais ou a utilização de veículos não motorizados (bicicletas) dentro do espaço, mas “em nome da requalificação” e de um “ambiente familiar” se permite a realização dessas práticas pelos filhos de segmentos sociais considerados mais abastados. O Piquenique é mais uma proposta da política de “requalificação” que demarca as segregações existentes no espaço público, pois os indivíduos considerados marginalizados não são bem-vindos, nem possuem os códigos para consumir as atrações planejadas.

4.5.3 Atividades culturais

A Feijoada e o Piquenique realizados no Passeio Público são as duas atividades mais frequentes e que agregam maior quantidade de usuários na praça.

⁷⁴ Esta família participou do Piquenique no Passeio num domingo de maio de 2012. Além de Kévelin Bandeira, estavam presentes no dia sua avó (Graça), mãe (Ana), irmã (Kelvia), sobrinha (Kamille) e tia (Edneuza). Tanto as falas quanto a fotografia foram enviadas por correio eletrônico.

Mas, outras atividades culturais realizadas também podem ser entendidas como rituais que resultam numa ativação do patrimônio cultural, tais como apresentações teatrais, aulas de *Tai Chi Chuan* e rodas de capoeira.

Todas as atividades ou atrações planejadas pela Secultfor em parceria com outras instituições convergem para um único objetivo: atrair público para a praça. Elas também são pautadas por regras de legislação patrimonial e de uso do espaço. E, em algum momento de sua realização, seja inicial ou de agradecimento final, costumam fazer menção à “requalificação” do espaço.

Dentre as atividades realizadas durante cinco anos do processo de “requalificação”, destaco o trabalho da Organização Não-Governamental (ONG) Mediação dos Saberes. Após alguns meses da reforma em 2007, a Mediação dos Saberes foi contratada pela Prefeitura para organizar e realizar atividades culturais que dinamizassem os usos na praça. As atividades desenvolvidas foram: instalação de mesinhas e tabuleiro de xadrez (FIGURA 29), apresentação de grupos teatrais, aulas de ioga, *shows* musicais de chorinho e piano.

FIGURA 29 – Atividade desenvolvida pela ONG Mediação dos Saberes: instalação de mesinhas de xadrez.



Fonte: Site de relacionamento Orkut

Contudo, o contrato foi suspenso no primeiro semestre de 2008 devido à insuficiência de pessoas que participassem das atividades. Atrações como apresentações de acordeonistas⁷⁵ (inicialmente, incluídas no Projeto Sol Maior) realizadas nas sextas-feiras a partir das 17h30, em frente à fonte principal, continuaram a ser promovidas, porém o público era efêmero e não passava de poucas pessoas.

Entre outras atividades, constatei rodas de capoeiristas, ponto de encontro para prévias carnavalescas, apresentações teatrais do Centro Cultural Banco do Nordeste (BNB), aulas de *Tai Chi Chuan* duas vezes na semana, guias de turismo para apresentar a praça, *Happy Hour* às sextas-feiras e os Ensaios Abertos em que grupos de música, teatro ou dança realizam seus ensaios aos domingos à tarde⁷⁶. Estas últimas atividades citadas sempre atraíram uma quantidade razoável de usuários para a praça, porém o público espectador fazia parte de uma rede de relação dos diretamente envolvidos nos eventos. Em várias apresentações era comum encontrar grupos de amigos ou familiares.

Em alguns momentos, percebo que a lógica dos gestores da “requalificação” do Passeio Público é se apropriar de alguns “pedaços” da cidade que são constituídos de uma “[...] rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas” (MAGNAI, 2002, p. 21) e descolá-los por um determinado período de tempo, do território e do espaço físico ao qual fazem parte para “requalificar” o lugar. Já que a praça não consegue realizar atividades e constituir “pedaços” no sentido de Magnani, os gestores tomam emprestados grupos de sociabilidade por um período para criar uma imagem de espaço sociável.

Tais atividades se caracterizam também como um “evento-território” por serem realizações pontuais baseadas em uma territorialização transitória e situacional e serem marcadas por uma lógica de “montagem” e “desmontagem”. Quando se termina as atividades culturais, simbolicamente tais “pedaços” vão embora e levam seus usuários e rede de relações.

⁷⁵ Popularmente conhecidos como sanfoneiros.

⁷⁶ A partir da observação etnográfica, apresento no próximo capítulo uma tabela com toda a programação proposta e utilização do Passeio Público durante toda a semana.

4.5.4 Eventos ou atividades particulares

Os eventos particulares não são promovidos pela Secultfor, mas em alguns casos precisam ser autorizados e, por isso, são considerados legítimos para os gestores da praça. As principais atividades incentivadas são as visitas de grupos de estudantes, vinculados às escolas ou universidades locais, que ocorrem principalmente durante a semana (FIGURA 30).

FIGURA 30 – Grupos de Estudantes Universitários



Fonte: Willams Lopes, novembro de 2011.

Enquanto isso, alguns eventos particulares por resultarem da iniciativa privada são vistos como a “cereja do bolo”, pois era algo que não estava planejado de forma clara no projeto inicial de “requalificação”. São considerados os usos “desejados” para a utilização do patrimônio. Entre os eventos particulares, constatei a realização de casamentos, festas de aniversário, lançamentos de livros, congressos e piqueniques (fora do horário do Piquenique no Passeio). Esses eventos não fazem menção à “requalificação” da praça (exceto, os lançamentos de livros) e seus organizadores costumam ser livres de sanções ao descumprirem regras oficiais estabelecidas para a utilização da praça. Um exemplo significativo foi a realização do XIX Congresso Brasileiro de Perinatologia realizado na praça em 2007. Os encarregados da disciplina Eduardo e Simone comentaram que os organizadores de tal evento fecharam os portões da praça, fazendo do espaço público um ambiente privado. Mesmo assim, nenhuma medida foi tomada nesta situação. Em outros eventos, percebo a presença irregular de animais e de uma intensa movimentação que contribui para a danificação da grama e das árvores.

A maioria dos eventos particulares envolve atividades relacionadas à educação, como o lançamento de livros ou palestras que atraem uma grande quantidade de intelectuais e estudantes, ou à família por meio de casamentos e comemorações de aniversários. Quando não se realiza os casamentos, os espaços da praça se tornam cenários para os *books* de casamento (FIGURA 31).

FIGURA 31 – Ensaios externos para *books* de casamento



Fonte: <<http://malucerimonial.blogspot.com.br/>>. Acesso em fevereiro de 2013.

Roberto e Neli (FIGURA 32) fizeram seu *book* de casamento no Passeio Público em setembro de 2012 por indicação de uma amiga. Eles informaram que, inicialmente, questionaram a própria amiga sobre a segurança no local, mas esta garantiu que era seguro, pois havia guardas municipais na praça. Ao indagá-los se há alguns anos atrás eles fariam seu *book* de casamento no Passeio Público, eles responderam: (Roberto) “Não, de forma alguma. Era um local que tinha uma má fama”; (Neli) “Não faríamos não. Inclusive o pessoal da empresa que o Roberto trabalha falaram: Ei macho, como você leva o pessoal para o Passeio Público para fazer álbum de casamento?”.

Ainda de acordo com a declaração de Neli, não somente os amigos de Roberto, mas os próprios fotógrafos da empresa contratada estavam com a sensação de insegurança, e só se sentiram seguros após verem os guardas municipais. Ao indagá-los porque aceitaram então fazer as fotos, Neli afirmou: “Fizemos por garantirem a segurança, por ter sido um local que foi renovado. Aceitamos a idéia também por ser um lugar histórico”.

FIGURA 32 – Ensaio fotográfico de Roberto e Neli

Fonte: *Book* de casamento de Roberto e Neli

Esses segmentos sociais são considerados no Passeio Público os que realizam as práticas “desejadas” na percepção dos gestores da “requalificação”. O retorno ou utilização de espaços da cidade por segmentos das classes médias e alta têm sido objeto de estudo em outras capitais no Brasil. Por isso, como mostrarei a seguir, as propostas que visam demarcar socioespacialmente a utilização do patrimônio histórico de Fortaleza expressam com mais intensidade as profundas desigualdades sociais existentes na cidade.

5 USOS DO PATRIMÔNIO “REQUALIFICADO”

Refletir sobre o patrimônio e as políticas de “requalificação”, sob a perspectiva da análise de processos de mudança, é ter como base os heterogêneos, múltiplos e diversos atores sociais que convivem em espaços alvo de intervenção. Ao longo dos anos, o Passeio Público de Fortaleza vivenciou uma intensa movimentação de indivíduos na qual o conceito de espaço público como o local de encontro dos diferentes (SENNETT, 1998) se “concretiza”.

Os mártires, as “mimosas e Chiquinhas”, a elite, os guardas municipais, vendedores ambulantes, políticos, moradores de rua, prostitutas, motoristas de ônibus, professores universitários, fotógrafos, cantores, turistas, pacientes da Santa Casa de Misericórdia e o pesquisador que vos escreve, inclusive, integram os públicos do Passeio Público. Entre as diversas temporalidades da praça, não faltou diferença entre os valores, códigos e condutas de uns para com os outros, e também para com os agentes políticos e às medidas de seus projetos. Por isso, Velho (2006) afirma que as políticas de preservação ao patrimônio são tão complexas, pois envolvem questões relacionadas a emoções, afetos, preferências, gostos, interesses e projetos heterogêneos e contraditórios.

No período de implementação do projeto de “requalificação” no Passeio Público em 2007, os atores sociais considerados entraves para o poder público foram principalmente as prostitutas, mas também os moradores de rua, vendedores ambulantes e usuários de drogas. Tais indivíduos considerados “indesejados” por gestores de projetos de intervenção raramente se tornam objeto de interesse no período de planejamento e organização. Embora não participem das discussões que ocorrem antes da intervenção, mas apenas sejam sujeitos às medidas projetadas e à disciplina imposta, os trajetos e o caminhar dos “indesejados” reinventam os espaços e mostram que existem formas diferentes de consumir o que foi planejado (CERTEAU, 1994).

Nas primeiras discussões sobre a “requalificação” do Passeio Público, realizadas na Secretaria Extraordinária do Centro (SECE) em agosto de 2006, não foi dada tanta importância à questão da prostituição tão presente ao longo dos anos na praça. Enquanto isso, novas propostas eram lançadas visando substituir “antigos” (ou melhor, “antigas”) por “novos” usuários. Essa substituição de “antigos” por

“novos” usuários objetivava criar uma nova imagem para a praça estigmatizada como local de prostituição. A nova imagem se relacionava a de lugar cultural, destinado às famílias, ao lazer e a turistas. Assim, a mudança de usuários ocorreria por meio de uma nova programação de eventos e atividades que atraísse indivíduos representantes destes segmentos sociais.

QUADRO 2 – PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES REALIZADAS PELA SECULTFOR NO PASSEIO PÚBLICO⁷⁷

PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES REALIZADAS NO PASSEIO PÚBLICO		
DIAS	ATIVIDADES	USUÁRIOS
Segunda-feira à Quinta-Feira	- ONG Mediação dos Saberes; - Aulas de <i>Tai Chi Chuan</i> ; - Apresentações teatrais;	Efêmeros, composto principalmente pela a rede de relações dos indivíduos que trabalham nestes projetos. Ou então, são “pedaços” da cidade que se deslocam por um intervalo de tempo para praticar suas atividades na praça.
Sexta-feira	- <i>Happy Hour</i> , às 18h	Jovens ligados à rede de relações dos gestores do projeto; Funcionários da Prefeitura ou ligadas às instituições culturais da cidade.
Sábado	- Projeto Sol Maior (Feijoada no Passeio Público) a partir de 12h.	Artistas, músicos, fotógrafos, professores e estudantes universitários, profissionais liberais, políticos e empresários. Funcionários da Prefeitura ou ligadas às instituições culturais da cidade.
Domingo	- Piquenique no Passeio (9h às 12h); - Ensaios Abertos, a partir das 15h.	Artistas, músicos, fotógrafos, professores e estudantes universitários, profissionais liberais, políticos e empresários. Funcionários da Prefeitura ou ligadas às instituições culturais da cidade. Nos Ensaios Abertos, são indivíduos oriundos da rede de relações dos participantes dos projetos.

Fonte: Análise de Documentos e Observação Direta.

⁷⁷ As atividades descritas neste quadro não foram realizadas concomitantemente, mas entre os projetos planejados e executados na praça foram as que mais se destacaram ao longo destes anos no processo de “requalificação”.

O objetivo desta programação é realizar uma reconversão funcional do espaço a partir do planejamento de atividades que possam atrair novos usuários. Nesse contexto, o estudo dos usos e das práticas dos indivíduos foi importante para verificar que não existe um uso hegemônico, nem apenas uma dicotomia entre “antigos” e “novos”, mas os indivíduos usufruem do patrimônio de forma múltipla (usos comerciais, culturais, de lazer e outros), estabelecem vínculos e os refazem constantemente.

A noção de uso no campo do planejamento urbano se refere a atividades de certo tipo, por exemplo, uso residencial, industrial, comercial, de lazer etc. As práticas sociais se tornam mais perceptíveis e localizáveis por remeterem ao espaço um caráter mais “fixo”. Michel de Certeau (1994) ao estudar o cotidiano procurou criar uma teoria das práticas que, ao se referir ao uso do espaço urbano, pudesse narrar os comportamentos, frequentações e experiências sociais. Para Certeau, os sistemas de produção (urbanística, televisiva, cultural etc.) definem seus produtos e pretendem ser totalitários, desta forma, não deixam um lugar ao que os consumidores fazem com estes produtos. Contudo, toda produção é acompanhada de “outra” produção denominada consumo. Enquanto aquela é racionalizada e centralizada, a outra “(...) é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível” (CERTEAU, 1994, p.39). Assim, nos usos do espaço urbano além de estudar as representações, pode-se analisar aquilo que os consumidores fabricam, como se reapropriam do espaço. Esta explicação é sistematizada na diferenciação entre as categorias “estratégia” e “tática”.

A “estratégia” é uma ordem estabelecida, consiste na produção realizada por um sujeito de poder, que define um produto e/ou um lugar e sobre estes distribui seu poder. É a arte do forte. Já a “tática” consiste numa segunda produção caracterizada pela subversão e desobediência da ordem estabelecida. É a arte do fraco, marcada pela ausência de poder, onde o seu lugar é o do outro.

Nas propostas de “requalificação” urbana, as “estratégias” correspondem aos usos planejados e às regras de usos definidas pelos gestores da intervenção. Porém, o consumo desses usos planejados e a observação às regras não ocorre da

mesma forma, muitos usuários burlam a ordem estabelecida e por meio de um comportamento tático demarcam novos usos e interações.

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas *táticas* [...] são tão localizáveis como as *estratégias* [...] que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os *tipos de operações* nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar (CERTEAU, 1994, p.92).

Empregando a noção de “tática” aos usos políticos do espaço urbano, Leite (2004) explica que quando associada a um lugar, ela se constitui em um “contra-uso”, ora tratado como uso que subverte as propostas das intervenções, ora não aceito socialmente. A partir destas categorias também é possível verificar as fronteiras e demarcações socioespaciais nas áreas “requalificadas”. Outro mecanismo é analisar a construção dos “lugares”, pois alguns espaços são reapropriados em resposta à exclusão socioespacial. Segundo Scocuglia,

[...] a análise das interações sociais nos espaços revitalizados representa uma possibilidade de se entender como se estruturam as sociabilidades públicas marcadas por *diferenças* sócio-espaciais consubstanciadas nas diversas formas de consumir e de usar cotidianamente os bens culturais. O consumo cultural estaria produzindo mais do que processos de apropriação de signos ao procurar afirmar singularidades, formas de entretenimento [...] (2004, p.5).

Em suma, nos espaços públicos ou bens culturais atingidos por políticas de “requalificação” existe uma diversidade de usos, interações e sociabilidades. E tais formas de usar e interagir remetem a diferenças socioespaciais e a contradições existentes no espaço urbano. Quero afirmar que no *locus* empírico analisado, paralelo ou mesmo em contradição emergem uma série de práticas como os “usos patrimoniais” planejados pela Secultfor, os “usos disciplinados” em meio a esse contexto e os “usos estigmatizados” ou “transgressores” da idéia de patrimônio para gestores públicos. Não pretendo apresentar relações dicotômicas, da mesma forma como Ítalo Calvino não queria determinar se Zenóbia deveria ser classificada entre a categoria de cidades felizes ou infelizes. A nova proposta é analisar “[...] aquelas [categorias] que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados” (1990, p.37).

5.1 Usos patrimoniais

A noção de “uso patrimonial” é utilizada na pesquisa ora apresentada para narrar comportamentos, frequentações e experiências dos indivíduos que contribuem para a ativação de locais tidos como patrimônio. O “uso patrimonial” pode ser entendido como o consumo de uma prática planejada pelos gestores do patrimônio “requalificado”, de acordo com as normas estabelecidas pelos mesmos.

Goffman (2010) mostra que as regras de conduta em qualquer espaço sejam praças, parques, restaurantes, salas de reuniões e outros lugares de ajuntamento revelam sobre suas formas de organização social. No decorrer do tempo, o patrimônio se tornou um local pautado por regras via cartas patrimoniais, legislações e regras de uso. O Passeio Público, assim como outros bens culturais protegidos por lei federal, apresentam o Decreto-Lei nº 25/37 de 30 de novembro de 1937 como a principal legislação regulamentadora:

Artigo 17 – As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem a prévia autorização especial do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. Parágrafo Único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa. Artigo 18 – Sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nele colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto⁷⁸.

Além disso, o Passeio Público também é tombado e protegido pelo Estado e pelo Município bem como pelas leis de meio ambiente e de controle urbano. Isso resulta numa praça sujeita a um conjunto de normas em relação ao seu uso e funcionamento, cujas regras são diferentes das estabelecidas para outras praças:

1. É uma praça pública, portanto, **TODAS** as pessoas, sem exceção de qualquer natureza, têm direito de ter acesso às suas dependências; 2. O horário de funcionamento para o público é de 6:30 horas da manhã com a abertura dos portões e às 20 horas, quando deverão ficar fechados e não ser permitido o acesso de ninguém, a não ser nas seguintes situações: a) por autorização expressa da autoridade competente, e b) por ocasião de

⁷⁸ Artigos transcritos do documento “Procedimentos de proteção e guarda da Praça dos Mártires (Passeio Público)”, arquivo da Secultfor.

eventos previamente agendados e autorizados a ultrapassar este horário; 3. Não será permitido o uso do gradil e das colunas (seja por dentro ou por fora do passeio) para afixação de cartazes, faixas, bancas e acessórios de venda ou de qualquer outra finalidade [...]; 9. Não poderão ser realizadas atividades artísticas ou de outra natureza que envolva o uso de som acima de x decibéis, levando-se em conta a proximidade do Hospital Santa Casa, nem que comprometam a ambiência do passeio e sua destinação [...]⁷⁹.

As regras de uso da praça revelam algumas das suas especificidades e complexidade. O primeiro tópico é costumeiramente utilizado para afirmar que as prostitutas não foram expulsas da praça, mas como espaço público é permitido o acesso de todos. Por meio desta orientação, é encenada mais uma vez uma “pseudoparticipação”, pois na prática o acesso de todos se apresenta para alguns como restrição, inibição e expulsão. A questão da acessibilidade ao patrimônio é mais complexa do que atribuir o adjetivo “público” ao mesmo, como mostra o geógrafo Serpa (2009, p.16): “[s]e for certo que o adjetivo ‘público’ diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo”.

Por ter sido um local de comércio sexual e, também, possuir esculturas, fontes e outros objetos ícones do patrimônio, a praça revelou a necessidade de ter um horário de funcionamento. Embora a prostituição ocorresse durante o dia inteiro, essa prática se dava também à noite e a restrição do horário de acesso ao espaço público se revelou para os gestores como uma das soluções. Já a questão do uso de som é limitada, pois devido à proximidade com um hospital, os eventos realizados no Passeio não podem ser de grande porte, e quando realizados devem se situar no lado oposto ao hospital. Esta limitação ao patrimônio é complexa, pois enquanto os projetos buscam atrair usuários para o patrimônio, a intensa movimentação de pessoas é vista como prejudicial.

As regras de funcionamento e uso do patrimônio mostram também quanto o poder público articula várias estratégias para construir um espaço. Para Certeau, “[a]s estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos

⁷⁹ Orientações sobre o funcionamento e de uso da praça extraídas do documento “Procedimentos de proteção e guarda da Praça dos Mártires (Passeio Público)”, Secultfor, grifo do autor. O limite de decibéis permitido não foi informado pelos membros da Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultura (CPHC).

totalizantes) [...]” (1999, p.102). Desta forma, o poder público planeja, define e impõe por meio de “estratégias” as práticas a serem realizadas no patrimônio.

É importante destacar que, no caso do Passeio Público, os “usos patrimoniais” têm certa temporalidade: são pontuais e circunstanciais, pois ocorrem apenas enquanto os eventos acontecem. Concentram-se principalmente nos finais de semana, quando há uma programação voltada para “requalificar” o patrimônio. A Secultfor como “sujeito de poder” planeja e define novos usos, diferentes dos praticados até então, por meio de atividades culturais ou de lazer que envolvam os gostos, preferências e interesses dos indivíduos “desejados” para este espaço.

Durante os eventos propostos pela Secultfor, é praticado o que denomino de “uso patrimonial”, porque há o consumo de uma prática planejada pelos gestores para um patrimônio considerado “requalificado”. Os “usos patrimoniais” são praticados por indivíduos que se apropriam da idéia de patrimônio e consomem os usos planejados de acordo com as intenções do projeto. Para caracterizar este tipo de uso, apresentarei os resultados da observação etnográfica em um dos eventos planejados: o Projeto Sol Maior (Feijoada no Passeio).

Constato na Feijoada que a maioria dos indivíduos participantes é oriunda das novas classes médias. Serpa mostra que

[...] as novas classes médias são representadas, nas cidades contemporâneas, pelos novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou, simplesmente, pelo setor terciário inteiro, salvo evidentemente o “novo proletariado” terciário, constituído de categorias de trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados e/ou com empregos precários (SERPA, 2009, p.21).

O público da Feijoada e dos eventos propostos pela Secultfor é, em sua maioria, de adultos que chegam em grupo de amigos, formado por professores universitários, estudantes, políticos, artistas, músicos, fotógrafos, funcionários do governo municipal e estadual, ou vinculados às instituições educacionais e culturais da cidade. Identifiquei-os por estudar numa instituição educacional e visitar instituições voltadas à cultura como museus, centros culturais e, assim, conhecê-los “de vista”. Outra forma de identificá-los foi estabelecendo conversas informais e, às

vezes, ouvindo as conversas das mesas vizinhas que, quando não se relacionavam a assuntos particulares, se referiam a assuntos sobre política, vida acadêmica, artigos científicos, religião, música etc.

Uma grande parte destes indivíduos utiliza carro como meio de transporte para chegar até a praça, que ficam estacionados no lado oeste, próximos a Santa Casa de Misericórdia, ou nos estacionamentos do entorno. Grande parte desses indivíduos foi informada sobre os eventos por amigos, e decidiram visitar o Passeio Público após os mesmos garantirem que era um local seguro. São oriundos de vários bairros da cidade, mas predominam os dos bairros da zona leste Meireles, Aldeota, Papicu, Varjota etc. Na praça, se apresentam vestidos com roupas leves, de tom claro, bermudas ou shorts jeans, óculos escuros, chapéu. Apresentam um andar tranquilo e, enquanto se dirigem para o quiosque, contemplam o espaço se utilizando muito do indicador para mostrar aquilo que lhes chama à atenção. Sentado em um dos bancos da praça, observando a chegada deles, ouvia normalmente falarem sobre as mudanças ocorridas: “O Passeio Público faz parte da história da cidade”; “Antes tinha muita prostituição aqui, mas foi revitalizado pela Prefeitura” e “Era muito perigoso, agora é mais seguro andar na praça”⁸⁰.

Entre as práticas de lazer dos usuários considerados ideais para o patrimônio, pude encontrar aqueles que participam de atividades culturais, eventos gratuitos e vão a barzinhos à noite. E, outros que vão aos eventos na praça e caracterizam este fato como uma atividade diferente das usuais como ir ao *shopping*, cinema, praia etc. Soma-se a estes aspectos, o interesse pelo tipo de música consumida: chorinho ou instrumental. Um gosto musical diferente das altíssimas músicas de forró, pagode e internacionais difundidas pelas máquinas de *jukebox*⁸¹ nos bares e restaurantes situados defronte ao Passeio Público.

Além do Projeto Sol Maior, o Piquenique no Passeio, as atividades culturais e as iniciativas particulares de casamentos, festas de aniversário, lançamentos de livros e outras propiciam o que designo como “usos patrimoniais”.

⁸⁰ Essas expressões foram registradas no diário de campo à medida que observava os indivíduos dirigindo-se para a Feijoada no quiosque da praça.

⁸¹ “Jukebox” é uma máquina de reproduzir músicas. Os clientes inserem moedas e escolhem as músicas que estejam presentes em seu catálogo.

Estes visam à ativação do patrimônio cultural e são praticados por novos usuários que criam e reforçam a imagem da praça como lugar cultural, de lazer, destinado à família e turistas.

5.2 Usos disciplinados

Durante os eventos, mas também nos outros dias da semana pude encontrar indivíduos que praticam alguns usos que caracterizo como “disciplinados”. Estes usuários se apropriam da idéia de patrimônio ou lugar cultural na medida em que obedecem à disciplina, levam em conta as intenções da “requalificação” e não transgridem os códigos de conduta estabelecidos para o patrimônio. Contudo, diferem dos “usos patrimoniais” por não serem planejados pela Secultfor, e também pelos usuários não levarem em conta nem participarem dos eventos promovidos.

Os usos disciplinados são mais frequentes, pois se estendem durante toda a semana, e os usuários são em sua maioria oriundos do que Serpa (2009, p.21) designou como “o ‘novo proletariado’ terciário, constituído de categorias de trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados e/ou com empregos precários”. Entre eles estão os vendedores de lojas do Centro, os motoristas ou cobradores de ônibus, os vendedores ambulantes nos carrinhos de picolé e sorvete e os funcionários da Emlurb, responsáveis tanto pela limpeza do Passeio Público quanto das áreas próximas. Estes são os grupos de indivíduos que estão cotidianamente na praça. Enquanto isso, se encontram outros que, como afirmam, estão “de passagem”, pois entraram no Passeio porque foram fazer compras no Centro, ou estão esperando o transporte na parada de ônibus próxima, ou foram fazer uma consulta na Santa Casa de Misericórdia e esperam o resultado de um exame.

Durante a Feijoada no Passeio, enquanto a classe média intelectualizada se dirige para o quiosque, os indivíduos “de passagem” entram na praça com sacolas de plástico nas mãos das compras feitas no Centro, suados, num ritmo acelerado em busca da sombra das árvores. Contemplam as esculturas, as árvores e outros ícones do patrimônio, olham a Feijoada de longe, tentam explicar algum episódio da história da praça para as pessoas que os acompanham, suspiram, e às

vezes declaram expressões no mesmo sentido desta que presenciei: “Esse lugar respira história”⁸².

Em sua maioria, residem principalmente em bairros mais populares como Serrinha, Tancredo Neves, Jardim Guanabara, Antônio Bezerra, Padre Andrade situados na periferia da cidade ou região metropolitana. Com relação ao grau de escolaridade, estes indivíduos têm apenas o Ensino Médio completo ou não. Eles consideram o Passeio Público um patrimônio, um lugar importante para a cidade, mas não veem os eventos realizados na praça como uma das suas opções de lazer, pois suas práticas de lazer estão circunscritas ao próprio bairro e, quando não, aos *shoppings*, cinemas ou praias.

O fato de alguns frequentadores participarem ou não dos eventos, como a feijoada, pode ser analisado sob a perspectiva de que o gosto não é natural (BOURDIEU, 2007), mas construído socialmente. Ao se referir a obras de arte, Bourdieu diz que estas só adquirem sentido e só tem interesse “para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada” (BOURDIEU, 2007, p.10). Com relação aos usos planejados pela “requalificação”, somente os indivíduos que adquiriram certas disposições para consumir esses produtos culturais irão participar. Para outros, esta mercadoria não fará sentido porque tiveram processos de socialização diferenciados.

5.3 Usos estigmatizados ou transgressores

Defronte ao Passeio Público, encontra-se uma “mancha” de prostituição. Segundo Magnani (2002), “mancha” se refere a uma área do espaço urbano dotada de equipamentos que delimitam e viabilizam uma atividade ou prática. No outro lado da rua da praça, se encontram o Restaurante Granada, um complexo de bar, restaurante e motel; uma boate, o Espaço Show Bar (FIGURA 33); outro bar e restaurante com um motel vizinho e o carrinho de lanches da Dona Larice nos quais as “meninas” desenvolvem suas práticas de comércio sexual e sociabilidades. Nas “manchas” urbanas, seja por competição, seja por complementação, os

⁸² Expressão de uma jovem enquanto caminhava na sombra das árvores do Passeio Público. Outros indivíduos costumam expressar idéias neste mesmo sentido: “Esse lugar é muito importante para cidade”; “É bom demais passear aqui”; “Se essas árvores falassem”; “Aqui, já aconteceu tanta coisa”; “Dar gosto vir ao Passeio Público”.

equipamentos “concorrem para o mesmo efeito: constituir pontos de referência para a prática de determinadas atividades”, neste caso, a prostituição.

FIGURA 33 – Espaço Show Bar à esquerda e o Restaurante Granada à direita.



Fonte: Willams Lopes, fevereiro de 2010.

Embora a “requalificação” tenha feito as “meninas” se deslocarem da praça para os equipamentos no outro lado da rua, algumas prostitutas ainda procuram por clientes no Passeio Público e praticam o que designo como “usos estigmatizados” ou “usos transgressores” da idéia de patrimônio. Moradores de rua, pedintes, usuários de drogas, homens adultos ou idosos procurando pelo comércio sexual também são indivíduos representativos destas práticas, mas as “meninas” são as protagonistas. Esse trecho do diário de campo mostra que a questão da prostituição é reforçada também pelos homens à procura de comércio sexual.

Após entrevistar os três guardas municipais, fiquei conversando somente com o Afonso, enquanto falava das suas aventuras com mulheres, um senhor idoso que há horas e durante toda a entrevista estava sentado num banco da praça se aproximou e desconsiderando minha presença perguntou: - Cadê aquela ruma de mulher que ficava aqui? Afonso responde “arregalando” os olhos para mim: - Tem mais não aqui meu senhor. O idoso continua: - Ah, uns 10 anos atrás era cheio de mulher aqui. O que foi? Os policiais mandaram sair? Afonso responde: Pra cá agora só vem casais, crianças e famílias. Agora elas ficam ali (aponta para o motel do outro lado da rua) (DIÁRIO DE CAMPO, 24 janeiro de 2012).

Estes usos são designados como estigmatizados por fazer referência ao tempo em que a praça era ocupada pelas prostitutas e, conseqüentemente, reforçar a imagem que a “requalificação” pretende desvincular do patrimônio. E são transgressores à medida que não se apropriam da idéia de lugar cultural e não

levam em conta as intenções da “requalificação”. Na perspectiva de Leite (2004), estes últimos podem ser analisados a partir da categoria de “contra-usos”.

Os “contra-usos” se referem a práticas de insubordinação, “fora do esperado”, nas quais os indivíduos ocupam o patrimônio de forma “indesejada” pelos gestores. Nos espaços em processo de “requalificação”, enquanto alguns usuários consomem os usos planejados, outros realizam “contra-usos” caracterizados assim por não serem compatíveis com os usos “oficiais” ou, na maioria das vezes, não serem aceitos socialmente.

Howard Becker (1985 *apud* LIMA, 2001) trata desta questão de imposição de regras e transgressão ao mostrar que os indivíduos que transgridem as regras impostas por um grupo são considerados como “desviantes” ou “marginais”. Contudo, as pessoas que recebem esses rótulos podem ter uma perspectiva diferente sobre as regras e os seus “juízes”: os “transgressores” podem considerar os criadores ou fiscalizadores das regras como indivíduos não legitimados e, portanto, desviantes por não considerarem seus pontos de vista.

Nesse sentido, quero destacar que a execução da “requalificação” no Passeio Público apresenta uma especificidade: pensando numa perspectiva diferente, a categoria “contra-uso” não alcança somente segmentos da sociedade considerados marginalizados ou *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000) como as prostitutas. Se durante muitos anos nesta praça o uso estabelecido era o das “meninas”, o que tornou o local conhecido como “praça das prostitutas” e foi o Estado que, por meio da Secultfor, interviu no espaço e definiu uma nova forma de uso, não seria esse uso proposto pelo Estado um “contra-uso”? Nesse contexto é preciso entender que o Estado se utiliza de estratégias de afirmação para legitimar sua presença e sua posição oficial. No caso do Passeio Público, a Secultfor apresenta a cultura como uma característica *sui generis* para afirmar e legitimar suas ações.

As prostitutas consideradas nesta pesquisa como principais representantes dos usos “estigmatizados” ou “transgressores” são as que ainda entram na praça para marcar seus encontros. Enquanto a maioria das “meninas”

permanece no bar, Marlene e Elida⁸³ são as duas prostitutas que burlam a ordem estabelecida e marcam programas na praça. Elas se utilizam de um comportamento *tático* (CERTEAU, 1994), marcado pela subversão e a desobediência às normas e condutas permitidas no Passeio Público.

Ao realizar uma etnografia no Restaurante Granada, Luna Sales (2011) entrevistou e caracterizou estas duas personagens. “Marlene batalha [faz programas] nas áreas do Centro há mais de vinte anos, tendo passado pela Praça dos Leões e pela Estação antes de ir para o Passeio Público, onde trabalha há cinco anos. Têm 43 anos, olhos bem verdes, sobancelha fina [...]” (2011, p.62). Já Elida “está sempre com Marlene e as duas parecem irmãs. É a mais velha das meninas que andam no Passeio Público” (2011, p.62). Observando-a para complementar as informações, destaco que Elida é baixa, tem cabelos pretos, anda num ritmo rápido, com uma pequena bolsa debaixo do braço e costuma estar sempre fumando.

Por meio de táticas, estas “meninas” se deslocam do seu lugar (por exemplo, os equipamentos de prostituição) e se apropriam do “lugar do outro” (a praça). Como “sujeitos sem poder”, se comportam de forma discreta e silenciosa, manipulando e alterando os códigos oficiais (FIGURA 34). Seu andar sugere uma “retórica pedestre”, na qual enunciam significados e dão formas aos espaços por meio de atividades e movimentos diários (CERTEAU, 1994). Quando entram na praça, as “meninas” se apresentam assim:

Elida desloca-se do outro lado da rua, entra pelo portão central vestida com uma camiseta preta, saia jeans “desbotada”, uma sandália com salto baixo e uma pequena bolsa. Percorre a alameda da praça paralela à Rua Dr. João Moreira em direção ao lado oeste. No portão próximo à Santa Casa, aborda um homem sentado num banco e parece pedir-lhe “fogo” para acender o cigarro que tira da bolsa [...]. Com um andar apressado volta pela alameda central e passado pelos bancos próximos à fonte, aproxima-se de um homem e pergunta: - Ei amor, vamos pro motel hoje? Ele apenas olha e baixa a cabeça. Ela o chama novamente: - Vamos namorar hoje? Como o homem não lhe respondeu novamente, Elida deixa rapidamente a praça e vai para o motel em frente (DIÁRIO DE CAMPO, 28 de Janeiro de 2012).

⁸³ Os nomes destas duas prostitutas são fictícios. Na realidade, apropriei-me dos nomes dados por Luna Sales em sua pesquisa no Restaurante Granada em 2010 por estarmos tratando dos mesmos atores sociais. Enquanto a pesquisa de Luna Sales focalizou as prostitutas do Granada, a minha têm o comportamento *tático* de Marlene e Elida dentro da praça como central.

FIGURA 34 – Prostituta em uso transgressor ou estigmatizado na praça

Fonte: Willams Lopes, em novembro de 2011.

Marlene veste-se de forma parecida com Elida, mas normalmente de *short* ou vestido de “liganete”. É importante destacar que o vestuário das “meninas” não se constitui na maioria das vezes como provocante. Marlene tem um andar mais tranquilo, entra pelo portão central e costuma se sentar nos bancos da praça e ficar lá durante alguns minutos. Aborda os homens com uma voz tranquila, mas é bem direta no assunto. A primeira vez que tentei me aproximar de Marlene para estabelecer contato, saudei-a como se fosse pedir uma informação, ela foi direta: “Quer ir pro motel?”. Expliquei sobre a pesquisa e conversamos por alguns minutos. Ao indagá-la sobre as proibições dos guardas municipais, ela falou que os guardas municipais “permitiam” sua permanência na praça, pois era discreta, comportada e não ficava “se amostrando como as outras meninas”.

Passados alguns dias, ao abordá-la pela segunda vez, ela parece ter se esquecido de mim e perguntou novamente, após saudá-la com um bom dia: “Quer ir pro motel hoje?”. Expliquei-lhe novamente sobre a pesquisa e conversamos mais um pouco. O comportamento das “meninas” dentro da praça, em contato com clientes ou até mesmo comigo é rápido, objetivo e silencioso, sem chamar à atenção. Essa é a forma pela qual as “meninas” territorializam suas práticas e se apropriam do patrimônio.

5.4 A construção socioespacial da diferença

Usos “patrimoniais”, “disciplinados”, “estigmatizados” e “transgressores” são as formas de apropriação do espaço urbano no Passeio Público de Fortaleza. Tais formas de usar e interagir em bens culturais atingidos por políticas de “requalificação” remetem a uma construção socioespacial da diferença entre usuários e suas práticas. Embora as medidas estratégicas tentem excluir algumas sociabilidades, alguns usuários na dinâmica social subvertem os interesses dos projetos e demarcam suas práticas espacialmente.

As diferenças assumem uma dimensão de conflitualidade e, como mostra Simmel (1983b), o conflito é um fenômeno constitutivo da vida social percebido não somente em atos de violência, expulsão do espaço público etc. Como afirma Velho (2006), o conflito pode ser entendido como um “processo de negociação da realidade, com idas e vindas, recuos e avanços, alianças sendo feitas e desfeitas, projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais”.

Os conflitos de natureza simbólica gerados em torno da intervenção no Passeio resultam principalmente de distinções entre os usuários. Os conflitos longe de ser físicos, pois raramente resultam em agressão física ou verbal, induzem mais a uma silenciosa segregação socioespacial, não restritas ao tema das desigualdades econômicas, mas sim dos conflitos simbólicos (BARREIRA, 2010).

A própria palavra segregação remete à idéia de separação de determinados grupos sociais no espaço das sociedades, como um reflexo ou manifestação das relações sociais que se estabelecem a partir da estrutura e da estratificação sociais, das normas e códigos de conduta vigentes (BÓGUS, 2009, p.115).

Desde seu surgimento como praça pública, o Passeio Público se apresenta como um lugar de contrastes. Durante o período da “belle époque” fortalezense havia os três planos separados, cada um frequentado predominantemente por grupos sociais diferentes. As fronteiras eram bem mais perceptíveis, além de simbólicas, apresentavam demarcações físicas no espaço. No contexto contemporâneo, antes do processo de “requalificação”, percebo que as práticas de comércio sexual e a realização de pequenos furtos geravam constrangimentos para possíveis frequentadores. Após o processo de

“requalificação”, percebo não apenas uma oposição entre “antigos” usuários fora da praça e “novos” usuários dentro, mas também uma oposição dentre os “novos” usuários, ou melhor, entre as práticas “patrimoniais” e “disciplinadas”.

Nesta praça frequentada por pessoas de sexos, faixas etárias, bairros, grau de escolaridade, ocupações e grupos sociais diferentes, existe uma demarcação de “lugares” a partir de novos usos tais como os propiciados pela Feijoada e eventos culturais instituídos por um “sujeito de poder” (CERTEAU, 1994), a Secultfor. Estes usos contrastam tanto com antigas práticas realizadas pelos sujeitos “sem poder” que ainda “ocupam” o lugar do outro, burlando a ordem estabelecida por meio de “contra-usos”, quanto com os usos considerados “disciplinados”, mas não valorizados pelo processo de “requalificação”.

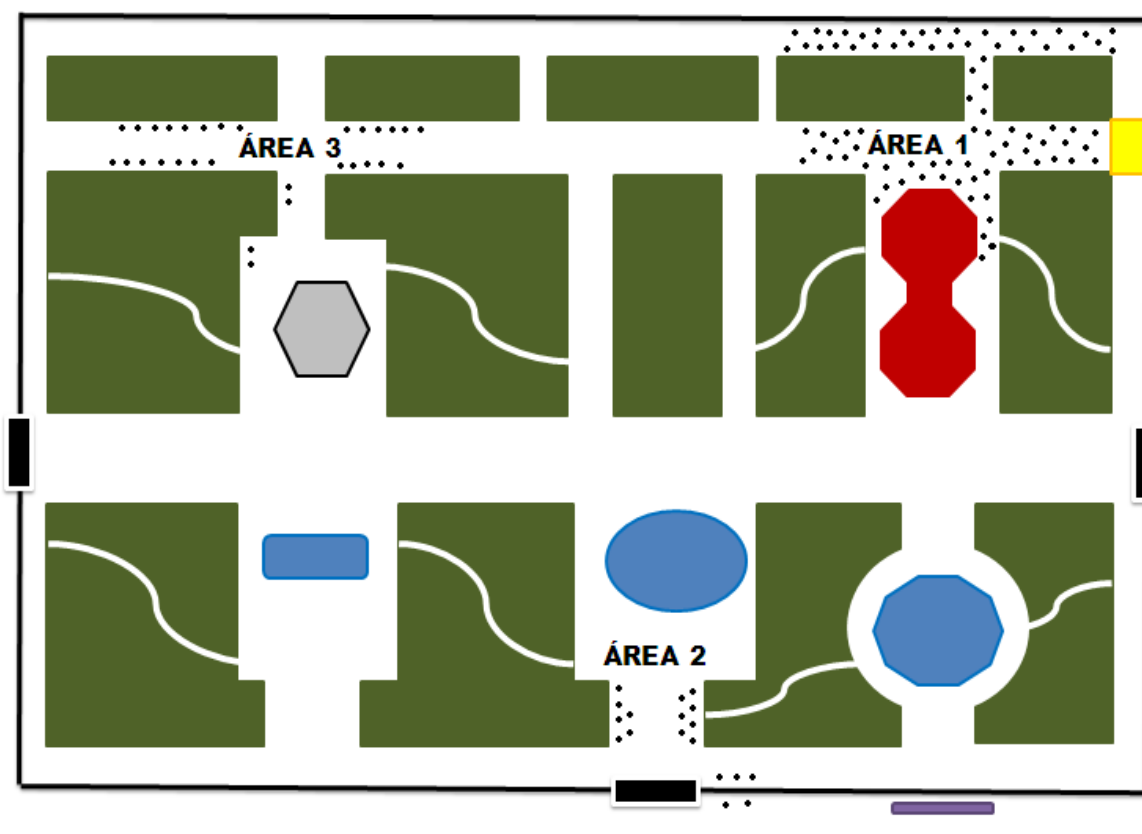
Assim, a relação entre os múltiplos e heterogêneos usuários do Passeio Público levou a uma construção socioespacial da diferença que consiste na delimitação simbólica dos espaços em que cada grupo usufrui. A diferenciação entre usuários é perceptível nas representações que estes fazem uns dos outros, no contato entre eles observado durante pesquisa de campo e na forma como territorializam suas práticas dentro da praça. Em pesquisa de campo, verifiquei que quando algum morador de rua circula entre as mesas da Feijoada para pedir esmola, ou apenas se senta em um dos bancos situados próximos, os guardas municipais ou os responsáveis pelo quiosque pedem para eles se retirarem por representarem o risco de cometer pequenos furtos.

Entender o conceito de território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p.78), e não como o espaço concreto com atributos naturais, levou-me a perceber como são formadas as delimitações simbólicas. Nesse sentido, o espaço também é considerado um instrumento de manutenção, conquista e exercício do poder. Pensar sobre o “território” é entender como se produz ou quem produz num dado lugar as ligações afetivas entre um grupo e seu espaço.

Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2000, p.86).

O território enquanto campo de forças me faz entender como as relações sociais são projetadas no espaço e como são constituídos os limites ou fronteiras simbólicas entre os “nós” e os “outros”. Como consta na representação gráfica de um sábado de Feijoada (FIGURA 35) (mas, vale para a maioria dos eventos instituídos pela Secultfor), os usos “patrimoniais” concentram-se principalmente em torno do quiosque (Área 1). Um espaço “ritualístico” no qual, durante os eventos, os usuários praticam os usos considerados “requalificadores” do patrimônio. A maioria destes indivíduos não usufrui dos outros espaços da praça, mas normalmente após estacionarem seus carros se dirigem diretamente ao ambiente do quiosque.

FIGURA 35 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PASSEIO PÚBLICO TERRITORIALIDADE DURANTE A FEIJOADA (SÁBADO, ÀS 13H)



Legenda

Área 1 – “Usos patrimoniais”;
 Área 2 – “Usos disciplinados” dos motoristas de ônibus;
 Área 3 – Funcionários da Emlurb (Garis);

Usuários;
 Parada de Ônibus;
 Quiosque;
 Palco das apresentações.

Fonte: Observação Direta

Enquanto isso, no mesmo horário, é possível encontrar outros grupos que levam em conta as intenções da “requalificação”, não desobedecem às regras estabelecidas, mas não participam dos eventos propostos. Entre estes, encontram-

se os motoristas e trocadores de ônibus e os garis, funcionários da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB). Os primeiros situados próximos ao portão principal, local no qual podem ver a parada de ônibus e os outros ocupando os bancos do lado oeste da praça (Área 2 e 3).

Embora o Passeio Público tenha o Alberto e o Erivaldo como responsáveis pela limpeza, a praça se torna espaço de encontro e descanso também de todos os outros que trabalham em ruas próximas ao local. Em um dia, Alberto afirmou ter presenciado histórias que não poderia dizer. Ao instigá-lo, se referiu ao “preconceito por ser um lixeiro” sofrido ao tentar aproximar-se do quiosque durante uma Feijoada. Nesse mesmo sentido, o Erivaldo falou da exclusividade existente nos eventos promovidos pela Prefeitura e os permissionários do quiosque. Enfatizou que “tudo que é feito por esse quiosque é pra gente rica, para os pobres [entre os quais se identifica] não fazem nada”. Outro dia afirmou que para eles que estão todos os dias preservando o patrimônio não fazem nada, e até o que fizeram como a disponibilização de jogos de xadrez e dama, e as revistas para leitura tiraram. Esse fato traz uma questão: é a ausência de público, ou de um tipo específico de público? O depoimento do Erivaldo mostra o contraste entre seus códigos sociais e os códigos valorizados nos *rituais* de patrimonialização, e sinaliza a demarcação de fronteiras simbólicas entre o próprio grupo de profissionais responsáveis pelo Passeio Público.

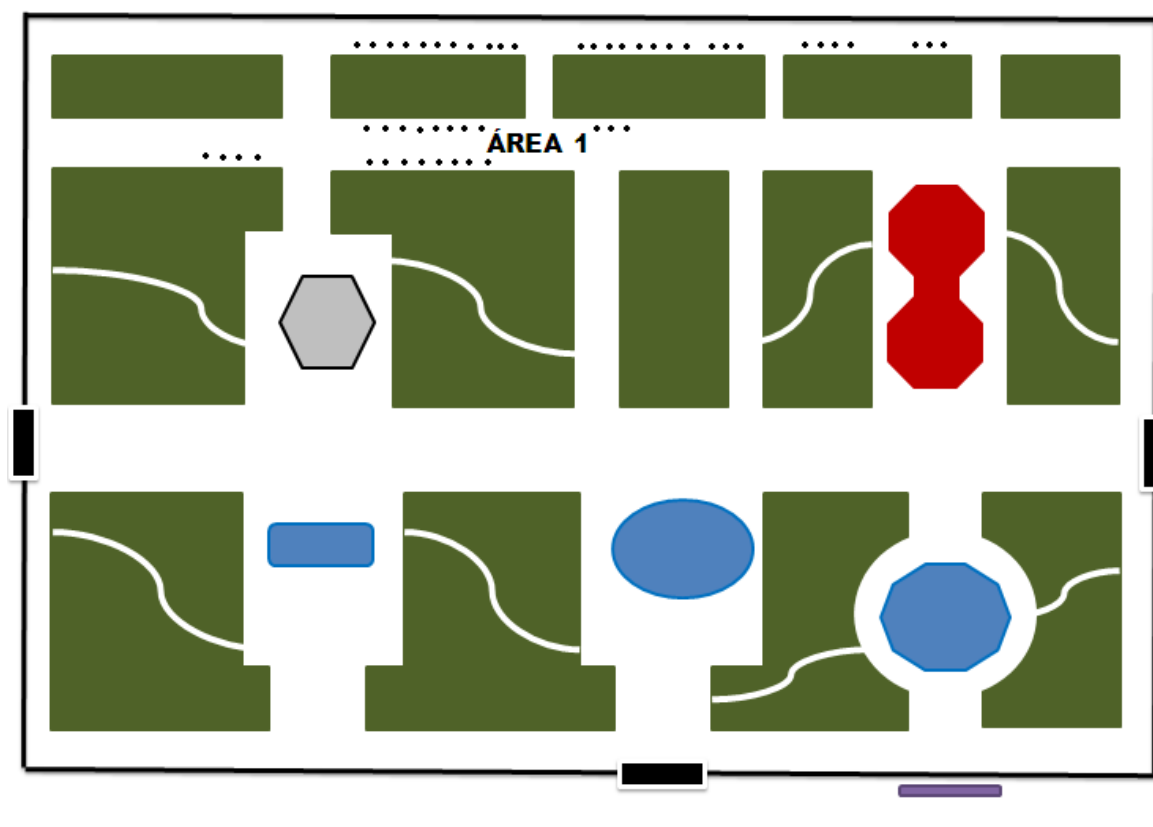
Em conversas informais, os indivíduos das áreas 2 e 3 relataram-me que a Feijoada é um ambiente muito seletivo e se sentem constrangidos em participar, pois para eles os preços do *self-service* e das bebidas não são acessíveis, o gosto musical não é o mesmo, as roupas que estão vestidos não são adequadas e suas práticas de lazer são diferentes. O quiosque do Passeio Público tem um *self-service* que 1000g custa R\$ 27,90. Os usuários da praça afirmam preferir comprar o que chamam de PF (prato feito) no qual se coloca mais comida e o preço já é definido, em média, R\$ 7,00. Outros criticam as bebidas, especificamente, os tipos de cerveja vendidos que não são os mais populares, mas outros tipos como a cerveja Heineken.

Enquanto tais usuários territorializam áreas específicas da praça, os vendedores de picolé percorrem todo o equipamento, menos a área do evento.

Joaquim, vendedor ambulante há muitos anos no Passeio, afirma sentir-se constrangido em passar entre as mesas da Feijoada com seu carrinho, pois segundo ele: “o público é elitizado, gente rica”, “a Prefeitura disse pra não incomodar”, “eu me aproximo um pouco, mas num entro lá não”. Essa postura é repetida pelos outros vendedores ambulantes.

Nos outros dias da semana, os usos “disciplinados” são praticados pelos indivíduos que trabalham no comércio do Centro. Após o almoço, muitos ocupam os bancos da praça para descansar. A movimentação entre 12h e 15h de predominantemente homens, mas também de mulheres deitados nos bancos é intensa com relação aos outros horários (FIGURA 36).

**FIGURA 36 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PASSEIO PÚBLICO
TERRITORIALIDADE DOS TRABALHADORES DO CENTRO NO HORÁRIO DE SEXTA
(SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, ÀS 13H30)**



Legenda

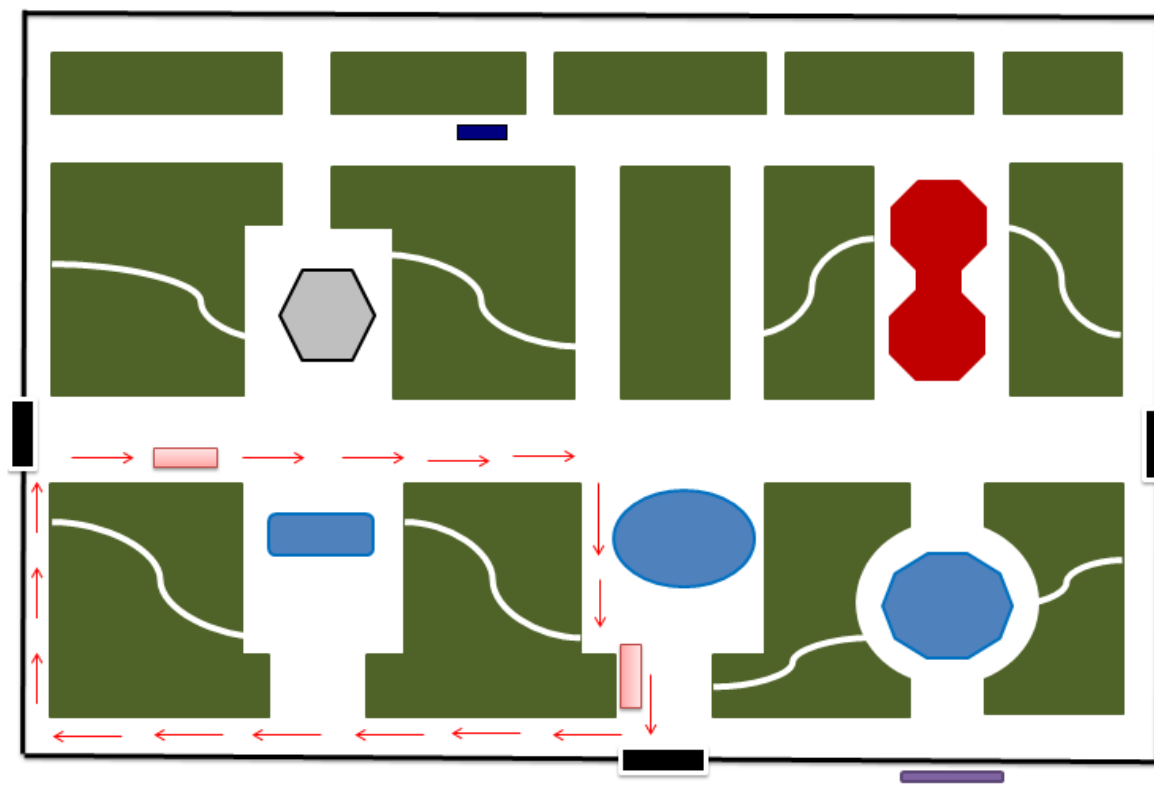
□..... Usuários;

Área 1 – “Usos disciplinados” dos trabalhadores do Centro.

Fonte: Observação Direta

Já as “meninas” territorializam os usos “transgressores” dentro da praça de uma forma tática, portanto, silenciosa, rápida e quase imperceptível. Normalmente, entram pelo portão central, dão uma volta na praça, acendem um cigarro e, quando sentam nos bancos, passam de cinco a dez minutos lá. As práticas das prostitutas ocorrem principalmente no lado oeste da praça, oposto ao quiosque. Enquanto isso, os guardas municipais se deslocam por todo o espaço, mas concentram-se principalmente nos bancos centrais. Como estas práticas ocorrem numa mesma temporalidade, assumem uma dimensão de conflitualidade entre as prostitutas e os guardas municipais. Neste caso, ocorre um conflito de interesses entre o “permitido” e o “proibido” que atinge níveis de explosividade quando as “meninas” não se comportam *taticamente* e os policiais as expulsam. Na próxima representação gráfica (FIGURA 37), mostro os trajetos mais frequentes das “meninas” dentro do Passeio Público e o local nos quais os guardas municipais mais se concentram.

**FIGURA 37 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PASSEIO PÚBLICO
TERRITORIALIDADE DAS PROSTITUTAS (QUARTA-FEIRA, ÀS 16H)**



Legenda

- Trajeto das prostitutas dentro da praça;
- ▭ Pontos em que as “meninas” param para acender um cigarro e abordar algum cliente;
- ▭ Guardas Municipais.

Fonte: Observação Direta

Cabe enfatizar que, com relação aos usos dos indivíduos, o espaço físico, geográfico e histórico é definidor. Gilberto Velho (1999) ao estudar um dos bairros mais importantes do Rio de Janeiro, Copacabana, percebeu a grande heterogeneidade e a relação existente entre categorias distintas, por exemplo, o contato entre *gays*, travestis e garotas de programa na praia; o encontro da elite de Copacabana no calçadão etc. Segundo Velho, cada categoria vive e interage no seu “mundo social”, e esse fato expressa particularidades como uma profunda heterogeneidade nas grandes cidades e a demarcação de fronteiras simbólicas.

Essas fronteiras ou constituição de “mundos sociais” são perceptíveis dentro do espaço da praça, no qual predominam, de um lado, a interação entre os indivíduos que participam dos eventos e, do outro, as práticas “estigmatizadas” e “transgressoras” das prostitutas e a territorialização das relações sociais dos indivíduos que não possuem os códigos necessários para consumir tais eventos. Por meio de um processo de “territorialização” do espaço, os usuários erigem barreiras simbólicas e transformam o patrimônio numa justaposição de espaços, dividido entre diferentes redes de relações. Contudo, falta interação entre esses territórios: estar próximo ao “nós” é uma forma de neutralizar o “outro” num espaço acessível a todos.

Sobre a natureza dessas fronteiras que separam práticas sociais antagônicas e, ao mesmo tempo, as põem numa relação de proximidade, Arantes (2000) levanta a seguinte hipótese:

[...] a experiências urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais de identidade tematizados pela antropologia clássica (ARANTES, 2000, p.106).

Assim, nos espaços cotidianamente trilhados, os indivíduos por meio das andanças, trajetos e práticas constroem coletivamente fronteiras simbólicas que quando não separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou ordenam as relações sociais em praças, ruas e outros lugares que se tornam suportes físicos para suas significações.

A construção socioespacial da diferença também é reforçada a partir de outras fronteiras demarcadas pela diferenciação de serviços disponibilizados ao

Passeio Público. A praça possui iluminação, serviços de limpeza e de segurança “exclusivos” se comparados com os oferecidos para áreas próximas.

Além de verificar as fronteiras e demarcações socioespaciais nas áreas “requalificadas”, o estudo da diferenciação nos usos do espaço permite observar a construção de “lugares”, espaços de práticas sociais e usos semelhantes. Em processos de “requalificação”, alguns espaços são apropriados em resposta à exclusão social. No caso do Passeio Público, alguns indivíduos se dispersaram e outros se deslocaram para o entorno. O entorno pode ser entendido como os ambientes ou equipamentos situados fora do que se atribui o sentido de central (neste caso, as áreas “requalificadas”). O entorno, ou o outro lado da rua torna-se o local no qual podem se subverter todas as sociabilidades que não podem ocorrer dentro das áreas “requalificadas”. O entorno nesse sentido torna-se um “contra-espaço” (LEITE, 2002).

Ao se deslocarem da praça para o entorno, as “meninas” deixaram de considerar o Passeio Público como um lugar central para a prostituição e passaram a desenvolver suas práticas, atividades e sociabilidades do outro lado da rua, como negociar seus programas com os homens nas mesas dos bares ou restaurantes situados defronte, ou nas calçadas. Como mostra Luna Sales (no prelo, p.12), quando caracteriza o comportamento das prostitutas no Restaurante Granada:

[...] os corpos se colocam assim: meninas, de muitas, de cinco ou mais, em mesas próximas às portas; já os clientes, se forem clientes delas além de o serem do bar, estão de um, no máximo dois, bebendo cerveja e olhando para elas que, atentas, fingem não olhar, fazem a tal caça dissimulada para não dar cabimento sem ter o programa certo. Se eles chamam, se eles dão o menor sinal de que estão lá a sério, então elas vão junto a eles negociar, confirmar pela palavra o que o gestual indicava.

Os indivíduos excluídos socioespacialmente também constituem suas fronteiras. Baseado num comentário de Luna Sales percebi que não precisa ser um dos “usuários ideais” do patrimônio a entrar no Granada para ser estigmatizado pelas “meninas”: “Ser mulher e estar no bar corresponde, na tipologia local, a fazer programas. De vez em quando aparecem umas solitárias que ficam lá, em uma mesa, bebendo cerveja ou comendo. Elas são de imediato entendidas como doidas” (no prelo, p.11).

Para os gestores, a praça ocupa no espaço um sentido central, e restam às prostitutas os lugares periféricos. Contudo, a idéia de centralidade se relativiza na medida em que para as “meninas” a praça se torna periférica e o entorno passa a ser central. É sempre válido perguntar: entorno para quem?

5.5 O patrimônio para as classes médias?

“Afinal, estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público?” (SERPA, 2009, p.39). Esta pergunta orientou o geógrafo Serpa em suas pesquisas sobre os parques públicos em Paris e Salvador. Ele mostra que há uma relação muito forte entre as operações de urbanismo nos parques públicos de Paris e das cidades brasileiras, desse contexto ele tira uma constatação: a apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público, mesmo que esteja aberto e à disposição de todos.

Leite (2002) contribui com o assunto quando afirma que os usos propostos pelos processos de “enobrecimento” do espaço podem não levar à construção de um espaço público: “A reativação pura e simples dos usos cotidianos de um determinado espaço urbano não é, assim, característica suficiente, embora necessária, para conferir a um determinado espaço urbano a característica de espaço público”. Segundo este autor, a “característica suficiente” é que a reativação dos usos torne o espaço público um “(...) local de dialógica interação política e exteriorização dos conflitos e das discordâncias” (LEITE, 2002, p.116).

Mas, como dialogar e exteriorizar as diferenças, se em benefício da implementação de políticas culturais no patrimônio ocorre uma exclusão socioespacial de uma parte dos usuários? No caso do processo de “requalificação” do Passeio Público de Fortaleza, o discurso oficial dos gestores apresenta como objetivo principal “devolver o direito de ir e vir dos cidadãos” e criar espaços de convívio para todos os fortalezenses. Todavia, poucos são beneficiados, além daqueles para os quais as principais atividades são destinadas: uma classe média intelectualizada composta por artistas, músicos, fotógrafos, professores e estudantes universitários, profissionais liberais, políticos, empresários e pessoas vinculadas à burocracia municipal.

Embora seja difícil delimitar a classe média, pois ela engloba indivíduos de diferentes níveis econômicos, intelectuais e ideológicos, eles podem ser aqui identificados como aqueles que não estão “empregados na linha de produção” e não são considerados pouco qualificados, mal remunerados e com empregos precários. Assim, as classes médias podem ser caracterizadas como os consumidores por excelência das “atividades culturais”, oferecidas como algo *sui generis* e do interesse de todos.

Apropriar-se socialmente do patrimônio supõe mobilizar códigos, valores e práticas conhecidas por todos. Mas, a apropriação é mais do que oferecer uma programação de atividades, inclui o afetivo, o imaginário, os gostos, o corpo, as identificações dos indivíduos. Muitos dos usos propostos em espaços “requalificados” são ignorados pelas classes populares, pois suas práticas se situam fora daquelas reconhecidas como “culturais”. Por se adequarem aos usos propostos, as classes médias impõem suas concepções e práticas. Ao estudar os processos de “enobrecimento” do espaço, Rubino diz que

[o] que está em jogo com as áreas centrais é o monopólio da violência simbólica, a que grupos cabem decidir o que fazer com elas, dizer o que elas são [...]. No caso, parece que os estabelecidos invadem o sítio dos *outsiders*, ou melhor, que os novos *outsiders* têm mais ferramentas simbólicas para enquadrar o lugar do que quem antes o ocupou (RUBINO, 2009, p.36).

Mas, quais são as ferramentas simbólicas dos novos *outsiders*? É importante destacar que o patrimônio em si foi constituído para rememorar. Contudo, ao ser “requalificado” o patrimônio visa excluir as imagens, discursos, práticas que não são passíveis de rememoração, que podem ser englobadas no que designei anteriormente de “antipatrimônio”. Para os gestores do Passeio Público, quaisquer práticas e usuários relacionados a atividades culturais, familiares, de lazer, isto é, diferentes da imagem de “degradação” (comércio sexual, assaltos, moradores de rua), atribuída ao espaço durante vários anos, são aceitos e, até mesmo, englobados ao leque de propostas planejadas. Como as festas de aniversário na praça, que não foi uma proposta inicial da “requalificação”, mas foi englobada e hoje é incentivada pelos gestores do patrimônio “requalificado”.

Além disso, as ferramentas simbólicas dos “novos *outsiders*” estão ancoradas na própria história da praça. O Passeio Público remete aos símbolos de

modernização da época em que fora criado e às práticas consideradas civilizadas, disseminadas principalmente pelas elites. Gondim (2000) mostra que o processo de expansão urbana de Fortaleza esteve associado à emergência de uma classe média constituída por profissionais liberais empregados, principalmente, no setor público, haja vista a criação de novos órgãos pelo governo estadual e municipal a partir dos anos 60; nos serviços de telefonia, eletricidade, água, esgotos e no surgimento de universidades que geravam mais mão-de-obra qualificada.

A elite urbana de Fortaleza com um estilo de vida burguesa sempre exibiu signos de ostentação, diferenciação e, conseqüentemente, legitimava os espaços. Em locais públicos se apresentavam com signos que remetessem a uma estratificação social superior. Esses fatos de alguma forma podem ter historicamente contribuído para nos tornarmos uma das três capitais brasileiras com maior índice de desigualdade entre ricos e pobres no mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU)⁸⁴.

Desigualdade social que se apresenta também espacialmente. Em Fortaleza, a segregação não está localizada em uma área física específica da cidade, mas se localiza de maneira descentralizada e, portanto, relacional. Entre os “nós” e os “outros” constroem fronteiras simbólicas e até mesmo físicas, para evitar “se misturar”.

Segundo Gondim (2007), na construção do Centro Dragão do Mar, o objetivo de criar um espaço público foi atingido apenas em parte e a definição de novos usos acarretou novos problemas. “O predomínio de bares e restaurantes entre os novos usos, e a expulsão de usos menos lucrativos, como teatros e galerias de arte [...], acarretaram poluição sonora, ocupação indevida das calçadas, problemas de trânsito [...]” e outros (2007, p.220). Além disso, moradores de uma favela vizinha, Poço da Draga, reivindicavam benefícios e participação.

As políticas de “requalificação” do patrimônio produzem formas de apropriação que inviabilizam o convívio entre os diferentes. As principais atividades

⁸⁴ Resultado de um estudo designado “Estado das Cidades no Mundo”, da Organização das Nações Unidas (ONU), que verifica o índice Gini (que mede a desigualdade). Este estudo constatou que três cidades brasileiras estão entre as mais desiguais do mundo, além de Fortaleza, Goiânia e Belo Horizonte. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/opovo/brasil/964219.html>>. Acesso em: 16 abril de 2011.

produzidas revelam para qual tipo de público o patrimônio “requalificado” é destinado. Dentro do Passeio Público se realiza uma Feijoada com um *self-service* com preços não acessíveis se comparados aos estabelecimentos mais próximos. Oferecem apresentações de música instrumental, prevalecendo o chorinho. Produz-se um cenário identificado ao espaço de reuniões de intelectuais e indivíduos interessados no que é considerado cultural. Sem falar nos lançamentos de livros que atraem diversos intelectuais e indivíduos com formação acadêmica.

Aos domingos, dia em que não há movimentação comercial no bairro e uma diminuição na frota de ônibus para a área, produz um Piquenique no Passeio no qual a maioria dos participantes se utilizam de carros próprios para chegarem à praça. Estacionam seus carros ao lado da Santa Casa de Misericórdia, entram com suas famílias e, enquanto os pais conversam, as crianças brincam com *skates*, bicicletas, patinetes, patins etc. Em outros espaços da praça é gerado um ambiente mais tranquilo utilizado principalmente para leitura por grupos de estudantes universitários.

Quando vão ao Passeio Público em dias de eventos, as classes médias se dirigem normalmente direto para o quiosque, no qual há uma concentração de pessoas. A partir da observação etnográfica, muitos usuários declararam realizar esse trajeto por evitarem contato com os usuários “indesejados”. As mulheres evitam ficarem sentadas sozinhas nos bancos espalhados pela praça para não serem confundidas com as “antigas” usuárias, as prostitutas.

A relação entre as diferentes formas de apropriação são conduzidas por uma “evitação” entre os indivíduos, marcada por constrangimentos, incômodo e, sem dúvida, violência simbólica. Características presentes até mesmo nos “indesejados” quando estão na praça, por exemplo, as prostitutas por serem proibidas de se aproximar de possíveis clientes, quando veem famílias ou turistas se sentem incomodadas e se retiram. Já os moradores de rua ou pedintes são logo convidados a se retirar. Outros usuários como os garis, afirmam saber que os eventos não são produzidos para eles e por isso evitam até se aproximar. Isso sem falar nos inúmeros trabalhadores que passeiam todas às tardes durante a semana, os pacientes da Santa Casa, nos moradores de áreas precárias vizinhas como os da favela Moura Brasil e os que estão “de passagem” para os quais nada é produzido.

As diferentes formas de apropriação do patrimônio produzem fronteiras simbólicas e essa “evitação” impulsionada, na maioria das vezes, pela produção de atividades que elevam o padrão de sociabilidade da classe média intelectualizada, segregam ainda mais a população de baixa renda e consagra os novos *outsiders* como os usuários ideais para se “requalificar” o patrimônio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio das cidades tornou-se nos últimos anos alvo de políticas de preservação que combinam antigo e novo, passado e futuro, simbólico e econômico como estratégia para a sua “requalificação”. Desde quando Fortaleza começou a consolidar sua imagem como pólo de atração turística, na década de 1980, o Centro Histórico da cidade entrou na agenda das políticas urbanas e, conseqüentemente, se tornou alvo de discursos e medidas de restauração.

Poderes públicos e setores empresariais organizaram-se e planejaram projetos para inserir a capital do Ceará na globalização. Em Fortaleza, duas iniciativas de intervenções urbanas governamentais associadas ao capital privado, com o objetivo de evidenciar as “tradições históricas e culturais”, foram a “requalificação” da Praia de Iracema e a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC). É importante lembrar que Fortaleza viveu diferentes momentos de intervenção. Tais iniciativas de “requalificação” ocorreram de forma pontual e, em cada caso, apresentam maneiras diferentes de articular lazer e cultura. Enquanto uns equipamentos tiveram “pesados” investimentos turísticos e uma forte valorização da dimensão estética, outros como o Passeio Público tiveram o lazer associado, principalmente, aos aspectos naturais e históricos.

Nesse contexto, as intervenções designadas como “requalificação”, “revitalização” ou outros léxicos se apresentam como uma nova perspectiva de preservação do patrimônio no Brasil (LEITE, 2002). Expressão emblemática da cidade, o patrimônio considerado “degradado” ou com certo “desvio de funcionalidade” para os gestores de tais políticas é submetido a uma série de intervenções via projetos de “requalificação” que proporcionam uma mudança na configuração socioespacial. Os investimentos integram múltiplas estratégias como narrativas, atividades, eventos que atraiam novos usuários, visando desvincular da idéia de patrimônio a imagem de “degradação” tanto da estrutura física quanto da configuração social que o próprio termo abrange (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Desta forma, a micro sociologia da qual esta pesquisa é fruto, realizada no Passeio Público de Fortaleza, mostra como este *lócus* empírico apresenta elementos semelhantes aos da “requalificação” do patrimônio em várias cidades no

Brasil e do mundo: o Passeio Público é um ícone da cidade; foi considerado um ambiente “degradado”; as medidas das quais a praça é objeto apresenta a substituição de “antigos” por “novos” usuários e uma tensão entre práticas “indesejadas” e “desejadas”. Entretanto, esses elementos se modificam de acordo com as especificidades históricas e culturais de cada lugar, pois os projetos de “requalificação” ao serem executados não seguem um único padrão.

Além disso, as intervenções realizadas na praça trazem à discussão questões voltadas à apropriação privada do espaço público a partir da territorialização de práticas de prostituição, e também o que poderia ser designado como “antipatrimônio”, isto é, imagens, narrativas e práticas ligadas ao que gestores públicos procuram desvincular do conceito de patrimônio cultural.

Nesse contexto, percebi que as práticas de preservação em Fortaleza não dialogam com a noção de diversidade e acabam por produzir segregações no espaço urbano, pois os projetos visam atrair novos usuários, e porque não dizer novos *outsiders*, identificados a uma classe média intelectualizada. Assim, os usos antigos são inibidos e os padrões de sociabilidade transformados. Embora seja formada por usuários flutuantes e efêmeros, a classe média intelectualizada representada por artistas, professores e estudantes universitários, políticos, intelectuais e outros se torna legitimadora do espaço e dá o “tom” da “requalificação”.

As políticas de intervenção urbana iniciadas com o prefixo “re” apresentam-se como uma tentativa de “voltar a” um tempo passado em que os centros urbanos e espaços públicos como praças eram centrais nos trajetos de atividades administrativas, comerciais, financeiras, culturais, de lazer e sociabilidade na cidade. Contudo, as tentativas de “voltar a” por meio da preservação do patrimônio são complexas e envolvem questões relacionadas a emoções, afetos, preferências, gostos, interesses e projetos heterogêneos e contraditórios (VELHO, 2006).

Para pensar a cidade a partir das práticas sociais me apropriei da abordagem de Certeau (1994) para o qual o andar e, conseqüentemente, os usos do espaço urbano definem um “espaço de enunciação”. Ou seja, os trajetos, atividades,

comportamentos e movimentos diários dos indivíduos dão forma aos espaços. Assim, a cidade não é objeto apenas de uma retórica de intervenções com o prefixo “re”, mas a cidade é objeto também de uma “retórica pedestre”.

A partir da observação etnográfica das práticas sociais “microbianas”, expressão comumente citada por Certeau, verifiquei como se dá a experiência urbana no Passeio Público de Fortaleza. Constatei que não se trata de territórios sociais de identidade tematizados pela antropologia clássica, mas de uma complexa arquitetura de territórios e configurações socioespaciais efêmeras e híbridas (ARANTES, 2000). Não somente as práticas sociais atuais, mas as descritas pela historiografia cearense em outros períodos mostram uma constante mudança das relações e atores sociais na praça, assim como na cidade de Melânia descrita por Ítalo Calvino, cuja população renovava-se a cada visita:

Com o passar do tempo, os papéis não são mais exatamente os mesmos de antes [...]. Quem comparece à praça em momentos consecutivos nota que o diálogo muda de ato em ato, ainda que a vida dos habitantes de Melânia seja breve demais para que possam percebê-los (1990, p.77).

Pensar a cidade a partir do Passeio Público é não esquecer que a praça está situada num contexto de intervenções realizadas em vários pontos da cidade, e que sua “requalificação” traz à discussão os dilemas enfrentados por Fortaleza ao tentar adequar-se aos novos fluxos urbanos, tais como os que já estão sendo gerados em virtude da Copa do Mundo de 2014. O principal dilema é a substituição ou, em contextos de políticas habitacionais, remoção dos indivíduos e práticas considerados “indesejados” por tais políticas urbanas.

A restrição do uso da praça por prostitutas, vendedores ambulantes, moradores de rua é a negação de sociabilidades consideradas por gestores públicos contrárias à idéia de patrimônio. Enquanto, por um lado, a “requalificação” do patrimônio se apresenta como fundamental para a preservação e ordenação da cidade. De outro, anula as práticas e atores sociais considerados entraves em tais processos de mudança.

Enfim, o Passeio Público de Fortaleza apresenta-se na experiência urbana contemporânea ainda como um lugar de contrastes. Os projetos de “requalificação” são planejados diretamente de acordo com os códigos, valores e

interesses de alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros. Com isso, percebo a demarcação de fronteiras simbólicas dentro da praça e, também, desta com relação ao entorno. Os públicos do Passeio Público erigem fronteiras simbólicas e transformam o patrimônio numa justaposição de espaços, divididos entre diferentes redes de relações sociais: os “nós” e os “outros”. Desta forma, falta interação entre os grupos, e o estar próximo ao “nós” é uma forma de neutralizar o “outro” num espaço acessível a todos.

Não tanto futurista como Brasília, ou saudosista como inúmeras cidades históricas, Fortaleza expressa liames complexos no uso e apropriação dos espaços urbanos, apresentando conflitos originados de uma condição de metrópole que cresce, trazendo efeitos nem sempre previsíveis de sua expansão sobre a vida urbana contemporânea (BARREIRA, 2007, p.175).

Estudar de forma aprofundada as manifestações de segregação socioespacial em espaços públicos se tornou um instrumento importante para pensar até que ponto o adjetivo “público” se refere a “algo mais do que o simples acesso físico a espaços ‘abertos’ de uso coletivo” (Serpa, 2009).

Assim como os mártires foram fuzilados e sacrificados no espaço da praça há mais de um século, atualmente “em nome do patrimônio”, gestores públicos “sacrificam” redes de relações sociais integradas por indivíduos “indesejados” para a formação de uma nova configuração social. O termo “sacrificar” alude à canção de Ednardo quando declara: “Não te assustes, não passes distante/Procura entender, entender/ Entender o segredo/Desse peito sangrante”⁸⁵.

⁸⁵ Trecho da canção Passeio Público, de Ednardo, apresentada na epígrafe desta dissertação.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Zenilo. **Fortaleza Inesquecível**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.

ARAGÃO, R. Batista. **Tragédias que envergonham o Ceará**. Fortaleza: Ed. do autor, 1999.

ARANTES, Antonio A. **Paisagens Paulistas: transformações no espaço público**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de. **Fortaleza de ontem e de hoje**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Preservar a cidade: o centro como patrimônio cultural. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). **Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. **Análise Social**. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS, v.42, p.163-180, 2007.

_____. Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais. In: LEITE, Rogério Proença (Org.) **Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade**. São Cristóvão: UFS, 2008.

_____. pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.59, 2010. Disponível em: <www.ibict.br/online>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BÓGUS, Lucia Maria Machado. Segregações urbanas. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.p. 115-126.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CARTAXO, Joaquim. **A emergência da Praça do Ferreira e a decadência do Passeio Público**. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura/Instrumentação Crítica). Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

CASTRO, Celso. Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COTOCO, Raimundo Ramos. **Cantares Bohêmios**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter uma *anthropological blues*. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop**. Fortaleza: Annablume, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FORTALEZA 1910. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

FRIAS, Anibal. "Patrimonialização" da Alta e da Praxe acadêmica de Coimbra. **Anais do IV Congresso Português de Sociologia**. Coimbra, 2000.

FUNARI, Pedro; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2º ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1979.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.

____. **Comportamento em lugares públicos:** notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONDIM, Linda M, P. **Desenho urbano e imaginário sócio-espacial da cidade:** a produção de imagens da moderna Fortaleza no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, relatório submetido à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Fortaleza, FUNCAP, 2000.

____. A construção social da memória na moderna Fortaleza. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). **Olhares contemporâneos:** cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001a.

____. **Uma dama da belle époque de Fortaleza: Maria de Lourdes H. Gondim:** ensaios sobre imaginário, memória e cultura urbana. Fortaleza: Gráfica LCR, 2001b.

____. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna:** cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social.** 7 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo.** Campinas: Papirus, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Arquivo Patrimônio Tombado (Passeio Público).** Fortaleza, 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e Corpografias Urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea. **Revista Continuum.** São Paulo: Itaú Cultural, nº 5, p.47-57, 2008.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP, 2004.

____. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 17, n.49, p.115-134, 2002.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos.

LIMA, Rita de Cássia P. Sociologia do desvio e interacionismo. **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP), v.13, n.1, p.185-201, 2001.

LOPES, F. W. R. **As políticas de requalificação face aos usos do espaço urbano**: o Passeio Público de Fortaleza. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LUNA SALES, A. P. **Amor à venda?** Uma etnografia da prostituição no Restaurante Granada. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Humanidade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

____. Espaços de prostituição, espaços de dominação: esboço das relações de poder no Restaurante Granada. In: SIMÕES, S; SILVA, H; MORAES, A. **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: FAPERJ, no prelo.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n.49, p.11-29, 2002.

MARQUES, Janote Pires (Org.). **Passeio Público**: história e experiências. Fortaleza: FUNCET, 2007.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. Patrimônio Cultural e Identidades. In: MARTINS, C. (Org.). **Turismo, cultura e identidades**. São Paulo: Roca, 2003.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**: crônicas. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.

NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1984. Introdução.

PASSEIO público esquecido. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 janeiro 2007. Disponível em:

<<http://www.diariodonordeste.globo.com/materia.asp?Codigo=402497>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

PASSEIO público será reinaugurado hoje. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 06 outubro 2007. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.globo.com/m/materia.asp?codigo=476480>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

PIMENTEL, Lídia V. B. **Praça José de Alencar**: Pedacos da Cidade, Palco da Vida. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

PINHO, Osmundo. **Descentrando o Pelô**: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PINTO, Rodrigo M. S. **Do Passeio Público à Ferrovia**: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945). Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Circuitos do desejo. **Jornal da Unicamp** (Universidade Estadual de Campinas), Campinas, 11 a 17 de outubro de 2004. Edição 269, p.12.

PONTE, Sebastião R. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

REFORMA do Passeio Público. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 06 outubro 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/opiniaio/734980.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

ROCHA, A.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli; GUAZZELLI, César (Orgs.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. Sociabilidades e usos contemporâneos do patrimônio cultural. **Arquitextos**, Portal Vitruvius, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/560>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA (SECULTFOR). **Cultura de bolso**: um guia com a programação cultural de Fortaleza, n.52. Fortaleza, 2012.

SEGAWA, Hugo. Os jardins públicos no Período Colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro. **Revista Barroco**. Serviço do Patrimônio Histórico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1983.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **A Cidade e o Patrimônio Histórico**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003. (Cadernos Paulo Freire)

SILVA FORTE; RODRIGUES, Lea. Transformações no espaço urbano e os impactos sobre o trabalho informal em Fortaleza. In: NETO, Antonio; NEVES, Magda; FERNANDES, Duval. **Trabalho e Cidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 2004.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: FILHO, Evaristo Morais (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: ática, 1983a.

_____. Conflito e estrutura de grupo. In: FILHO, Evaristo Morais. **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: ática, 1983b.

SIRCHAL – Site Internacional sur la revitalisation des centres historiques des villes d'Amérique Latine et des Caraïbes (1995), **Accdocs – Glossaire**. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdeff.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis, Vozes, 1974.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ____; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana Luisa. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2006.

VASCONCELLOS, Lélia; MELLO, Maria Cristina. Re: atrás de, depois de.... In: VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana Luisa (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2006.

VASCONCELOS, Leonardo C. **Um Centro para uma Cidade (Pós-)Moderna: a Requalificação do Centro Histórico de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VELHO, Gilberto. Os mundos de Copacabana. In: _____. **Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.